



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PPGPSI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DISSERTAÇÃO

**Representações Sociais sobre a Unidade de Polícia Pacificadora
(UPP): a Visão dos Moradores da Cidade de Deus**

Aline Vieira de Souza

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PPGPSI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A UNIDADE DE
POLÍCIA PACIFICADORA (UPP): A VISÃO DOS MORADORES
DA CIDADE DE DEUS**

ALINE VIEIRA DE SOUZA

Sob a Orientação do Professor
Dr. Denis Giovanni Monteiro Naiff

e Coorientação da Professora
Dra. Valéria Marques de Oliveira

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Psicologia** no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia.

Seropédica, RJ

Agosto de 2016

363.1

S729r Souza, Aline Vieira de, 1985-

T “Representações sociais sobre a unidade de polícia pacificadora (UPP): a visão dos moradores da cidade de Deus” / Aline Vieira de Souza – 2016.
159 f.: il.

Orientador: Denis Giovani Monteiro Naiff.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Psicologia.

Bibliografia: f. 148-152.

1. Segurança pública – Teses. 2. Segurança pública – Cidade de Deus (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 3. Representações sociais - Cidade de Deus (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 4. Violência – Aspectos sociais - Cidade de Deus (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 5. Unidades de polícia pacificadora – Teses. I. Naiff, Denis Giovani Monteiro, 1971-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
PSICOLOGIA**

ALINE VIEIRA DE SOUZA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Psicologia** no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31 DE AGOSTO DE 2016

Denis Giovani Monteiro Naiff, Prof. Dr. UFRRJ
Presidente

Wanderson Fernandes de Souza, Prof. Dr. UFRRJ
Membro Interno

Antônio Marcos Tosoli Gomes, Prof. Dr. UERJ
Membro Externo

Poesia, minha tia, ilumine a certeza dos homens e os tons de minhas palavras. É que arrisco a prosa mesmo com balas atravessando os fonemas. É o verbo, aquele que é maior que o seu tamanho, que diz, faz e acontece. Aqui ele cambaleia baleado. Ditos por bocas sem dentes nos conchavos de beco, nas decisões de morte. A areia move-se nos fundos dos mares. A ausência de sol escurece mesmo as matas. O líquido-morango do sorvete mela as mãos. A palavra nasce no pensamento, desprende-se dos lábios adquirindo alma nos ouvidos, e às vezes essa magia sonora não salta à boca porque é engolida a seco. Massacrada no estômago com arroz e feijão a quase-palavra é defecada ao invés de falada.

Falha a fala. Fala a bala.

(Paulo Lins, Cidade de Deus, 2002, p.21)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela existência e amparo ao longo da caminhada. Imensamente grata aos meus familiares pelo incentivo e reconhecimento constante.

Agradeço a Maria de Lourdes, que diz não entender porque estudo tanto, mas enche-se de orgulho pela sobrinha estudiosa. A meu irmão Wagner, por todo amor e incentivo. Gratidão eterna a Elisangela Alves dos Santos e Kecila Barcellos, pelo apoio em um momento sensível da pesquisa, pelo amor, acolhimento e ajuda tão fundamental. Grata as minhas mais fiéis escudeiras Luciana Janeiro e Edjane Rocha, pela amizade, parceria, solidariedade, dividir a jornada do mestrado sem vocês teria sido bem diferente, obrigada por tornarem um pouco mais fácil.

Grata às companheiras de trabalho, Sheila Suzane, Susi, Thainá, Celeste, Celia, Cristiana, pela compreensão e incentivo, poder contar com a solidariedade de vocês foi importante para a finalização da dissertação.

Aos amigos de perto e de longe, por cada palavra de incentivo, pela paciência com meu humor péssimo pelo estresse, por entenderem minha ausência e pelo apoio nos momentos difíceis. Gratidão a Leandro Cunha, por escutar minhas reclamações constantes, grata pelo carinho e acolhimento e por me apresentar Ana Lucia Enne, e a ela agradeço pelo incentivo.

Sou grata aos participantes dessa pesquisa, aos 106 moradores da Cidade de Deus que dispuseram um pouco de seu tempo para o estudo, tornando possível este trabalho.

Grata a meu orientador Denis Naiff pela ajuda possível ao longo do mestrado. Muito grata a Valéria Marques que abraçou o trabalho da coorientação e trouxe um ar novo ao estudo, não esquecerei o acolhimento e ajuda. A Luis Felipe, pelo suporte nas análises, ajuda muito primordial. À querida Luciana Lemos, pelo carinho, apoio, incentivo e suporte na organização do texto.

Serei eternamente grata a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente na efetivação desta dissertação!

RESUMO

SOUZA, Aline Vieira. **Representações Sociais sobre a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP): a visão dos moradores da Cidade de Deus**. 2016. Dissertação de Mestrado. Orientação: Prof. Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff. Coorientação Prof^ª Dra Valéria Marques de Oliveira. Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia (Mestrado em Psicologia). Instituto de Educação. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

Neste estudo, que intitulamos de “Representações sociais sobre a Unidade de Polícia Pacificadora: a visão dos moradores da Cidade de Deus” adotamos como objeto de pesquisa a Unidade de Polícia Pacificadora, principal estratégia de segurança pública adotada no Estado do Rio de Janeiro atualmente. O presente trabalho buscou identificar as representações sociais construídas pelos moradores desse bairro sobre a UPP. Utilizamos o arcabouço teórico da Psicologia Social, mais especificamente a teoria das representações sociais, tendo como foco principal a abordagem estrutural. Para embasar as discussões acerca da Segurança Pública e a UPP, nos apoiamos no campo da Sociologia e do Direito. A amostra foi constituída por 106 sujeitos. Para a coleta dos dados utilizamos um questionário com três tarefas de evocação livre sobre os seguintes termos indutores: UPP, Pacificação e UPP na Mídia, associadas a 29 questões dispostas em uma escala Likert. O material levantado através das tarefas de evocação livre foi analisado com o auxílio do software EVOC. Para a análise de dados das questões da escala Likert contamos com o auxílio do SPSS (Statistical Package for the Social Science) v. 20.0, tendo sido realizadas análises descritivas (Média, mediana, moda e desvio padrão) e testes de comparação de médias (Teste t de Student e ANOVA). Deste modo, foi possível verificar que a representação formada pelos moradores da Cidade de Deus aponta para uma avaliação, em geral, negativa da UPP, abarcando elementos como: corrupta, polícia, segurança, tiro, violência. Contudo, reconhecem que ocorreram mudanças no território pós-pacificação. Também realizamos comparações entre os sujeitos da amostra e constatamos diferença significativa. Em relação à comparação entre homens e mulheres, o Teste t de Student demonstrou diferença significativa entre eles na questão 18: “os policiais da UPP estão preparados para atuar no meu local de moradia”. No qual os homens obtiveram média de 2,97 e as mulheres de 2,37. O teste t foi 2,518 e o índice de significância foi de 0,01. Ao dar ênfase ao discurso dos moradores da Cidade de Deus esta pesquisa procurou colaborar para ampliação das reflexões sobre a Unidade de Polícia Pacificadora, sob a ótica dos sujeitos que têm seu cotidiano atravessado pela política de pacificação.

Palavras-chave: Representação Social, Cidade de Deus, Unidade de Polícia Pacificadora.

ABSTRACT

SOUZA, Aline Vieira. **Social Representations of Pacifying Police Unit: the view of residents of the Cidade de Deus**. 2016. Master's thesis. Orientation: Professor. Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff and joint supervision Professor. Dr. Valéria Marques de Oliveira. Master's thesis submitted to the Institute of Education Dean of Research and Graduate Studies, PPGPSI – Graduate Program in Psychology at Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

This study we have entitled the "Social representations of the Pacifying Police Unit: the view of residents of the Cidade de Deus" adopted as a research subject the Pacifying Police Unit, the main public safety strategy adopted in the state of Rio de Janeiro currently. This study sought to identify the social representations by residents of this neighborhood about UPP. We used the theoretical framework of Social Psychology, specifically the theory of social representations. Focusing mainly on the structural approach. To support the discussions about Public Safety and the UPP support in the field of Sociology and Law. The sample consisted of 106 subjects. To collect the data we used a questionnaire with three free tasks about inducers terms: UPP, Pacification and UPP in the Media. Associated with 29 questions arranged in a Likert scale. The evocations were analyzed with the help of the software EVOC. For data analysis issues Likert scale we use SPSS (Statistical Package for the Social Science) v. 20.0. It performed descriptive analysis and mean comparison tests. Thus, it was possible to verify that the representation made by the residents of the Cidade de Deus to a negative overall assessment about UPP, emerged elements as: corrupt, police, security, shot, violence. However, they recognize changes have occurred in the territory after-pacification. Also carry out comparisons between the subjects of the sample and found significant differences. Regarding the comparison between men and women, the test Student's t showed a significant difference between them on the issue 18: "the UPP police officers are prepared to act in my place of residence". In which men obtained average 2,97 and women 2,37. The result of the test Student's t was 2,518 and the significance level was 0,01. Chose to emphasize the speech of the residents of the City of God this research sought to contribute to the expansion of reflections on the Pacifying Police Unit, from the perspective of subjects who have your daily crossed for pacification policy.

Keywords: Social Representations, Cidade de Deus, Pacifying Police Unit.

LISTA DE SIGLAS

BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
BPChoque	Batalhão de Polícia de Choque
CDD	Cidade de Deus
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento de Comunidades
CEHAB	Conjunto Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CPA	Comando de Policiamento de Área
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
CPP	Coordenadoria de Polícia Pacificadora
DPO	Destacamento de Policiamento Ostensivo
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FAMERJ	Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FAFERJ	Federação Estadual das Favelas do Estado do Rio de Janeiro
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GPAAE	Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISP	Instituto de Segurança Pública
IPP	Instituto Pereira Passos
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
PCERJ	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
PIAPS	Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência
PM	Polícia Militar

PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SEDES/PCRJ	Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SESEG	Secretaria Estadual de Segurança Pública
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação da UPP para moradores da Cidade de Deus.....	117
Figura 2 – Representação da Pacificação para moradores da Cidade de Deus.....	118
Figura 3 – Estrutura representacional da UPP na mídia para moradores da Cidade de Deus.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo a Área Formal e as Comunidades das UPPs da Cidade de Deus, o total do território das UPPs da Cidade de Deus e Município do Rio de Janeiro - 2010..... 72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – caracterização da amostra de acordo com a faixa etária.....111

Gráfico 2 – caracterização da amostra quanto à escolaridade.....112

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1. Introdução	18
1.1. Justificativa	20
1.2. Objetivos.....	23
<i>1.2.1. Objetivo geral.....</i>	<i>23</i>
<i>1.2.2. Objetivos específicos.....</i>	<i>23</i>
2. Segurança Pública e Favela	24
2.1. Panorama sobre segurança pública	24
<i>2.1.1. Conceitos de segurança pública</i>	<i>27</i>
<i>2.1.2. Paradigmas orientadores</i>	<i>29</i>
<i>2.1.3. A segurança e seus atravessamentos</i>	<i>31</i>
<i>2.1.4. Polícia: corporificação da segurança?</i>	<i>32</i>
<i>2.1.5 O desafio de estabelecer uma agenda para a segurança pública</i>	<i>35</i>
<i>2.1.6. Desafios à construção de saídas as problemáticas de segurança pública..</i>	<i>37</i>
<i>2.1.7. A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP): política de segurança pública possível.....</i>	<i>42</i>
<i>2.1.7.1 Questões sobre a pacificação.....</i>	<i>45</i>
<i>2.1.7.2. A política de proximidade</i>	<i>47</i>
<i>2.1.7.3. Desafios à consolidação da política</i>	<i>53</i>
<i>2.1.7.4. A Unidade de Polícia Pacificadora na mídia</i>	<i>55</i>
2.2. Favela: origem e marcas	58
<i>2.2.1. Modernização da Cidade do Rio de Janeiro e o problema favela: as remoções como alternativa.....</i>	<i>61</i>
<i>2.2.2. Cidade de Deus: que lugar é esse? Favela, bairro ou comunidade?</i>	<i>65</i>
<i>2.2.3. Cidade de Deus: projetada como bairro, mas assume características de favela.....</i>	<i>70</i>
<i>2.2.4. O filme Cidade de Deus: visibilidade ou fortalecimento de estigmas?</i>	<i>72</i>

2.2.5. <i>Cidade de Deus: para além do contexto de violência</i>	73
2.2.6. <i>A Cidade de Deus pacificada</i>	75
2.2.7. <i>A Cidade de Deus como mercado ou ampliação de acesso a bens e serviços</i>	80
3. A Teoria das Representações Sociais	84
3.1. <i>A abordagem estrutural</i>	92
4. Método	101
4.1. <i>Locus da pesquisa</i>	103
4.2. <i>Instrumento</i>	104
4.3. <i>Procedimentos</i>	104
4.4. <i>Participantes e critérios de elegibilidade</i>	105
4.5. <i>Caracterização da amostra</i>	105
4.6. <i>Coleta dos dados</i>	107
4.6.1 <i>A técnica: evocação livre</i>	108
4.7. <i>Análise dos dados</i>	109
5. Apresentação dos Resultados	112
5.1. <i>Análise prototípica</i>	112
5.1.1. <i>Estrutura representacional da UPP para moradores da Cidade de Deus</i>	112
5.1.2. <i>Estrutura representacional da pacificação para moradores da Cidade de Deus</i>	113
5.1.3. <i>Estrutura representacional da UPP na mídia para moradores da Cidade de Deus</i>	114
5.2. <i>Discussão dos Resultados</i>	114
5.2.1. <i>Representação Social sobre a UPP</i>	114
5.2.2. <i>Representação Social de Pacificação</i>	119
5.2.3. <i>Representação Social da UPP na mídia</i>	124
5.3. <i>Apresentação dos dados e análises da escala Likert</i>	128
5.3.1 <i>Sobre a Unidade de Polícia Pacificadora</i>	129
5.3.1.1. <i>Confiança na UPP X Polícia</i>	129
5.3.1.2. <i>A abordagem Policial</i>	130
5.3.1.3. <i>Relacionamento dos agentes com os moradores</i>	131
5.3.1.4. <i>Formação e preparo policial</i>	132

5.3.2. Sobre a pacificação	134
5.3.2.1. <i>Transformações na Cidade de Deus pós-pacificação.....</i>	134
5.3.2.2. <i>Percepção de segurança e proximidade</i>	136
5.3.2.3. <i>Pacificação e crime organizado.....</i>	137
5.3.3. UPP na mídia.....	139
5.3.3.1. <i>Considerações sobre segurança pública.....</i>	139
5.3.3.2. <i>Comparações possíveis: diferenças de acordo com o gênero e recorte racial</i>	142
5.3.3.3. <i>Relações possíveis: análise prototípica e questões da escala Likert.....</i>	142
6. Considerações Finais.....	145
7. Referências	148
Apêndice A	153
Apêndice B	157
Apêndice C	159

APRESENTAÇÃO

O interesse pelo presente tema surgiu no ano de 2013, ocasião na qual a pesquisadora atuou como educadora social no projeto “Jovem Protejo”. O projeto foi desenvolvido a partir de uma parceria entre o Ministério da Justiça e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para a implantação dos “Territórios da Paz” que visou atender 2.500 jovens entre 15 e 24 anos em situação de vulnerabilidade social, moradores de favelas pacificadas. Os jovens recebiam uma bolsa mensal no valor de R\$100,00, além de lanche, uniforme e material pedagógico. Também havia atividades como visitas a pontos turísticos e culturais da cidade. O projeto foi desenvolvido durante um ano, de agosto de 2012 a agosto de 2013.

As atividades foram realizadas em forma de oficinas que discutiam temas como cidadania; turismo cultural e ambiental. Além disso, havia a intenção de desenvolver atividades práticas na área de informática, percussão e fabricação de instrumentos musicais, por exemplo.

A atuação no referido projeto se deu na região de Botafogo e atendia os jovens moradores do morro Santa Marta, primeira região pacificada no município do Rio de Janeiro. No cotidiano do trabalho em diferentes atividades com os jovens o tema UPP surgia frequentemente, eles pareciam sedentos pelas discussões. Em geral, as falas eram marcadas de reclamações acerca das infinitas abordagens policiais, da interrupção dos bailes funks e outras situações que classificavam como “absurdas” por parte dos agentes do Estado.

O trabalho com os jovens moradores do morro Santa Marta fomentou uma série de questionamentos acerca da avaliação que fazem da política de segurança pública personificada na instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) pela cidade. Vale destacar que meu interesse pelo tema também está intimamente ligado a minha história de vida. Escolho estudar e pensar sobre situações/fenômenos que me afetam. Enquanto moradora de favela “pacificada”, sinto-me inclinada a buscar conhecer as representações sociais dos sujeitos acerca das UPPs, entendendo que o exercício possa contribuir para a compreensão de parte da complexidade em torno dessa intervenção estatal na vida da população carioca atingida direta ou indiretamente. Considero que o avanço reflexivo dessas questões já seja um bom caminho.

Acredito ser importante compreender as representações sociais acerca da UPP dos sujeitos que são diretamente afetados por ela. Cremos que a população carioca, a partir de sua

vivência com essa nova intervenção na área de segurança pública, esteja construindo representações na tentativa de compreender a realidade.

Essa dissertação está dividida em seis partes. A introdução trata de alguns apontamentos acerca do cenário de violência crescente no Brasil nos últimos anos. Situa o avanço do tráfico de drogas nas favelas cariocas, e o papel da mídia na divulgação dessas áreas como regiões paralelas, e, nesse sentido, apartadas da cidade formal. Além de destacar a implantação de UPPs pela cidade como potencial propulsora de transformações no cenário de segurança pública no Rio de Janeiro.

No segundo capítulo, que se divide em dois grandes blocos, inicialmente é apresentado apontamentos sobre segurança pública no contexto brasileiro, bem como a contextualização da Unidade de Polícia Pacificadora como principal estratégia de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro atualmente. Em seguida, tem destaque um breve panorama acerca da origem das favelas, o seu delineamento enquanto problema, e as estratégias adotadas pelo poder público para lidar com a questão, como as remoções e a construção de conjuntos habitacionais, por exemplo. Dessa forma, fica contextualizado o campo de estudo, a Cidade de Deus, com referência a parte dos processos envolvidos na sua idealização e desenvolvimento.

O terceiro capítulo apresenta a principal teoria orientadora do estudo, a Teoria das Representações Sociais, com ênfase na Abordagem Estrutural. Em seguida, são apresentadas as escolhas metodológicas balizadoras da pesquisa, sinalizados os objetivos do estudo, e também a caracterização da amostra. Posteriormente, os primeiros dados gerados pela análise prototípica são relatados, para em seguida serem discutidos à luz da revisão teórica balizadora do estudo. A seção cinco trata do segundo conjunto de informações gerado pela escala Likert, e sua correlação com a literatura revisada. Por fim, apresentam-se as considerações finais e são indicados os pontos relevantes gerados pelo estudo.

1 Introdução

A violência tem sido um problema social crescente no Brasil nos últimos anos, tornando-se objeto de atenção da sociedade de uma forma geral e do poder público em particular, que vem buscando estratégias para combatê-la (Godinho, 2013).

No fim dos anos 1980, intensificou-se o tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro. Somado a isso, ganhou força as facções criminosas e as disputas pelos pontos de venda de drogas ilícitas. O tráfico passou a ser um negócio altamente lucrativo e o poder bélico foi potencializado visando à manutenção do território, enfrentamento dos grupos rivais e da polícia. Nesse contexto, os moradores das favelas passaram a conviver ainda mais sob o julgo da violência, aterrorizados pelas imprevisíveis invasões de comandos e as constantes operações policiais, que, muitas vezes, resultavam em mais violência e morte (Misse, 2011).

A violência tem se apresentado enquanto um problema social crescente no Brasil nos últimos anos. Os jovens têm sido a parcela da população altamente atingida por esse fenômeno, fato constatado pelas estatísticas e diferentes estudos desenvolvidos na área, que mostram um aumento progressivo no número de mortes por homicídios (Naiff & Naiff, 2005; Misse, 2011).

Misse (2011) demarca que há um público mais vulnerável à violência por armas de fogo, a saber, os jovens negros entre 15 e 24 anos. O autor salienta que esse grupo específico tem sofrido mais mortes em situações de confronto com a polícia. Destaca que a atuação policial para o combate do crime organizado tem se traduzido em repressão violenta nas regiões pobres de diferentes cidades do país.

Pacheco de Oliveira (2014) destaca que, na década de 1990, a mídia iniciou um processo de leitura e divulgação das favelas como regiões controladas por traficantes, e, nesse sentido, apontadas como a razão da violência e insegurança crescentes na cidade. Para dar conta da guerra simbólica travada entre asfalto X favela, intervenções são iniciadas nestes territórios, em geral, resumidas às operações policiais em busca de armas, drogas e apreensão dos traficantes pertencentes aos comandos.

A literatura sobre segurança pública aponta que na sociedade brasileira, as ações nesse campo têm sido desenvolvidas no sentido de um gerenciamento das crises e não da construção de políticas consistentes de combate à criminalidade (Soares, 2007; Saporì, 2011). Outro aspecto que se destaca é a diversidade de ações na área, tanto em relação aos seus objetivos quanto às estratégias adotadas (Paschoal, 2002; Soares, 2007; Freire, 2009; Godinho, 2013).

Em um contexto de violência em franca ascensão, a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 fomentou diferentes dúvidas quanto à garantia de segurança e redução da violência por parte do Estado. As UPPs podem ser vistas como uma resposta governamental a essas dúvidas, personificada na retomada estatal dos territórios dominados por facções criminosas. De modo simplificado, a Unidade de Polícia Pacificadora pode ser entendida como uma tática de ocupação policial permanente, que somada a outras intervenções sociais, resultaria na integração destes territórios à cidade formal (Fleury, 2012).

A instalação de UPPs pela cidade tem sido apontada como propulsora de transformações no quadro de violência e criminalidade crescentes no Rio de Janeiro. Há um reconhecimento de muitos percalços nesse caminho que devem ser identificados e trabalhados no sentido do aperfeiçoamento do processo (Sapori, 2011; Fleury, 2012; Oliveira & Abramovay, 2012; Musumeci, Mourão, Lemgruber & Ramos, 2013; Godinho, 2013; Rodrigues 2014).

O presente trabalho pretende conhecer as representações sociais dos moradores da Cidade de Deus sobre a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Para o seu desenvolvimento adotamos como embasamento teórico a Psicologia Social, destacando a Teoria das Representações Sociais, sobretudo a abordagem estrutural postulado por Jean Claude Abric (1998, 2001a, 2001b) e Claude Flament (2001), por entendermos que nos será importante para o mapeamento dos elementos centrais e periféricos das representações sociais desse grupo social. Utilizamos leituras no campo da Sociologia nos aproximando das ideias de autores como Luiz Eduardo Soares (2007) e Luiz Flávio Sapori (2011). Também dialogamos com a Antropologia com os questionamentos de João Pacheco de Oliveira (2014). Sobre as contribuições do Direito trabalhando as perspectivas de autores como Cláudio Pereira de Souza Neto (2007), Robson Rodrigues (2014) e Jorge da Silva (2008). Lançamos mão dessas contribuições e de tantos outros autores por entendermos que tais áreas podem contribuir sobremaneira para a compreensão do objeto de estudo em questão. Vale destacar que atualmente há uma produção crescente que busca compreender o fenômeno UPP nas favelas cariocas, em diferentes áreas de conhecimento (Sapori, 2011; Oliveira & Abramovay, 2012; Fleury, 2012; Souza, 2012; Musumeci et al., 2013; Rodrigues, 2014; Silva & Sepúlveda; 2014).

A abordagem teórica balizadora da Psicologia Social, mais especificamente a teorização acerca das representações sociais, nos ajuda a construir um percurso de trabalho que leva em conta as coletividades. A UPP pode ser compreendida como uma intervenção

estatal importante que atravessa a vida da população carioca nos últimos anos, que afeta a rotina dos moradores de favelas e a cidade como um todo.

Optamos por trabalhar com os moradores da Cidade de Deus, favela localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, pacificada em 2009. Supomos que a entrada das UPPs provoque os mais variados comportamentos e sentimentos em relação à presença policial constante.

Por conveniência, escolhemos como grupo alvo os moradores sem delimitação de gênero ou grupo etário, compreendemos que, dessa forma, nossa opção de investigação nos possibilite uma análise a nível coletivo, e não meramente individual. Para o desenvolvimento do trabalho, estamos de acordo com a ressalva de Farr (2012, p.40) *“Somente vale a pena estudar uma representação social se ela estiver relativamente espalhada dentro da cultura em que o estudo é feito”*.

Ao delimitarmos a UPP como objeto de pesquisa, partimos do pressuposto que já exista um conjunto de ideias formadas acerca dessa política, mesmo admitindo ser uma intervenção recente na sociedade brasileira, mais precisamente no contexto do município do Rio de Janeiro. Observamos desde a implantação da primeira unidade, uma grande mobilização não só da mídia nacional, mas internacional em torno do tema, o que nos leva a pensar que muitas ideias e imagens puderam ser construídas ao longo desse tempo.

Sá (1998) delimita que os fenômenos de representação social são construídos no universo consensual do senso comum, enquanto os objetos de pesquisa são laborados no universo reificado da ciência. De acordo com o autor, o que envolve os fenômenos de representação social, necessariamente, estão dispersos na cultura, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais, por isso se faz fundamental o delineamento do objeto de pesquisa. Tal delimitação nos possibilita a apreensão dos diferentes fenômenos envolvidos de modo prático no campo de pesquisa.

1.1 Justificativa

Com a realização da pesquisa, buscamos apontar de modo criterioso o que vem povoando o pensamento social dos moradores da Cidade de Deus com o estabelecimento da UPP como política pública de segurança. Como psicólogos (as) atuantes no campo social, o tema toma grande relevância uma vez que afeta os sujeitos em suas relações cotidianas.

As práticas, sempre locais e instáveis, são constituídas por um campo de conexões díspares. Agenciamentos, dos quais fazem parte a população, as políticas de segurança pública, as leis e os psicólogos. Conexões que engendram acontecimentos. Acontecimentos que produzem encontros. Encontros onde os corpos expressam sua potência de afetarem e serem afetados. Afetos que propiciam rachaduras, possíveis efeitos dos encontros (Rebeque, Jagel, & Bicalho, 2008, p. 421).

Ainda de acordo com os autores, há uma expectativa em relação à Psicologia no campo da segurança pública que é a de humanização da performance do policial, no seu reconhecimento enquanto sujeito. Também chamam atenção para a competência da Psicologia na produção de discursos sobre os mais diversos temas, que, segundo eles teriam força suficiente para:

[...] marcar, estigmatizar e matar o outro, pela força e presença de uma certa perspectiva epistemológica de corte positivista, que insiste em um projeto objetivista, asséptico, neutro, inodoro e incolor para a Psicologia, cujas demandas são endereçadas a intervir e resolver problemas de desajustamento em situações definidas como problemas (Rebeque, Jagel, & Bicalho, 2008, p. 421).

A psicologia ocupa-se do humano e as relações que o atravessa, ocupa-se do seu bem estar, sua dinâmica. Neste trabalho, focalizamos um grupo social que, em geral, vive à margem dos direitos políticos, sociais e humanos, muitas vezes feridos em sua cidadania. O código de ética profissional do psicólogo¹ apresenta como um dos princípios fundamentais uma atuação com observância política e social da realidade, ou seja, observa a necessidade de um olhar crítico ao que cerca a sociedade. Além disso, destaca a necessidade de colaboração na concepção de conjunturas que apontem para a eliminação da opressão e a marginalização do ser humano. Conhecer as representações sociais dos sujeitos pode nos apontar o modo como tem sido as experiências diante da presença/ausência do Estado em seus locais de moradia.

Acreditamos que seja importante lançar um olhar em direção às camadas desfavorecidas da população, compreendendo as vicissitudes que as atravessam, tomando-as também como lugar de potência. O desenvolvimento de uma pesquisa com o público morador de um bairro favelado do Rio nos leva a rever nossa posição política e ética diante do sofrimento psicossocial que afeta a população. Tomaremos como norte o parecer de Sawaia (2004), que compreende a exclusão pelo prisma da complexidade, com diversas facetas, abarcando diferentes dimensões (materiais, políticas, relacionais e subjetivas). Assim,

¹ <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

pretendemos esboçar as representações produzidas nesses grupos sociais sobre a UPP, como forma também de valorizar os discursos produzidos por esses sujeitos.

A população que vive nas favelas cariocas esteve longos anos sob o julgo da violência do crime organizado, sofrendo com a ausência do Estado ou com sua presença na forma de operação policial, resultando, por diversas vezes, em mortes. Hoje, com a instalação das UPPs, acredita-se que outras possibilidades de sociabilidade sejam possíveis a essas pessoas, que alguma dignidade seja conferida, direitos assegurados, e o conseqüente reconhecimento de seu lugar social, como sujeitos de direitos, cidadãos.

Diferentes estudos sobre a Unidade de Polícia Pacificadora avaliam que esta tem sido uma estratégia com efeitos positivos sobre a cidade do Rio de Janeiro (Melicio, Bicalho & Geraldini, 2012; Fleury, 2012; Pacheco de Oliveira, 2014). Contudo, por vezes, também levantam uma série de ressalvas. Destacam que os benefícios são visíveis, porém, ainda insuficientes para dar conta do problema da criminalidade, assim como fomentar a cidadania dos moradores destas áreas.

Melicio et al. (2012) levantam questionamento acerca da atuação do profissional de psicologia no campo da segurança pública. Os autores questionam o papel do profissional nas políticas de segurança pública e as possíveis implicações dessa vinculação. Embora, no desenrolar do trabalho, os autores se utilizem do referencial teórico da análise institucional para dar conta de suas problematizações, acreditamos que os questionamentos são atuais e legítimos, uma vez que fazem eco à atual situação de instabilidade vivida pela população do Rio de Janeiro, apesar das inúmeras UPPs já instaladas. Sobre a postura/ atuação do psicólogo advertem: “[...] evidencia-se a importância da análise de nossas implicações, da forma como somos atravessados e constituídos, abrindo espaço para a invenção de novas práticas, novas formas de pensar e de atuar como profissionais” (Melicio et al., 2012, p. 63).

Segundo Bock (1999), a exigência de um maior compromisso social da psicologia se coloca, porque as condições de vida da população estão se deteriorando. As situações de miséria, pobreza e carência têm gerado imenso sofrimento psíquico. Somado a isso a onda crescente de criminalidade e violência tão perturbadora, realidade com a qual os psicólogos precisam lidar.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

- Identificar as representações sociais dos moradores da Cidade de Deus sobre a Unidade de Polícia Pacificadora, definir sua estrutura em termos do núcleo central e sistema periférico.

1.2.2 Objetivos específicos

- Compreender como os moradores experienciam o processo de pacificação.
- Delinear a visão dos moradores sobre o processo de pacificação.
- Apontar se os moradores observam mudanças em seu local de moradia após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora.
- Identificar o reconhecimento de ganhos pessoais com a instalação da UPP.
- Identificar o tipo de relação estabelecida com os policiais da UPP.
- Compreender como os moradores avaliam a UPP enquanto política pública de segurança.

2 Segurança Pública e Favela

Este capítulo divide-se em dois grandes blocos. Inicialmente apresentamos algumas considerações sobre segurança pública e seus distintos atravessamentos no contexto brasileiro, pois consideramos importante para compreensão de nossa discussão principal, a saber, a contextualização e apresentação da UPP como política pública de segurança possível no Estado do Rio de Janeiro.

No tópico seguinte, apresentamos um breve panorama acerca da origem das favelas, o seu delineamento enquanto problema e as estratégias adotadas pelo poder público para lidar com a situação, como as remoções e a construção de conjuntos habitacionais, por exemplo. Deste modo, contextualizamos nosso campo de estudo, a Cidade de Deus, e sinalizamos alguns atravessamentos históricos que contribuíram para o surgimento do bairro.

2.1 Panorama sobre segurança pública

Nos últimos anos podemos constatar que a questão segurança pública tem tomado espaço na mídia, no cenário político, assim como tem ocupado a população de um modo geral, tendo em vista a onda crescente de violência que nos assola, já compreendida como um grave problema nacional (Paschoal, 2002; Coimbra, 2003; Soares, 2007; Misse, 2011). Desta forma, discutir tal temática não é uma tarefa simples, já que envolve diferentes atravessamentos, aumentando o nível de complexidade de sua análise.

Paschoal (2002) destaca que quando há um aumento na ocorrência de um delito, ou algum crime que atinge de modo direto as classes mais abastadas, não é incomum que cresça um movimento em favor do endurecimento das penas, exigência de apreensão do autor do delito, pressão pelo aumento do número de policiamento; e até mesmo pedido de que a guarda municipal tenha poder de polícia. Compreende que tais pedidos carecem de certa reflexão, pois não pesam, por exemplo, o custo envolvido para que todas essas ações possam ser efetivadas, e as consequências para a sociedade, de um modo geral, a adoção de determinadas posturas. Salienta que, quando esse tipo de questionamento é ouvido, costuma influenciar a criação de leis de caráter combativo, nas quais não sobra espaço para pensar acerca da origem e resolução do problema.

Diferentes trabalhos (Paschoal, 2002; Coimbra, 2003; Misse, 2011) apontam que, na década de 1980, o avanço da criminalidade nos principais centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo passou a ocupar os diferentes veículos de comunicação, cuja atenção principal se dirigiu à temática da violência. Uma série de notícias veiculava as atrocidades da violência urbana e a caracterizava como “guerra civil”. Esse tipo de divulgação tem efeito direto sobre a população, gerando nas camadas médias da população uma crescente busca por segurança, traduzida na busca por segurança particular, condomínios fechados, entre outros recursos. Isto acabou por estimular o crescimento do mercado na área de segurança (alarmes, câmeras, cercas elétricas, etc.).

Coimbra (2003) aponta que houve um aumento de firmas de segurança privada no final dos anos 1980 que se estendeu por toda a década de 1990. E, em 1997, somente na cidade do Rio de Janeiro, no conjunto de empresas nesse ramo, empregava-se 140 mil homens armados (mesmo envolvendo irregularidades), número que superava os contingentes da Polícia Militar e da Polícia Civil no mesmo período. A autora chama atenção para a privatização da segurança pública no Estado.

De acordo com Wacquant (2001), a lógica de criminalização da miséria teve sua concepção nos Estados Unidos, contudo, acabou sendo ampliada para outros países. Afirma ainda que, dentro do ideário neoliberal de globalização, acompanhando uma tendência mundial, o Brasil importou dos Estados Unidos – na década de 1990 – um amplo conjunto discursivo a respeito de temáticas como: crime, violência, justiça, desigualdade e responsabilidade do indivíduo, da comunidade e da coletividade nacional.

Ainda de acordo com o autor acima citado, em sua obra “As prisões da miséria”, aponta que é paradoxal o modo como a lógica penal tem atravessado os modos de vida tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. As políticas privilegiam atuações repressivas, desconsiderando por vezes aspectos de ordem social e econômica que afetam igualmente a população, com limitações para desenvolver ações de caráter sistêmico, com as quais poderiam obter melhores resultados.

O autor desenvolve seus argumentos apontando para uma tentativa estatal de manutenção da ordem pública por meio do combate à crescente delinquência de rua, embora não exponha exatamente o que entende por isso. Em seguida, salienta que junto ao movimento de combate outras situações se colocam, por exemplo, as condições precárias de trabalho e salários, que somadas ao que denominou de hipermobilidade do capital, acabam por contribuir para a desestabilização da sociedade como um todo. Sinaliza ainda para uma

conversão da elite a uma ideologia do mercado norte americano com ênfase na segurança e consequente distanciamento de pautas de ordem econômicas e sociais.

O autor analisa que as consequências de tais processos envolvidos na lógica da penalidade neoliberal, quando inserida em países como o Brasil, que caracteriza como marcado pela desigualdade e pobreza de massa, parecem mais devastadoras. Ainda sobre a realidade brasileira ele aponta:

Em primeiro lugar, por um conjunto de razões ligadas à sua história e sua posição subordinada na estrutura das relações econômicas internacionais (estrutura de dominação que mascara a categoria falsamente ecumênica de "globalização"), e a despeito do enriquecimento coletivo das décadas de industrialização, a sociedade brasileira continua caracterizada pelas disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal, transformada em principal flagelo das grandes cidades (Wacquant, 2001, p.4).

Coimbra (2003) explica que por meio de uma austeridade penal, com ações de ordem repressiva pelo Estado, que criminaliza a pobreza, fica caracterizada a política de tolerância zero, e afirma que *uma política de penalização da miséria onde todos aqueles considerados perigosos que sujam e ameaçam as nossas ruas e as nossas vidas devem ser, sistematicamente, esquadrihados, controlados, isolados e, se necessário, exterminados* (Coimbra, 2003, p.2).

Segundo a autora supracitada, o enfrentamento do crime e dos criminosos ganha fortalecimento com a adoção da política de “tolerância zero”, através da qual o Estado atua na punição de toda e qualquer perturbação, mas, de certa forma, se exime de seus encargos sociais e econômicos. Dessa forma, tende a atribuir responsabilização quanto à desordem aos indivíduos, sobretudo às populações marginalizadas.

Coimbra (2003) reitera que a difusão do mito de “guerra civil”, somado a política de tolerância zero, que implica em um processo de criminalização da pobreza, contribui para gerar medo e insegurança nos grandes centros urbanos nacionais, e contribui para forjar uma proposta de segurança pública, a saber, *sua militarização através do apelo à lei, à ordem, ao endurecimento, à repressão* (Coimbra, 2003, p.3).

Wacquant (2001) sinaliza que a potencialização do sentimento de insegurança de ordem objetiva e subjetiva, que está ligada a lógica da penalidade neoliberal é paradoxal à medida que aspira ao fomento de um Estado policial e penitenciário em detrimento de uma intervenção no âmbito econômico e social.

A partir da década de 1990, a mídia iniciou um processo de leitura e divulgação das favelas como regiões controladas por traficantes, e, nesse sentido, apontadas como a razão da

violência e insegurança crescentes na cidade. A metáfora da cidade partida passa caracterizar o estado das coisas aquela altura, e também contribuiu para justificar a guerra simbólica travada entre asfalto X favela, fornecendo subsídio para as mais variadas intervenções policiais (Pacheco de Oliveira, 2014).

Relatório publicado pela Anistia Internacional² referente ao ano de 2014 aponta para a intensificação da crise da segurança pública no Brasil. Destaca uma série de fatores que servem de apoio para tal consideração: o crescimento do número de homicídios de um modo geral; o elevado número de mortes durante as operações policiais (sobretudo nas regiões faveladas e periféricas do país); os diferentes casos de abuso policial, refletida em uso excessivo de força nas situações de protestos, entre outros pontos. Além de sinalizar a grave crise, aponta para uma permanente violação dos direitos humanos.

Diferentes autores indicam que as ações no campo da segurança pública brasileira têm sido desenvolvidas no sentido de gerenciamento de crises, e não de construção de políticas consistentes de combate à criminalidade. Assinalam que as diferentes secretarias de estado de segurança pública, assim como as secretarias estaduais de justiça, atuam na resolução de algum transtorno pontual quando este se impõe. Esta direção desconsidera a necessidade de ações planejadas, baseadas em diagnósticos precisos sobre o processo e contexto sobre o qual pretende intervir. Outra dificuldade é o estabelecimento de sistemas competentes para monitorar e avaliar o trabalho desenvolvido (Soares, 2007; Saporì, 2011).

2.1.1 Conceitos de Segurança Pública

Bengochea, Guimarães, Gomes & Abreu (2004) compreendem segurança pública como um processo sistêmico, que abrange uma série de ações públicas e comunitárias, com a finalidade de garantir a proteção do indivíduo e da sociedade, além do emprego da justiça na punição, recuperação e tratamento dos sujeitos que infringem a lei, assegurando a todos direitos e cidadania.

De acordo com Lima & PrögLhöf (2013), a terminologia segurança pública foi empregada pela primeira vez na Constituição Federal de 1937, mais precisamente no artigo 16, inciso V. O texto aponta, que mesmo sendo citada na Constituição, a nomenclatura não foi institucionalizada naquele momento histórico. Os autores reforçam que a Constituição Federal

² Informe 2014/2015 – O Estado dos Direitos Humanos no Mundo. [Online]. Disponível em: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/o-estado-dos-direitos-humanos-mundo-20142015/>

de 1988 retoma o conceito e apresenta uma matéria especial sobre segurança pública. Contudo, criticam que o documento não deixa claro a compreensão de segurança pública adotada, e somente enumera as instituições responsáveis por ela.

Segundo o texto da Constituição de 1988, a segurança pública deve ser executada pelas seguintes instituições: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícia Civil; Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar (Soares, 2007; Freire, 2009; Lima & PrögLhöf, 2013).

Para Souza Neto (2007), é possível apontar duas concepções distintas sobre segurança pública desde o restabelecimento do processo democrático no país. Uma primeira leitura de combate, na qual a polícia assume um papel primordial de combater todo e qualquer inimigo ou ameaça, em geral, personificada pelas favelas e seus moradores. Para a efetivação das políticas baseada nessa concepção, organiza-se uma série de estratégias que equivalem a situações de guerra, na qual inúmeros direitos constitucionais acabam por ser desrespeitados, mas que são justificados por um bem maior, a saber, assegurar o combate ao inimigo, para o estabelecimento de uma esperada tranquilidade/segurança.

Ainda de acordo com esse autor, a segunda concepção consiste na ideia de prestação de serviço público por parte do Estado, na qual a ideia de combate decai para abrir espaço a compreensão da população enquanto sujeito de direitos e a polícia promotora e defensora destes. O autor fala de uma “polícia democrática” que trata de modo igualitário todo e qualquer indivíduo independente de sua origem étnica, social, política ou econômica. As ações de prevenção são privilegiadas e associadas às políticas sociais.

Souza Neto (2007) demarca que tais perspectivas não foram incorporadas à Constituição Federal de 1988. Critica também a falta de explicação clara acerca do modelo de segurança pública postulado. Contudo, aponta que o texto constitucional acrescenta uma novidade ao reconhecer a segurança como um direito dos cidadãos, mais um dever do estado democrático.

Segundo Da Silva ³(2008), a circunscrição da conceituação de segurança pública depende do ponto sobre o qual a expressão é compreendida. Por um lado há os que adotam uma leitura que corresponde a uma função inerente ao Estado, que requer uma estrutura para sua execução. Contudo, também coexiste uma compreensão do conceito enquanto questão coletiva, perpassando pela dimensão subjetiva.

³ Texto publicado online, disponível em: <http://www.jorgedasilva.com.br/artigo/53/concepcoes-sobre-a-seguranca-publica-no-brasil.-paradigmas-em-competicao>

[...] Daí, na perspectiva dos profissionais e administradores do setor, nota-se a prevalência de uma concepção técnico-jurídica, centrada em aspectos organizativos e instrumentais; e na perspectiva dos analistas externos, uma concepção sócio-política, centrada na análise dos níveis de sociabilidade, tranquilidade e (in)segurança.

O autor chama atenção para o uso do termo prevenção, compreendido como prevenção policial, e sinaliza que essa é uma concepção muito comum entre os profissionais envolvidos na área de segurança.

Da Silva (2008) valoriza a ampliação da concepção de segurança pública abarcando ações no âmbito da justiça criminal, articulada com as polícias e medidas de prevenção abrangentes. E, ainda, adverte sobre a possibilidade de conflitos ideológicos no campo de segurança pública, o que pode significar ações condicionadas às diferentes concepções políticas envolvidas.

De acordo com Coimbra (2003), o desafio posto ao Governo na perspectiva democrática é delinear uma segurança pública comprometida com os autênticos interesses da população. Salaria a importância de compreensão da segurança pública:

[...] enquanto produção histórica das elites no sentido de melhor defendê-las dos chamados perigosos. Procurar entender, ainda, como a difusão do medo, do caos e da desordem, tem, desde sempre, servido para detonar estratégias de exclusão, controle, disciplinamento, em especial nos segmentos subalternizados. Apontar tais questões nos remete não só à falta de vontade política, mas fundamentalmente à produção secular de que com o pobre está o crime o que, no âmbito das polícias brasileiras, faz com que domine uma subjetividade autoritária e anti-direitos humanos (Coimbra, 2003, p.4).

Oliveira & Abramovay (2012) sinalizam que em geral, o desenvolvimento de políticas no campo da segurança pública concentra diferentes interesses e valores em sua maturação. Indicam que, em diferentes áreas como educação e saúde, por exemplo, a política conseguiu avançar no estabelecimento de projetos, metas e instrumentos adequados à gestão pública, mas reconhecem que na segurança pública há uma grande dificuldade de sistematização.

2.1.2 Paradigmas orientadores

A diversidade de políticas e, conseqüentemente, intervenções, são possíveis a partir da adoção de diferentes paradigmas que orientam as estratégias de ação no campo, dessa forma, para a compreensão da temática violência e as alternativas de segurança pública admitidas no contexto brasileiro se faz necessária sua contextualização histórica.

Freire (2009) nos informa que a partir da Ditadura Militar é possível delimitar três principais paradigmas na área de segurança no Brasil: segurança nacional, segurança pública e segurança cidadã.

Durante o regime militar, o Brasil viveu sob o paradigma da Segurança Nacional, que teve como postulado a defesa do Estado e a ordem política e social acima de tudo. A doutrina de Segurança Nacional foi definida pela elite detentora do poder à época, e regia-se sob a lógica do interesse nacional como prioridade, o que acabava por autorizar medidas extremas em nome da manutenção da ordem. Os parâmetros da doutrina foram estabelecidos pela Escola Superior de Guerra podendo ser compreendida “*como a habilidade de um Estado garantir, em determinada época, a obtenção e manutenção de seus objetivos nacionais, apesar dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais*” (Freire, 2009, p 51).

Na lógica da defesa nacional, as Forças Armadas ganharam proeminência, tratadas como fundamentais para a efetivação da política de segurança nacional, o que incluiu investimento no treinamento de oficiais de alta patente pelo exército norte americano (Freire, 2009).

Freire (2009) destaca que a Constituição de 1988 demarca outro paradigma. Difere do que foi entendido como Segurança Nacional no período da ditadura militar, ao admitir segurança pública como um dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, além de delimitar as esferas responsáveis pela execução da mesma, desvinculando das Forças Armadas a função de assegurar a ordem.

O terceiro paradigma é introduzido partindo de uma experiência ocorrida na Colômbia em 1995, que iniciou um trabalho a partir da noção de Segurança Cidadã que acabou sendo ampliado para a América Latina de uma maneira geral:

O conceito de Segurança Cidadã parte da natureza multicausal da violência e, nesse sentido, defende a atuação tanto no espectro do controle como na esfera da prevenção, por meio de políticas públicas integradas no âmbito local. Dessa forma, uma política pública de Segurança Cidadã envolve várias dimensões, reconhecendo a multicausalidade da violência e a heterogeneidade de suas manifestações (Freire, 2009, p. 52).

De acordo com Freire (2009), o Brasil estabeleceu certa proximidade com esse paradigma de atuação, quando no ano de 2003, o Governo Federal lançou um projeto denominado Segurança Cidadã, tendo como principais parceiros as Nações Unidas e colombianos (com conhecimento técnico desse tipo de ação). A autora admite que a iniciativa sinaliza um avanço em direção a um novo paradigma em segurança, contudo, reconhece que

em termos práticos, ou seja, a adoção de políticas públicas organizadas em torno desse viés não é algo que se consolide de modo simples ou imediato.

2.1.3 A segurança e seus atravessamentos

Soares (2007) observa que, a nível federal, as ações na área de segurança pública foram marcadas por indiferença e imobilismo após constituição de 1988. Reforça que a estruturação das instituições continuou a mesma, sendo realizados alguns ajustes por conta do novo contexto democrático. Destaca a prática policial:

[...] as polícias e suas práticas deixaram de ser, ostensivamente, voltadas com exclusividade para a segurança do Estado, redirecionando-se, no perfunctório, para a defesa dos cidadãos e a proteção de seus direitos – sobretudo ao nível do discurso oficial e dos procedimentos adotados nas áreas afluentes das cidades. Todavia, a velha brutalidade arbitrária permaneceu como o traço distintivo do relacionamento com as camadas populares, em particular os negros, nas periferias e favelas. O mesmo se passou com o sistema penitenciário e os cárceres, de um modo geral (Soares, 2007, p.86).

O autor enfatiza que a abertura democrática não teve um desdobramento sobre a segurança pública, que ainda se organiza obedecendo a certa lógica que imperou nos tempos da ditadura, não propiciando um exercício pleno da cidadania. Além disso, mesmo ao considerar as especificidades das realidades estaduais e regionais, acredita que “*as instituições da segurança pública tornaram-se, via de regra, parte do problema, em vez de solução*” (Soares, 2007, p.86).

Um ponto que merece destaque ao considerarmos a temática segurança pública é a organização político administrativa no Brasil na qual as diferentes esferas governamentais e suas competências diferem em alguns aspectos como organização institucional, recursos financeiros, humanos e políticos, e sua relação com a sociedade civil. O que coloca em jogo níveis de poder também diferenciados, mas que concorrem para a demarcação das intervenções na área de segurança de forma definitiva, desde a escolha da ação a ser executada até a definição do período adequado para sua execução. A complexidade envolvida na relação entre os entes federativos já constitui um desafio nesse aspecto (Ballesteros, 2014).

Entre as diferentes questões que ampliam os entraves no campo da segurança pública, “*os lobbies corporativistas e lideranças locais têm se mostrado poderosos nas negociações político-partidárias e nos arranjos federativos sobre área da segurança*” (Ballesteros, 2014,

p.8). Entende-se que dessa forma, a segurança encontra dificuldades para caminhar no sentido da democratização.

Diferentes autores apontam que para pensar a estruturação atual da segurança pública brasileira a abertura política significou um grande avanço. Afirmam que a partir da consolidação democrática houve um progresso em direção às ações e políticas no campo de direitos humanos e de cidadania, contudo, reconhecem que o modelo adotado precisa de reformas estruturais, uma vez que acaba por dificultar a concretização dos princípios humanos e cidadãos (Soares, 2007; Da Silva, 2008; Lima & PrögLhöf; 2013).

Embora a segurança seja postulada pela Constituição de 1988 como um direito fundamental e tenha caráter universal, a literatura sobre o tema aponta dificuldades para que essa dimensão seja respeitada, não sendo incomum que somente parte da população, geralmente as classes mais abastadas, tenha seu direito “assegurado” (Paschoal, 2002; Souza Neto, 2007; Ballesteros, 2014).

2.1.4 Polícia: corporificação da segurança?

Da Silva (2008) chama atenção para o uso do termo “prevenção” compreendido como prevenção policial. Sinaliza que essa é uma concepção muito comum entre os profissionais envolvidos na área de segurança. Tece suas críticas a esse tipo de leitura como algo bastante reducionista, apontando que precaução não pode ser traduzida como a soma de forças policiais para a prevenção do crime. De acordo com ele, esse tipo de interpretação desconsideraria três pontos de grande relevância dentro da temática:

[...] primeiro, o fato de a polícia estar contida em dois sistemas, no sistema de justiça criminal, na esfera do Judiciário, e no sistema de segurança pública *stricto sensu*, na esfera do Executivo, em que outros órgãos atuam; segundo, o fato de que as ações deste último sistema (o de segurança pública) devem ser parte da política governamental para a segurança em sentido lato, abrangendo programas de prevenção de amplo espectro, de prevenção primária; e terceiro, o fato de que o poder público dispõe de meios com os quais pode contribuir para o aumento do "capital social" das comunidades, independentemente do "capital econômico" das mesmas, investindo na valorização do ser humano e promovendo maior integração entre os cidadãos pela ação das associações comunitárias, das igrejas, da escola, das agremiações de lazer; pela prática do esporte e de atividades culturais.

De acordo com Coimbra (2003), no Brasil, do mesmo modo que ocorre em outros países capitalistas, as políticas de segurança pública têm sido norteadas no sentido da

manutenção da ordem, que por vezes, se traduz em ações de repressão. Salienta que um exemplo deste modo de atuação pode ser verificado historicamente. Já no período colonial, a preservação da ordem pública era operacionalizada através do emprego das forças policiais no controle e vigilância de todos os indivíduos avaliados como perigosos para os detentores do poder.

Da Silva (2008) reconhece uma tradição de ações repressivas por parte do Estado e sinaliza a existência de uma disputa na área de segurança pública, na qual estariam os operadores do direito penal em oposição aos militares das Forças Armadas – perspectivas que o autor nomeia como viés penal e viés castrense, respectivamente. Ainda sobre isso o autor discorre *“assim, conduzida a atividade pelos primeiros, prevalece a visão segundo a qual os problemas do crime, da violência e da ordem pública se resolveriam com a lei penal. Conduzida pelos segundos, os problemas se resolveriam com a força”*.

Na perspectiva penal – atravessada pela ótica do endurecimento das penas – dar conta de temas como a prática de crimes e a população carcerária constitui algumas das preocupações. Desse modo, destina-se pouco interesse a problemática da violência urbana ou problemas de ordem pública em geral. Enquanto na perspectiva castrense adota-se a lógica de combate às ameaças, aos inimigos e à desordem. Da Silva (2008) aponta que tais perspectivas são equivocadas e não dariam conta da problemática em questão – aponta para a necessidade de desconstrução dos modelos penalista e militarista rumo a uma perspectiva de caráter mais preventivo. Ainda, ressalta:

[...] O mais grave é que, na prática, esta visão penalista-militarista da segurança pública consolidou-se no Brasil. Ainda é com esse modelo duplamente enviesado na cabeça que a maioria dos policiais brasileiros trabalha. Os cânones universais da atividade, fundados em outros marcos, têm passado ao largo de nossas práticas. Nem pensar em valores como **direitos humanos**, cidadania e mediação de conflitos (grifo do autor)”

Coimbra (2003) destaca o que chamou de um “estado de guerra civil”, mito que segundo a autora tem sido amplamente difundido tanto no Brasil quanto na América Latina, como leitura para análise da política de segurança pública. Sinaliza que tal expressão associada a diferentes dispositivos adotados desde a ditadura militar no país serve como justificativa para o emprego de medidas violentas por parte do Estado. Aponta que o discurso forjado nesse contexto é estabelecer que o conjunto de indivíduos reconhecidos como miseráveis podem representar uma ameaça potencial para a democracia.

Wacquant (2001) indica que a insegurança no Brasil é acentuada pela intervenção das forças do Estado. Explica que o emprego da violência pela polícia militar e a adoção

recorrente à tortura pela polícia civil contribuem para uma atmosfera de terror generalizado entre as classes populares. Salienta que a violência policial é tradicionalmente instituída na sociedade brasileira e se impõe sobre os miseráveis:

Essa violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a "subversão interna" se disfarçou em repressão aos delinquentes. Ela apóia-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre feras e doutores, os "selvagens" e os "cultos", que tende a assimilar marginais, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem (Wacquant, 2001, p.1).

Bengochea et al. (2004) em artigo no qual problematizam a possibilidade de concepção de uma polícia diferente em uma sociedade democrática, demarcam a necessidade de revisão da função policial e advertem que alguns atravessamentos precisam ser considerados:

[...] por mudanças nas políticas de qualificação profissional, por um programa de modernização e por processos de mudanças estruturais e culturais que discutam questões centrais para a polícia: as relações com a comunidade, contemplando a espacialidade das cidades; a mediação de conflitos do cotidiano como o principal papel de sua atuação; e o instrumental técnico e valorativo do uso da força e da arma de fogo (Bengochea et al., 2004, p.119).

De acordo com Bengochea et al. (2004), tradicionalmente o modelo de intervenção policial traduz-se em uso de força, que, em geral, beira o limite da legalidade. Os autores afirmam que há possibilidade de mudança no modelo de polícia a partir da revisão de sua função, para que esta possa focalizar a garantia e efetivação dos direitos fundamentais de cidadania dos indivíduos. Entendem que o diálogo com a comunidade, a assunção de um papel de mediador e negociador são instrumentos fundamentais. Ressaltam que os policiais precisam ser preparados para avaliar a necessidade de utilização de força, cabendo a alternativa de utilizar outros recursos conforme cada caso. Destacam a importância da existência de políticas públicas balizadoras de *“investimentos na qualificação, na modernização e nas mudanças estruturais e culturais adequadas”* a instituição policial (Bengochea et al., 2004, p.120).

No processo de mudanças políticas e sociais e o entendimento da sociedade como espaço de conflito, cenário para fenômenos complexos como violência e criminalidade, a demanda policial adquire outros contornos, como a garantia de direitos constitucionais. A aclamada manutenção da ordem pública passa carecer de uma ação estatal mediadora de diferentes interesses. Deste modo, a sociedade democrática abre espaço para uma atuação policial mais protetora dos direitos, ou seja, o desenvolvimento de ações preventivas e menos

repressivas, nesse lugar de diversidade de desordens e incerteza que compõem o tecido social (Bengochea et al., 2004).

Fenômenos como a violência e a criminalidade estão largamente presentes em nossa sociedade, exigindo ações e respostas efetivas. A atuação policial resolutiva desses engodos passa pela compreensão destes elementos em diferentes níveis, sendo importante a articulação de ações. O que equivale a dizer que cada problemática apresentada precisa de um manejo distinto no universo democrático (Bengochea et al., 2004).

Bengochea et al. (2004) salientam a impossibilidade de um procedimento homogêneo para os policiais levando em consideração a sociedade complexa na qual vivemos. Entendem que estes profissionais precisariam desenvolver a capacidade de posicionar suas escolhas e ações conforme as circunstâncias, nesse sentido, a ação mediadora toma lugar de grande importância.

2.1.5 O desafio de estabelecer uma agenda para a segurança pública

Soares (2007) buscou pontuar algumas tentativas de formulação de políticas na área de segurança a nível nacional, delineando os atravessamentos políticos em torno das diferentes empreitadas. O autor pontua que a dificuldade em avaliar as políticas públicas na área de segurança e a atuação policial não diz respeito somente à realidade brasileira, mas, é algo que ocorre igualmente em outros países.

Para clarificar seu posicionamento, ele explica que é possível adotar determinada política, considerada razoável para contornar determinado problema, e ainda assim, os indicadores podem sinalizar um aumento significativo destes mesmos problemas. Enquanto a adoção de outra estratégia, encarada como não muito adequada, pode gerar resultados positivos. O autor esclarece que por trás dessa problemática coexistem inúmeros fatores que podem concorrer para seu acontecimento, contudo não os discutiremos, pois acreditamos que entrar nessa discussão nos desviaria do foco principal do capítulo.

Soares (2007) indica que entre os anos de 2000 e 2007, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi iniciado um plano nacional de segurança pública. De acordo com ele, a execução do plano foi precipitada devido ao episódio que ficou conhecido como “o

ônibus 174⁴”, ocorrido no Rio de Janeiro, o qual foi veiculado pela mídia nacional em tempo real. Resultou numa definição da agenda nacional para a segurança pública que o autor denominou como uma “*listagem assistemática de intenções heterogêneas*” (Soares, 2007, p.83), pois fornecia diretrizes importantes, mas não estabelecia parâmetros adequados para sua execução:

Faltava àquele documento a vertebração de uma política, o que exigiria a identificação de prioridades, uma escala de relevâncias, a identificação de um conjunto de pontos nevrálgicos condicionantes dos processos mais significativos, de tal maneira que mudanças incrementais e articuladas ou simultâneas e abruptas pudessem alterar os aspectos-chave, promovendo condições adequadas às transformações estratégicas, orientadas para metas claramente descritas. [...] O documento apresentado à nação como um plano não atendia aos requisitos mínimos que o tornassem digno daquela designação (Soares, 2007, p.83).

Contudo, o autor supracitado reconhece que mesmo com limitações o plano trazia algumas formulações interessantes como a ideia de prevenção da violência, a partir da qual resultou o Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência (Piaps). O Piaps tinha como premissa o fortalecimento de projetos sociais a nível federal, estadual ou municipal, cujas temáticas incidissem sobre a violência. Embora a ideia representasse uma boa perspectiva os obstáculos eram inúmeros para sua real efetivação devido a dificuldade de estabelecer uma política intersetorial no Brasil.

Soares (2007) informa ainda que no governo FHC foi criado o Fundo Nacional de Segurança Pública, cujo objetivo seria fomentar políticas públicas no âmbito da segurança adequada a realidade nacional. O fundo acabou não atingindo seu objetivo e serviu para atender necessidades pontuais como compra de viaturas e armas, não representando de fato nenhum tipo de modificação na estrutura das políticas no setor. O autor admite que, embora tenha havido dificuldades para o Governo, este conseguiu atribuir a segurança a devida importância, contudo a inovação das questões não significou a criação das condições necessárias para sua execução:

[...] conferiu à questão da segurança um status político superior, reconhecendo sua importância, a gravidade da situação e a necessidade de que o governo federal assumisse responsabilidades nessa matéria; e firmou compromisso político com a agenda dos direitos humanos, mais especificamente, na área da Segurança Pública, com uma pauta virtuosa (prevenção; integração intersetorial e intergovernamental; valorização da experiência local; qualificação policial; estímulo ao policiamento

⁴ De acordo com o site de notícias Folha Online em julho de 2000, na Zona Sul do Rio de Janeiro, ocorreu o sequestro de um ônibus da linha 174, no qual cerca de dez pessoas foram feitas reféns. Após um longo período de negociações, um policial disparou contra o sequestrador, contudo, o disparo resultou no ferimento da refém, que também levou tiros do sequestrador e morreu a caminho do hospital. Além disso, após as investigações concluíram que o sequestrador foi morto por asfixia dentro do carro da polícia militar.

comunitário; apoio ao programa de proteção às testemunhas e à criação de ouvidorias) (Soares, 2007, p.85).

Soares (2007) enfatiza ainda que decisões importantes na área de segurança pública já haviam sido tomadas antes do primeiro governo FHC, como a criação da secretaria nacional de Direitos Humanos e a formulação do primeiro plano nacional de Direitos Humanos.

Soares (2007) em acordo com outros autores (Paschoal, 2002; Freire, 2009; Oliveira & Abramovay, 2012; Godinho, 2013) reforça a precariedade das políticas de segurança pública brasileira, avaliando-as como dispersas e pouco eficientes para lidar com a problemática da violência e avanço da criminalidade. Reconhece que a falta de uma política nacional sistêmica, com objetivos claros e bem sistematizados concorre para ações pulverizadas pelos diferentes entes federativos (União, Estados e Municípios), que acabam em intervenções pouco eficazes ou resolutivas, e salienta que na primeira gestão do governo Lula foi elaborado um Plano Nacional de Segurança Pública tendo contribuído para sua construção diferentes atores sociais.

Soares (2007) destaca que foi um plano audacioso que conseguiu a adesão dos diferentes governadores. As propostas do plano foram construídas a partir de uma visão sistêmica que favorecia lidar com diferentes questões no campo da segurança pública, tendo como foco a reforma estrutural das polícias, do sistema penitenciário e o desenvolvimento de políticas preventivas e intersetoriais. Contudo, o presidente acabou optando por não executá-lo integralmente devido aos riscos políticos que tal ação envolveria.

No ano de 2007, no segundo mandato de governo Lula, foi lançado na esfera federal o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

2.1.6 Desafios à construção de saídas as problemáticas de segurança pública

Freire (2009) sinaliza que nos debates sobre possíveis saídas para as questões da segurança pública, não é incomum posicionamentos que se polarizam entre um discurso social e outro repressivo. Tais posicionamentos são encarados como excludentes, logo, na adoção de um, o outro deixa de ter lugar, o que denominou “efeito gangorra”, que avalia como contraproducente. Assim, comumente prevenção e repressão são encaradas como posturas dicotômicas. Aponta para dois paradigmas ligados à visão das políticas de segurança pública “[...] *Ou são políticas independentes ou estão subordinadas às macropolíticas sociais. Quando independentes, constituem as políticas repressivas. Quando subordinadas à questão*

social, constituem as políticas preventivas. Como se vê, neste contexto é difícil fugir da dicotomia, do antagonismo” (Freire, 2009, p.47).

Oliveira (2002) alerta para a necessidade de superação dessa lógica dicotômica, pois não as considera inconciliáveis, propõe que haja uma interlocução que permita uma conexão lógica e funcional entre repressão e prevenção, tendo em vista que podem ser complementares. Como forma de possível superação dos impasses assinalados acima propõe uma distinção entre os termos “políticas de segurança pública” e “políticas públicas de segurança”. Entende que o primeiro termo se refere às funções policiais, enquanto a segunda terminologia abarca as diferentes estratégias no âmbito governamental e não governamental, impactadas pela questão da criminalidade ou que ocasionam impacto nessa problemática.

A autora considera que a confusão entre os termos e sua devida funcionalidade pode gerar equívocos, como, por exemplo, reivindicação de soluções de problemas em lugares não responsáveis por sua resolução. Outra questão é não apropriação dos atores envolvidos sobre o que é de sua responsabilidade, acabando por desempenhar funções fora de sua alçada, mesmo que seja na ordem do discurso, como o Estado intervir em situações que seriam de competência da prefeitura, por exemplo. Assim, considera que o esclarecimento acerca das políticas de segurança pública e políticas públicas de segurança podem constituir um avanço para a delimitação das responsabilidades de cada ator, seja a nível governamental ou não. A necessidade de compreensão de que os problemas de segurança, sobretudo a violência, precisam ser encarados de forma sistêmica e como responsabilidade de todos, como o seu controle ou dissolução, não só dos agentes do Estado, mas da sociedade como um todo, trabalhando de forma integrada. Reconhece que esse tipo de atuação é difícil, mas pode fazer parte de uma construção lenta e progressiva.

Zacchi (2002) assinala outro tipo de dicotomia predominante nas discussões a respeito da criminalidade, o imperativo que exige atuações cada vez mais repressivas pelo Estado por um lado e, por outro, o que compreende a violência como mero reflexo da desigualdade social a que estamos imersos. Destaca o caráter limitador desse tipo de leitura que não contribui de fato para avanços na segurança pública. Contudo, a força dessas leituras perpassa tanto o discurso político quanto o midiático, de modo que o surgimento de um posicionamento diferente a respeito da violência tende a ser incorporado e encaixado em uma dessas vertentes. O que restringe a abertura para novas propostas, ampla e consistente.

Somado a essa leitura restritiva, Zacchi (2002) aponta para o enraizamento de determinadas ideias no pensamento social muito difíceis de serem revistas, como um certo conservadorismo que acredita na punição (endurecimento de leis e penas) como saída,

enquanto um setor de esquerda fundamenta-se na ideia das desigualdades, sobretudo a econômica, como desencadeadora dos conflitos sociais. Além disso, demarca o componente emocional mobilizado pelo tema visto o que envolve – dor, medo, insegurança. O somatório destas questões contribui para um cenário propício para ações e discursos oportunistas no campo da segurança pública de acordo com a ideologia que se pretende estabelecer. Assim, fica demarcado como um “beco sem saída” o crescente aumento da violência urbana.

Zacchi (2002) procura demarcar que embora o cenário seja desanimador em certo ponto, marca que um novo paradigma vem sendo amadurecido envolvendo diferentes esferas da sociedade civil e das universidades para o enfrentamento da violência no qual o foco recai sobre a prevenção, e não o combate às situações de violência.

O autor relata também que há um crescimento de estudos em torno dos temas “violência e criminalidade” não só no cenário nacional, como também no contexto internacional, com a intenção de delinear não só os fatores envolvidos nesses processos, mas na busca de proposições para sua resolução. Assinala para um crescente interesse em estratégias que privilegiem a prevenção com forte participação das esferas de controle social somadas a um sistema penal também orientado para políticas preventivas.

Zacchi (2002) pontua que as iniciativas como o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) no Rio de Janeiro, e no Jardim Ângela e Favela Alba em São Paulo, nas quais as intervenções desenvolvidas foram pensadas de forma sistêmica, envolvendo diferentes atores sociais e órgãos do Governo, demonstraram a possibilidade concreta de efetivação de uma política de enfrentamento à violência e criminalidade. O autor entende também que na esfera federal a criação do Plano Nacional de Segurança Pública vem a reboque desse novo paradigma tendo em vista a adoção de medidas de caráter preventivo, somada a projetos e ações sociais nas regiões críticas do país.

O autor analisou as iniciativas acima referidas quando estas ainda estavam no início de sua implementação, e de acordo com ele, representavam mudanças no campo da segurança pública. Para ele, tais experiências possibilitaram pôr em evidência os diferentes problemas de ordem prática com os quais os gestores deveriam lidar para a consolidação dessa política como: consolidação de espaços institucionais governamentais voltados para formulação e acompanhamento de ações de caráter preventivo; embates corporativistas e ausência de uma cultura cooperativa entre os diferentes atores envolvidos; insuficiência de informações sólidas para o diagnóstico e o desenvolvimento de ações; dificuldade em articular a participação social e comunitária nas ações gestadas para as áreas atingidas e, por fim, a inexistência de

um sistema de avaliação e monitoramento de experiências positivas na área da segurança pública.

Outros trabalhos entendem que o problema da segurança pública deve ser encarado como responsabilidade de todos e não somente do Estado. Reconhecem a dificuldade inicial de adesão a essa perspectiva, assim como enfatizam que não se trata de isentar o Estado de seus deveres em relação à segurança. Mas sim, que esse postulado pretende reconhecer as limitações inerentes à atuação estatal que dificulta que atue com exclusividade na resolução do problema da violência (Oliveira, 2002; Paschoal; 2002).

Paschoal (2002) ressalta que o reconhecimento das limitações do Estado para lidar com o problema não o isenta das responsabilidades inerentes ao seu papel social. Diz que deve ser encarado sob uma “perspectiva realista” no sentido de proposição de potenciais saídas, diferente de um olhar “conformista”, que não vislumbra mais possibilidades de mudanças. Reconhece que há avanços, mas ainda, muito a ser feito, contudo, destaca que a sociedade precisa se conscientizar acerca do seu papel no processo de democratização da segurança, assim como outros setores sensíveis de ações como a educação e a saúde. A autora assinala “[...] em se admitindo que a segurança está diretamente relacionada à integração social e não ao aumento da repressão, tem-se que o primeiro passo para qualquer avanço é ter honestidade frente a essas e outras questões básicas” (Paschoal, 2002, p.66).

Oliveira (2002) acentua que admitir o problema da segurança pública como um problema de todos tornou-se um clichê, tendo em vista que houve uma certa banalização, que não considera como negativo. Pois no início de divulgação da ideia, houve muitas resistências, que obrigou aos agentes do Estado a reiterar tal postura até que pudesse ser compreendida, e já representa menos dificuldade de aceitação.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) na introdução do Plano Estratégico⁵ do Governo do Estado do Rio de Janeiro, documento que apresenta diferentes perspectivas para o Estado no período correspondente de 2007 a 2010, o então governador Sérgio Cabral deixa claro seu objetivo de tornar o Estado mais ágil e competente. Para tal, entende ações estratégicas na área de segurança, saúde e educação como um dos caminhos a serem percorridos. Também pautou a segurança pública como importante para a vida dos cidadãos fluminenses, entendendo que esta contribui também para gerar uma atmosfera favorável aos negócios.

⁵ Disponível em http://download.rj.gov.br/documentos/10112/179269/DLFE-28567.pdf/plano_estrategico_2007_2010.pdf

O referido documento apresenta uma projeção para o Estado do Rio de Janeiro até o ano de 2027, o projeto de segurança pública somado a uma nova conjuntura socioeconômica resultaria em uma drástica redução nos índices de violência e criminalidade.

A SEPLAG, ainda no Plano Estratégico do Governo do Estado (referente a 2007-2010), em capítulo que trata das estratégias do Governo, salienta a necessidade de recuperação da segurança pública e da cidadania, que seria alcançada através da diminuição expressiva da criminalidade e progresso na percepção de segurança. No item, áreas de resultado, no qual consta uma lista de ações a ser executada pelos diferentes gestores públicos estaduais, no intuito de alcançar as projeções governamentais, o primeiro item em destaque é “reconquista da segurança”. Apresenta um diagnóstico dos acontecimentos no Estado naquele momento, com aumento progressivo da violência, e como consequência, o aumento dos custos para lidar com esse quadro.

No documento intitulado Plano Estratégico para o Governo do Estado do Rio de Janeiro no período de 2012 a 2031⁶, a SESEG (Secretaria de Estado de Segurança Pública), que tem entre seus diferentes papéis as funções policiais, ratifica o comprometimento para a diminuição dos índices de violência e admite a impossibilidade de extinção da mesma. Para alcançar tal meta indica que deve atestar maior segurança, acompanhada de diminuição da percepção de insegurança por meio de políticas preventivas e repressão com orientações estratégicas, inteligência e prestação de contas à sociedade. Além disso, sinaliza a disseminação das UPPs como ponto a favor do combate ao crime, e apresenta uma avaliação geral da estratégia:

Os avanços realizados com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em territórios do crime são condição necessária, embora insuficiente, para a sua transformação em territórios de cidadania. A questão territorial exigirá enfrentamento urgente nas regiões afetadas pelos grandes empreendimentos econômicos. Nas UPPs já instaladas, a intervenção de diferentes setores do Governo – saúde, assistência social, infraestrutura, educação e trabalho – será indispensável à integração das novas áreas sob o controle das forças policiais (SESEG, 2012, p.81).

Esse texto ainda explica que a democratização da segurança pública inclui a ampliação dos serviços de policiamento às localidades pauperizadas, mas também, abarca a mudança na lógica imperativa de um papel policialesco do Estado para uma ação estatal compromissada com o bem-estar social.

Segue informando que dentro do programa UPP inclui-se estrategicamente a qualificação das forças policiais através de cuidados com a profissionalização que vão desde o

⁶ <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/179269/DLFE-50346.pdf/PlanoEstrategico20122031.pdf>

treinamento e reestruturação de quadros, até o reconhecimento do trabalho e do enfrentamento à corrupção. Destaca que a decisão de investir na qualificação da gestão de pessoal e modernização dos sistemas de informação confere coerência e credibilidade ao projeto. Ressalta a área de inteligência como um domínio da gestão, que compreende operadores qualificados, rapidez e precisão nas informações.

2.1.7 A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP): política de segurança pública possível

A página oficial da UPPRJ, no portal do Governo do Estado⁷, informa que as Unidades de Polícia Pacificadora são regulamentadas por meio do decreto nº. 42.787 de 06 de Janeiro de 2011. As unidades foram instituídas para o cumprimento de ações especiais referentes à pacificação e à manutenção da ordem pública. Além disso, deve trabalhar na lógica de polícia de proximidade nas regiões que atuam, a saber, comunidades pobres com a presença de grupos criminosos armados. A figura do secretário de segurança pública José Mariano Beltrame tem um papel fundamental para a articulação e efetivação dos trabalhos das UPPs, que aposta desde o princípio na potencialidade do projeto de pacificação.

As Unidades de Polícia Pacificadora são responsabilidade da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESEG), órgão do poder executivo do Estado responsável pelo planejamento e gerenciamento das políticas públicas de segurança. A SESEG tem gerência tanto sobre a Polícia Civil (PCERJ) quanto a Polícia Militar (PMERJ), que carregam como atribuição comum a manutenção da ordem pública a nível estatal. De modo específico, à Polícia Militar cabem as atividades ostensivas e a prevenção de possíveis delitos, enquanto a Polícia Civil se ocupa da investigação dos fatos (Soares, 2007; Rodrigues, 2014).

Rodrigues (2014) destaca que a UPP corresponde a uma companhia militar destacada da Polícia Militar. No âmbito administrativo recebe apoio do batalhão de acordo com a região na qual está fixada, e é operacionalizada pela Coordenadoria de Polícia Pacificadora.

Segundo informações do Governo do Estado em sua página UPPRJ a estruturação das UPPs se dá da seguinte forma: um comando local (exercido por um capitão ou major) apoiado por um conjunto de soldados recém-formados para atuação na UPP segue uma doutrina de policiamento comunitário e seus agentes recebem uma bonificação pelo trabalho. Rodrigues

⁷ UPPRJ. Conceito UPP: a polícia da paz. Disponível em: <http://upprj.com>.

(2014) destaca que as atividades podem ainda ser supervisionadas por cabos, sargentos e ocasionalmente por subtenentes.

Segundo UPPRJ o processo de pacificação envolveria quatro fases:

1ª fase: retomada;

2ª fase: estabilização;

3ª fase: implantação da UPP;

4ª fase: pós Implantação.

Já o decreto nº. 42.787 de 06 de Janeiro de 2011 aponta de modo mais pormenorizado o que corresponde cada etapa do Programa de Pacificação:

1ª etapa: intervenção tática que seria executada pelo BOPE, BPCoque e agentes dos CPA. O objetivo desse efetivo seria a retomada do território.

2ª etapa: estabilização corresponde à realização de ações táticas e de cerco que prepara a região para implementação da UPP.

3ª etapa: implantação da UPP que corresponde à entrada dos agentes com treinamento para a execução das ações esperadas da polícia de proximidade com o intuito de auxiliar o ingresso dos diferentes serviços públicos e privados ainda não ofertados naquele espaço.

4ª etapa: avaliação e monitoramento visam o aperfeiçoamento do programa de pacificação através da avaliação de todos os serviços ofertados, tanto de ordem pública, quanto privada no território pacificado, incluindo as ações da polícia pacificadora.

Rodrigues (2014) adverte que embora o decreto tenha descrito todas as etapas concernentes ao processo de pacificação, não há esclarecimento sobre o processo de proximidade, em quais termos deveria se dar ou quais as diretrizes a serem seguidas pelos policiais. Entende que o modo como foi organizado o programa a prioridade tem sido em relação à ocupação militar, tendo em vista que as demais etapas que careceriam de maior fundamentação por parte do Instituto de Segurança Pública (ISP), mas que ainda não foram concretizadas.

Sapori (2011) sugere a adoção da UPP como um caminho promissor na segurança pública no Rio de Janeiro. O autor avalia a implantação como uma forma de superar as fragmentadas estratégias de enfrentamento da criminalidade adotadas no Estado nos últimos anos. Considera como uma expansão do direito à segurança para locais antes desprovidos da ação estatal não só em termos sociais. Demarca que a UPP pode contribuir para a diminuição, mas não extinção do tráfico de drogas, contudo pode intervir para que essa comercialização não ocorra sob a coação física e psicológica dos habitantes das localidades ocupadas.

O autor admite que os obstáculos à implementação são muitos, ao mesmo tempo adverte que a UPP não pode ser vista como *solução milagrosa* para a problemática da violência. Lembra que não é incomum que no campo político haja diferença entre o projeto e sua execução, somado as ocorrências não presumidas. Contudo, reconhece que tais pontos podem servir como orientadores para o aperfeiçoamento das estratégias ainda enquanto o processo se desenvolve. Aponta que medidas de monitoramento e avaliação devam ser adotadas pelos gestores para seu constante aprimoramento.

No ano de 2008, foi implementada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora – UPP – no Estado do Rio de Janeiro, no morro Santa Marta. Atualmente, na cidade, é difícil encontrar pessoas que não discutam ou questionem de forma positiva ou negativa essa estratégia. As UPPs estão na mídia, veiculadas, muitas vezes, como uma possibilidade de “salvação” para as favelas e seus moradores (Souza, 2012). Embora existam falas que questionem a efetividade desse tipo de intervenção, é comum nos diferentes noticiários nacionais a veiculação de notas que, em geral, apontam para uma avaliação positiva da população.

Encontramos na página oficial do Governo do Estado sobre a UPP⁸ um balanço inicial do funcionamento das unidades:

Nas comunidades onde as UPPs funcionam há mais tempo, o sentimento generalizado entre os moradores é de que a vida melhorou muito. Um novo círculo virtuoso está ganhando força: o trabalho das UPPs gera reconhecimento da comunidade, que confia mais e colabora, denunciando criminosos e esconderijos de armas e drogas. O policial, por sua vez, já percebe a melhoria de sua própria imagem e encontra maior receptividade por parte da comunidade onde atua.

Ainda segundo a página da UPPRJ atualmente são 38 UPPs instaladas. Também informa 264 territórios retomados, sendo beneficiadas aproximadamente um milhão e meio de pessoas, além de 9.543 policiais com treinamento de polícia de proximidade.

O site também traz considerações sobre a implantação da UPP, e de acordo com ela a pacificação postula um novo relacionamento entre policiais e comunidade, organizada para atuar na lógica da polícia de proximidade, ideia que inicialmente transcende o conceito de policiamento comunitário, que adota como estratégia o estabelecimento de uma parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. Encontramos ainda uma referência à atuação perpassada pelo diálogo e respeito às características de cada território ocupado, favorecendo o surgimento de lideranças comunitárias.

⁸ <http://www.upprj.com/>

Fleury (2012) salienta que a mudança na política pública de segurança com a instalação de UPPs não resultou necessariamente no fortalecimento das políticas sociais. Critica a supremacia do aparato coercitivo em detrimento das políticas e direitos sociais, como limitador da ampliação da cidadania dos sujeitos atingidos por esta política.

2.1.7.1 Questões sobre a pacificação

Pacheco de Oliveira (2014) em artigo no qual busca discutir a terminologia pacificação conforme conceito adotado pelo poder público na formulação da UPP, salienta a novidade na utilização do termo na esfera pública. Demarcando o atravessamento histórico do termo, destaca:

Trata-se de uma categoria central e que atravessou cinco séculos, da história colonial ao Brasil republicano, até então unicamente utilizada para a população autóctone, que por suposto seria regida por valores e padrões de comportamento absolutamente diversos dos ocidentais. Estes povos, que desconheciam a religião cristã, praticavam a poligamia, a feitiçaria e a antropofagia, ofendiam frontalmente — assim fomos levados a acreditar pela história oficial — os padrões morais dos europeus (Pacheco de Oliveira, 2014, p.27).

Segundo o autor não há clareza sobre o motivo da adoção do termo pacificação para descrever atualmente a intervenção policial nas favelas do Rio de Janeiro. Rodrigues (2014) salienta que a normatização que regula a Pacificação é precária, ocupando-se muito dos aspectos iniciais da ocupação territorial. Reconhece que a ocupação territorial como primeira abordagem é primordial, mas salienta que não pode ficar limitada a esse aspecto.

Pacheco de Oliveira (2014), de forma crítica, arrisca atribuir significado às iniciativas de pacificação na atual conjuntura da cidade:

[...] objetivam restaurar o controle estatal (leia-se militar) sobre as favelas ocupadas pelo tráfico. Há aqui uma clara analogia com as “pacificações” coloniais, dirigidas contra as aldeias dos autóctones que não se submetiam voluntariamente às autoridades administrativas e religiosas da época. Uma metáfora de natureza terapêutica poderia ser lembrada para pensar as ações “pacificadoras”, equiparando-as a remover um tumor maligno, que afetaria o próprio corpo social. Mas tal metáfora não seria aplicável, pois inexiste o registro tanto de uma clara convergência entre médico e paciente no processo terapêutico quanto de um antagonismo entre o doente e os agentes portadores da doença (Pacheco de Oliveira, 2014, p.138).

O autor destaca que a temática da pacificação ocupa o discurso midiático e dos órgãos governamentais de forma incessante, mas entende que todo o processo acaba por se resumir à ocupação e controle policial das áreas faveladas.

Rodrigues (2014) questiona a escolha de pacificação somente de áreas sob o domínio do tráfico de drogas, sem haver nenhuma menção ou projeto de expansão para regiões dominadas por milícias. Em relação às expectativas acerca da atuação da UPP o autor destaca:

[...] a UPP não vai resolver os problemas da segurança pública do estado atuando nas favelas, como alguns poderiam até imaginar. Acreditar nisso é insistir numa visão simplista da segurança pública que a reduz a um problema eminentemente policial com base nas “crenças” da favela, deixando atores fundamentais fora do foco de seus problemas, inclusive os do próprio sistema de justiça criminal. Armas e drogas, por exemplo, necessitam de investigação específica que não se limita ao território estadual e que extrapola o mandato da polícia militar (Rodrigues, 2014, p.79).

Diferentes autores demarcam que a implementação da política de pacificação no Rio de Janeiro tem sido marcada por desafios e benefícios à cidade como um todo, mas, sobretudo aos moradores de favelas pacificadas e aos gestores de segurança pública. Permanece como pauta o questionamento do uso da força policial e a convivência com os moradores, muitas vezes marcada por tensões e insegurança, mas, que ainda assim, de modo gradual, vem sofrendo mudanças (Fleury, 2012; Musumeci et al., 2013; Rodrigues, 2014; Silva & Sepúlveda, 2014).

Rodrigues (2014) destaca que independente da atuação da polícia de proximidade pode acontecer atitudes de represália (tiros, ameaças, mortes) na favela por parte de traficantes (presentes ou fugidos) pela insatisfação com a presença policial, que prejudica seus negócios. O autor destaca que é preciso compreender esse tipo de dinâmica do modo mais realista possível, para que não sejam repetidas antigas intervenções como as do modelo anterior. Entendendo que isso poderia corresponder a um retrocesso dos resultados já obtidos pela pacificação, o autor salienta:

[...] Todavia, quando o policial se convence de que são as redes de confiança, construídas em cooperação com os demais atores, que podem gerar maior tranquilidade a seu ambiente de atuação, ao quebrarem de maneira mais eficaz a hegemonia criminosa anterior, o risco desse retorno diminui. Evidentemente, para se chegar a esse estágio do processo, é necessário todo um aprendizado humanizador entre morador e policial (Rodrigues, 2014, p.80).

Silva & Sepúlveda (2014) destacam que o processo de pacificação resumido à presença policial é insuficiente para assegurar as devidas transformações. Sinalizam também que o que se convencionou designar de “cultura de paz”, que entendem como uma noção

pouco clara e palpável deve ir além da postulação de mudanças estruturais na Polícia Militar, mas, sobretudo, conjugar as potenciais atuações policiais às questões como geração de emprego e renda, escolarização dos jovens e crianças, garantia de serviços públicos adequados, em resumo, inclinação para o desenvolvimento social integral.

Souza (2012) observa que após a pacificação da favela Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, diversos representantes do Estado passaram a utilizar o termo reconquista do território, assim como outras expressões alusivas a ações de guerra. Salienta que a mídia, de um modo geral, deu bastante destaque a todo o processo e imediatamente absorveu as diferentes terminologias, como, por exemplo, estratégia e controle territorial, adotadas pelos agentes do Estado naquele momento. Contudo, reconhece que a metáfora de guerra já havia sido apropriada em diferentes ocasiões, sobretudo no que se refere ao combate ao tráfico, tanto pela mídia quanto pelo Estado.

Ainda sobre a situação de reconquista territorial, Souza (2012) faz alusão às tropas do Terceiro Reich que ocuparam a Normandia para, não sem alguma ironia, exemplificar a situação brasileira na qual a figura inimiga é compatriota dos possíveis libertadores. O autor demarca que no contexto carioca os temidos “inimigos”:

[...] são jovens negros e mulatos, muitas vezes franzinos, armados com enormes fuzis, mas calçados com chinelos de borracha. A juventude pobre dos espaços segregados é, em última análise, o grande “inimigo” a se temer, real ou potencialmente, no imaginário das elites e da classe média (Souza, 2012, p.118).

Rodrigues (2014) aponta que a UPP surge em um contexto de total descrédito na ação policial desvinculada a uma ação de “guerra”. Sinaliza que a implementação das unidades pode auxiliar na desconstrução de estereótipos acerca das favelas e seus moradores, promovendo maior aproximação. Avalia o processo pacificação como “*uma guinada drástica no percurso da segurança pública*” (Rodrigues, 2014, p.74) e questiona sua possibilidade de sustentação ao longo do tempo.

2.1.7.2 A política de proximidade

Como um dos objetivos propostos pelo projeto de pacificação é o estabelecimento de proximidade, este pode resultar no estreitamento da relação entre polícia/população, população/Estado, população/serviços públicos e privados. Construção de uma cultura de paz

em detrimento do tradicional confronto e combate caracterizado pela longa guerra ao tráfico. Proposta que legitima o Programa de Pacificação como ambicioso, diferenciando-o de outras iniciativas, mas que ainda encontra dificuldades consistentes para sua plena implementação (Rodrigues, 2014).

Oliveira & Abramovay (2012) em estudo que buscou avaliar os impactos das UPPs na vivência da cidadania dos moradores dos morros Vidigal e Cantagalo apontam para duas perspectivas a serem consideradas no que tange a essa política pública de segurança. Inicialmente chamam atenção para a ideia de processo, contextualizando a UPP como mais uma iniciativa no campo e ainda em desenvolvimento. Assim, tão importante é a gestão e, também, a construção de ferramentas que subsidie o planejamento e acompanhamento da política, mas, sobretudo, a superação do entendimento de segurança enquanto segurança física, “*mas como segurança de toda a cidadania*” (Oliveira & Abramovay, 2012, p.127).

A segunda perspectiva envolve as diferentes disputas políticas em torno do processo desenvolvimental desta estratégia. Demarcam que o atravessamento político faz parte dessa construção, e o espaço das disputas político partidárias também surgem, contudo, devem ser admitidas para que ocorra sua plena implementação.

Musumeci et al. (2013) apontam para diferentes avanços desde a implantação da primeira unidade. Contudo, os autores admitem que o Programa de Pacificação como potencial para auxiliar no processo de transformação do relacionamento da polícia com a população apresenta uma série de barreiras e desafios que não podem ser minimizados por conta dos progressos já alcançados.

O estudo realizado por Musumeci et al. (2013) buscou compreender a atuação policial (de cabos e soldados atuantes em UPPs) e seu relacionamento junto aos moradores das favelas já pacificadas. Como informações, o estudo apontou que do universo de 775 policiais entrevistados, de diferentes unidades, 50,9% avalia que a formação realizada pela PM não é adequada para efetivamente prepará-los para trabalhar em uma UPP.

Cerca de 46,2% dos policiais entrevistados apontou satisfação no trabalho como policial de UPP. Enquanto 27,4% responderam ser indiferentes e 26% insatisfeitos. Entre a satisfação e a insatisfação apareceram diferentes motivos. Dentre os policiais satisfeitos estão os que guardam alguma identificação com o programa, com a atuação direta com as pessoas e a possibilidade de integrar uma polícia diferente, as gratificações recebidas, entre outros pontos. Enquanto que os insatisfeitos relataram as condições de trabalho, como baixo salário e a precariedade da infraestrutura nos locais em que estão lotados. Também sinalizaram a preferência por atuar em outras áreas da PM, ou simplesmente não gostar do trabalho na UPP,

assim como o sentimento de desvalorização e desrespeito por parte dos moradores ou dos demais agentes dos batalhões, entre outros fatores:

Mencionam-se ainda relações ruins com os moradores e problemas com o comando da unidade ou mais genericamente, com a hierarquia da corporação. Alguns entrevistados manifestaram a impressão de estarem sendo usados para fins políticos, de que o projeto não irá perdurar e de que ele não gera reais resultados para a população (Musumeci et al., 2013, p.5)

Musumeci et al. (2013) destacam que embora haja um número razoável de policiais insatisfeitos com as atividades na UPP isso não resulta em uma avaliação majoritariamente negativa. Justificam tal afirmativa apontando que 60% dos entrevistados alegaram ter uma visão positiva das UPPs. Embora haja uma proporção em torno de quase 60% que como preferência sinalizou o desejo de atuar em uma unidade diferente da PM, que não a Unidade de Polícia Pacificadora.

Os motivos que os entrevistados assinalaram para justificar a preferência por um lugar de trabalho diferente foi bastante variado. Em linhas gerais pode-se verificar que os agentes, próximo de 60%, expressou sua vontade de atuar em batalhões convencionais. Enquanto aproximadamente 30%, informaram vontade de trabalhar em unidades como o Bope e o BPChoque, por exemplo. Esse recorte da pesquisa apontou que a maioria dos policiais, cerca de 90%, manifestou desejo de sair da UPP, pois prefere os serviços mais tradicionais da instituição, como o policiamento ostensivo. Esses dados sinalizam para uma baixa aderência ao programa de pacificação.

Outro ponto que vale ser destacado na pesquisa é o fato de a maior parte dos que demonstraram insatisfação (91,4%) desejam sair da UPP, contudo, parte dos que se mostraram satisfeitos também manifestaram vontade de mudança, cerca de 27%. Tais resultados podem indicar que:

[...] parte significativa dos que querem sair poderia ser “conquistada” para o trabalho em UPP por meio de incentivos profissionais, da melhoria das condições de trabalho e de uma valorização maior do modelo de policiamento de proximidade em relação ao policiamento ostensivo tradicional, tanto no âmbito da formação quanto no da prática cotidiana (Musumeci et al., 2013, p. 9, grifo do autor).

Musumeci et al. (2013) chamam atenção para os dois modos diferentes de intervenção policial nas favelas cariocas, que podem impactar a avaliação dos agentes de UPPs sobre a política de segurança do Estado e seus desdobramentos:

De um lado, o Programa de Pacificação, apontando para um “novo paradigma” de atuação em comunidades populares, porém restrito às áreas de maior interesse econômico e turístico da cidade. De outro, a manutenção do “velho paradigma” de enfrentamento e de incursões pontuais e violentas

da polícia nas favelas sem UPP, sugerindo, não uma inflexão global da política, mas um programa de alcance parcial e de aplicação seletiva (Musumeci et al., 2013, p. 11).

Os autores destacam a ausência de um esclarecimento acerca da efetiva política de segurança na transformação da atuação policial para além dos limites das UPPs, como potencial fomentador da incredulidade nas intenções e propostas balizadoras do projeto. Acreditam que a falta de clareza pode afetar a relação que os agentes estabelecem com a política de pacificação, bem como sua aderência, assim como as expectativas de mudança no trabalho policial. Conjecturas justificadas com base nas respostas dos entrevistados, 42% assentiram que “a UPP é a polícia do futuro”; enquanto metade concordou que “as UPPs vieram para ficar” e, aproximadamente 60%, concordaram que “as UPPs foram criadas só para garantir a segurança da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016”.

A pesquisa também perguntou aos agentes acerca da necessidade do porte de fuzis na UPP. Do universo de entrevistados, 38,4% justificaram o uso como possibilidade de rápida resposta a possíveis ataques de dentro ou de fora da Comunidade, além de estabelecer paridade com o poder de fogo dos traficantes. De certa forma, os dados sinalizam para o uso do fuzil atrelado a um modelo de polícia combativa, na qual para a imposição da autoridade e até mesmo atuação preventiva – em situações de desordem – o porte do armamento denotaria simbolicamente força e poder. Embora o uso desse tipo de armamento também tenha chegado aos traficantes da favela os auxiliando no exercício do poder territorial.

Musumeci et al. (2013) entenderam que esses resultados destacam a dificuldade de desconstrução desse tipo de pensamento, cuja atuação é marcada pela imposição da força, tendo em vista o tipo de armamento adotado. Além disso, a manutenção dessa lógica impede a consolidação nas UPPs do “*novo paradigma*” de uma polícia de proximidade assentada mais no diálogo do que na ostensividade da força” (Musumeci et al., 2013, p.14).

Sobre o “tipo de trabalho que os policiais de UPP realizam a maior parte do tempo”, nas entrevistas ficou clara a predominância de atividades ligadas ao policiamento ostensivo, como abordagem de suspeitos, registro de queixas, entre outros. Em detrimento de ações esperadas no policiamento comunitário que serviu de referência para o policiamento de proximidade, o qual prevê o estreitamento de relações com os diferentes atores locais, estabelecimento de parcerias, favorecimento do diálogo entre moradores e o comando da unidade, entre outros pontos. Os autores advertem que:

De qualquer modo, os dados do survey parecem confirmar a existência nas UPPs de uma divisão de tarefas entre a execução do policiamento de proximidade em sentido amplo e a da “proximidade” na acepção restrita do

termo, isto é, limitada à presença ostensiva e contínua, porém não-interativa, dos policiais na comunidade (Musumeci et al., 2013, p.18).

A pesquisa apontou que são muitos os desafios a serem superados para a efetivação do policiamento de proximidade. Enquanto 2,9% dos agentes consideraram como aspecto mais positivo do trabalho em UPP o relacionamento comunitário, cerca de 34,7% o menciona como o que existe de mais negativo. Outro dado que chama atenção é em relação aos sentimentos que os policiais acreditam que a maioria da população demonstra em relação a eles. Cerca de 46,1% dos policiais avaliou que os moradores alimentavam sentimentos negativos (como raiva, medo, desconfiança) em relação a eles, enquanto 10,3% confiavam que a maioria era indiferente.

A pesquisa corrobora o que outros estudos já apontaram em relação à permanência da polícia nas favelas, relação historicamente marcada por conflitos e tensões, com inúmeros desafios a percorrer para a mudança desse quadro (Bengochea et al., 2004; Saporì, 2011; Oliveira & Abramovay, 2012; Musumeci et al., 2013; Godinho, 2013).

Musumeci et al. (2013) destacam que, embora as dificuldades sejam grandes, marcadas por entraves na relação entre policiais e moradores, há persistência na manutenção de ações arbitrárias, por vezes, violentas e corruptas. Apesar de tudo isso, tal conjunto de coisas não pode ser encarado como indicativo de fracasso do programa de pacificação, que está para além de significar ocupação policial:

O que ele propõe para a sequência dessa etapa inicial é de alcance muito maior e, por isso mesmo, muito mais difícil de atingir: a “pacificação” das relações entre polícia e favela, a “pacificação” da cultura policial bélica e a “pacificação” dos mecanismos de regulação de conflitos em segmentos da população por muito tempo sob domínio de criminosos armados (Musumeci et al., 2013, p.20).

Elencam que a Polícia Militar precisa rever sua postura historicamente marcada por arbitrariedades, olhar discriminatório e ações violentas em relação às camadas desfavorecidas da população. Enquanto que às comunidades caberia superar a longa trajetória de subordinação ao poder paralelo exercida pelos traficantes, além da relação distante com as instituições governamentais, e ainda:

[...] Uma profunda mudança na formação, o reforço do controle externo e a valorização profissional, de um lado, e, de outro, o fortalecimento da institucionalidade e do associativismo locais parecem elementos indispensáveis para que se avance nessa jornada cidadania adentro, que as UPPs não garantem, mas criam a oportunidade de percorrer (Musumeci et al., 2013, p.20).

Ao final do estudo Musumeci et al. (2013) sinalizam o incontestável sucesso da Unidade de Polícia Pacificadora na retomada de territórios, no declínio do número de mortes por incursões policiais nas favelas, assim como a redução do sentimento de insegurança. Contudo, adverte que ainda é delicado o processo de substituição do tradicional modelo de polícia pelo paradigma de policiamento de proximidade. O que está em jogo é a superação da lógica da ocupação policial ostensiva por uma relação menos antagonica e violenta entre os agentes do Estado e a população favelada.

Também chamam atenção para o acelerado processo de implantação das unidades, conjugado a uma falha no estabelecimento de ferramentas que avaliem e monitorem as ações em curso de modo contínuo, que poderiam contribuir para o aperfeiçoamento do modelo, condições que acabam por gerar uma série de inquietações em relação à consolidação dessa estratégia ao longo do tempo.

A necessidade de reestruturação da polícia sinaliza para a dificuldade de formar policiais dentro do perfil adequado ao policiamento de proximidade. Para dar conta do contingente necessário às favelas já pacificadas o treinamento tem sido condensado e os agentes alocados nas unidades independentemente de seu interesse voluntariamente nesse tipo de trabalho:

[...] os riscos dizem respeito, assim, à possibilidade de estagnação ou mesmo recuo do processo de implantação e institucionalização do policiamento de proximidade, à permanência da cultura policial tradicional e ao perigo de crescente “contaminação” da parcela de policiais entusiastas do projeto pela dos que hoje se mostram descompromissados, incrédulos ou resistentes – invertendo a direção do movimento que se pretende promover com as UPPs (Musumeci et al., 2013, p.21, grifo do autor).

De acordo com Rodrigues (2014) não existe um programa pedagógico institucional que oriente adequadamente os profissionais da segurança quanto ao seu papel junto à população que atualmente passou a atender. O autor entende que o estímulo à cooperação e o intercâmbio entre os policiais e os moradores pode contribuir para a dissolução gradual das conexões criminais atuantes no território.

A instalação de UPPs pela cidade é reconhecida como potencial mobilizadora na transformação do problema de violência e criminalidade no Rio de Janeiro, e por isso mesmo, todos os percalços devem ser identificados e trabalhados no sentido do aperfeiçoamento do processo. Há sempre o risco de limitação do projeto a apenas ocupação policial como forma de garantir a segurança necessária para realização das Olimpíadas, bem como foi para a Copa do Mundo (Fleury, 2012; Musumeci et al., 2013).

O desafio posto pelo projeto de pacificação dentro do contexto da política pública de segurança na busca de sedimentar o paradigma do policiamento de proximidade nas favelas, urge pela participação da sociedade como um todo, mas, sobretudo, dos locais que recebem o programa, propondo agendas, reivindicando direitos, compartilhando os espaços coletivos de decisões sobre o território, entre outros pontos. A percepção por parte dos policiais de que a UPP pode representar importante abertura para a valorização profissional e uma avaliação social positiva de seu trabalho no lugar de ações combativas, geradora de conflitos (Musumeci et al., 2013).

Oliveira & Abramovay (2012) salientam que a compreensão das UPPs passa pela contextualização histórica das diferentes estratégias adotadas pelo Estado no contexto da segurança pública, entendendo que de outra forma, qualquer leitura pode ser limitadora. Informam que no caso das favelas estudadas os moradores, no que tange a segurança pública, seus olhares vão da esperança à desconfiança. Informam que os moradores reconhecem o avanço na articulação com políticas de outra natureza, e isso aviva a esperança. Os autores reconhecem que são muitas as críticas às UPPs, e que sua consolidação precisará lidar com a maior parte delas, e acreditam que, se a sociedade brasileira alcançou resultados positivos em campos como a educação, saúde e assistência social, também poderá alçar voos maiores na segurança.

2.1.7.3 Desafios à consolidação da política

Rodrigues (2014) ao passo que reconhece os avanços a partir da adoção da UPP destaca também algumas fragilidades:

Na ausência de um programa de pacificação propriamente dito, com objetivos, conceitos, estratégias e, principalmente, ferramentas adequadas para seu monitoramento e avaliação, seria razoável presumi-lo a partir de discursos oficiais, muitas vezes ambíguos, algumas pesquisas científicas sobre o tema, uma normatização tímida e um aprendizado diário baseado na intuição e no improviso de atores que no dia a dia estão diretamente envolvidos com o projeto (Rodrigues, 2014, p.78).

O autor sinaliza que há um discurso que busca dimensionar as prováveis transformações no cenário da segurança pública no Estado por meio das comunicações dos diferentes órgãos do Governo, na divulgação dos decretos normatizadores, através do trabalho da mídia na divulgação de informações referentes à pacificação. O que tem sido apontado como uma sensível mudança na atuação policial comparado ao histórico de conflitos com o

tráfico, sendo substituído por uma política de caráter preventivo, no estabelecimento do diálogo com as organizações comunitárias e no fortalecimento/construção de uma relação de confiança mútua para o estabelecimento da paz nas localidades.

Contudo, diversos autores indicam que reiterados problemas nas regiões com UPP apontam para dificuldade de conjugar a proposta com a prática diária no território. Há denúncias de abuso de poder, uso arbitrário da força, distanciamento das lideranças locais. Entretanto, não se pode perder de vista que se trata ainda de uma política em construção que precisa buscar meios para superar seus próprios desafios (Bengochea et al., 2004; Saporì, 2011; Fleury, 2012; Oliveira & Abramovay, 2012; Musumeci et al., 2013; Godinho, 2013; Rodrigues 2014).

Rodrigues (2014) ressalta que cada favela apresenta características próprias, com organização específica, produção cultural e material única e com demandas particulares, o que não pode passar despercebido no processo de pacificação. Dessa forma, o modo como pode se desenrolar tal processo varia também de acordo com o modo que os atores sociais dessas favelas se apropriam desse momento, o tipo de dinâmica e diálogo estabelecido com os gestores nesses territórios.

O autor observa que a pacificação abre um leque de novidades para o conjunto de profissionais envolvidos em seu processo (os policiais) que estiveram por longos anos focados no combate ao narcotráfico. Diferentes estigmas impedem que os agentes percebam de modo claro os indivíduos e a riqueza presente nestes locais. Não é incomum certo julgamento moral dos sujeitos que viveram toda vida sob o julgo do tráfico. Questões sérias que precisam ser corrigidas para que efetivamente se construa a proximidade tão alardeada pelo projeto.

A adoção das UPPs implica numa ruptura de paradigma em busca da construção de um novo, o que pode implicar em dificuldades. A ausência de diretrizes suscita dúvidas tanto para a sociedade quanto para os agentes que estão ligados ao projeto. Além disso, num cenário de ausência de métodos eficazes de acompanhamento e monitoramento da prática diária, pode incorrer em equívocos, como supervalorização ou inabilidade para lidar com ocasionais problemas que venham a surgir. Pode dificultar a resolução, pois o problema surgido pode não ser encarado como parte do processo, e, portanto, avaliado em termos de sua dinâmica e resolução, mas pode ser visto como um sinal de desgaste do programa de pacificação. Tal leitura fica latente, sobretudo, nas situações em que os problemas surgidos são abordados pelo velho prisma da repressão e coação. Tudo isso contribui para dificultar ainda mais o estabelecimento da proximidade, ou seja, a superação da metáfora de guerra e seus malefícios (Rodrigues, 2014).

Rodrigues (2014) aponta a importância do estabelecimento de indicadores objetivos que possibilitem a avaliação do programa como forma de auxiliar seu gerenciamento por meio de seu monitoramento. Admite que estabelecer referências de aproximação e prevenção não corresponde uma empreitada simples, sobretudo por conta da ausência de sistematização de informações acerca do trabalho e inexistência de sistemas digitais apropriados. Indica que a Secretaria de Estado de Segurança Pública se ocupou da contratação de uma consultoria especializada, contudo, há uma lentidão na entrega do produto aos gestores do programa.

Diferentes autores assinalam a necessidade de investimentos em tecnologias no campo da segurança pública como primordial para um bom gerenciamento das ações (Soares, 2007; Sapori, 2011; Rodrigues, 2014). Rodrigues (2014) demarca que o esforço de inserir diferentes tecnologias possibilita não só dimensionar a qualificação adequada da mão de obra necessária ao trabalho, mas auxilia também a gestão inteligente dos recursos, planejamento adequado das ações de acordo com os objetivos delimitados, entre outros pontos.

Os moradores das áreas pacificadas vivem sob o impacto dessa política de governo. Podemos constatar na mídia os louvores à implantação das UPPs, contudo, já coexiste um movimento que demonstra certo desgaste do modelo. Os gerenciadores da pacificação estabeleceram uma verdadeira campanha de valorização dessa ação governamental para a cidade. O que nos leva a questionar como os moradores das favelas pacificadas percebem e vivenciam o processo da pacificação. O olhar do morador sobre essa política pública se faz importante para a avaliação da mesma, uma vez que o melhor sujeito a informar, são aqueles que estão envolvidos no fenômeno.

2.1.7.4 A Unidade de Polícia Pacificadora na mídia

Desde a implementação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no ano de 2008, a mídia vem acompanhando cada etapa do projeto de pacificação. As primeiras notícias foram sempre, de um modo geral, a favor da iniciativa, posicionamentos que a reconheciam como estratégia importante para a resolução do problema da violência no Estado do Rio de Janeiro. Diferentes reportagens foram produzidas seja pelas emissoras de televisão, o rádio ou revistas impressas e online, alardeavam a aceitação da população a nova intervenção do Estado.

Nos noticiários televisivos fomos tomando conhecimento sobre as ações e mudanças nos territórios pacificados, o papel da polícia nessa nova conjuntura. Artigo de Aurílio

Nascimento de dezembro de 2009 no jornal EXTRA⁹ interroga se a UPP é a solução e admite como marco para a transformação do sofrimento da população das comunidades pacificadas.

Na página oficial UPPRJ, há um trabalho consistente de divulgação das UPPs como promotora de diferentes intervenções nos espaços pacificados. Divulgam todos os tipos de ações, desde aulas esportivas ministradas pelos agentes, passando por eventos comunitários nos quais os policiais colaboram, veicula uma imagem positiva das unidades, contribuindo para a divulgação de uma imagem de sucesso do projeto de pacificação.

Ainda na página UPPRJ¹⁰, há uma sessão “na mídia”, que reúne diferentes notícias veiculadas na mídia em geral sobre o trabalho das UPPs. Vale destacar que o conjunto de reportagens selecionado pelo site dão relevo a manchetes de ações bem sucedidas ou que reforçam a amplitude do trabalho da UPP nas diferentes localidades pacificadas.

De acordo com o site de notícias Rioonwatch¹¹, as UPPs inicialmente foram consideradas exitosas, “*mais humanitárias e sem forças policiais corruptas*”. A retomada das regiões antes dominadas pelo crime organizado, causando impacto na organização do tráfico de drogas, circulação de armas e vendas de drogas. Situação que colaborou para a especulação imobiliária nas localidades em torno das áreas pacificadas.

A página acima citada enfatiza que a realidade da pacificação também contribuiu para fomentar o surgimento de seguimentos de mercado, antes não possíveis nestes territórios, como o turismo. O site ainda destaca que as primeiras favelas pacificadas “*foram acompanhadas de um forte impulso publicitário, com inaugurações muito difundidas [...] na mídia não houve (ou quase) nenhuma informação negativa*”.

Artigo de André Naddeo na Folha de São Paulo¹² publicado em janeiro de 2016 traz destaque a fala do então governador do Rio, a época da inauguração da primeira UPP que teria afirmado o fim do tráfico no morro Santa Marta com a pacificação. Naddeo (2016) destaca que com o passar dos anos o tráfico encontrou outros meios para continuar seu comando.

Castro (2015) aponta que a lógica da pacificação enquanto política de segurança contribuiu para suprimir o discurso corrente das instituições de segurança sobre a guerra ao tráfico. O autor destaca que após o surgimento das primeiras UPPs há uma mudança no

⁹ <http://extra.globo.com/casos-de-policia/aurilio-nascimento/upp-a-solucao-386934.html>

¹⁰ <http://www.upprj.com/index.php/midia>

¹¹ <http://rioonwatch.org.br/?p=13373>

¹² <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1725285-upp-modelo-em-morro-do-rio-trouxe-paz-mas-trafico-se-mantem.shtml>

discurso midiático, contudo entende que continua a lidar com a problemática da segurança pública de modo superficial. Critica que não há nenhum tipo de contraponto que leve em conta as regiões pacificadas, localizadas em áreas de interesse econômico, próximos aos lugares importantes para a realização dos eventos Copa do Mundo e Olimpíadas. Castro compartilha sua hipótese sobre os motivos de tais posicionamentos:

[...] é que os meios de comunicação hegemônicos, enquanto intelectuais orgânicos das classes mais abastadas, justificam formas específicas de gestão estatal dos territórios populares do Rio de Janeiro e representam a favela como um outro, um território e uma forma de vida que não teria lugar no conjunto da cidade. Esse posicionamento naturaliza essa visão de mundo não apenas para os não moradores dos espaços populares, mas também para eles – os próprios moradores – que vivem à margem da cidade enquanto território da violência e de uma sociabilidade avessa às normas e valores hegemônicos (Castro, 2015, p. 204).

O estudo realizado por Castro (2015), no qual analisou editoriais, sobretudo do jornal O Globo, aponta que as manchetes e matérias publicadas após um ano da instalação da primeira UPP no morro Santa Marta avaliavam positivamente o projeto de pacificação, reconheciam e exaltavam a iniciativa governamental nos territórios de favelas.

O autor também destaca pesquisa divulgada pelo O Globo em fevereiro de 2009, na qual os dados relativos à aprovação dos moradores à UPP são altos, cerca de 93%. Enumera uma série de outras manchetes elogiosas ao projeto. Demarca que a difusão da ideia de pacificação pelo Estado e pelas mídias “*é uma forma de vincular a sensação de que todos os cidadãos têm direito à cidadania*” (Castro, 2015).

Após 8 anos do projeto de pacificação, muitas coisas mudaram. Atualmente, acompanhamos uma modificação no discurso midiático sobre as UPPs. Notícias recentes apontam o desgaste do processo de pacificação, alguns apontam para a falência das UPPs. A repercussão do caso Amarildo e uma série de outros problemas envolvendo as unidades de polícia pacificadora contribuíram para essa transformação.

Publicação da revista Forum¹³, em artigo de fevereiro de 2014, elenca cinco motivos que levaram à falência da UPP. Elencam que a atuação da polícia de proximidade, com uma relação mais próxima à comunidade não foram alcançados plenamente. Posturas habituais como invasão de casas, abuso de poder continuaram a se perpetuar. Outra dificuldade seria a expansão do projeto a todas as favelas. Demarca que a escolha das regiões pacificadas

¹³ <http://www.revistaforum.com.br/2014/02/12/upp-os-cinco-motivos-que-levaram-a-falencia-o-maior-projeto-do-governo-cabral/>

orientadas por conta dos megaeventos, vinculada a interesses políticos e econômicos e não voltadas ao bem estar da população. O braço social, que daria conta das problemáticas sociais nos locais pacificados, a UPP social, não se consolidou. E por último apontam a insuficiência do projeto sobre as regiões dominadas por milícias, atualmente somente uma localidade foi pacificada.

2.2 Favela: origem e marcas

A literatura aponta a origem do termo favela relacionando-o a uma vegetação presente na região de Arraial de Canudos, no Sertão da Bahia. Conta-se que os combatentes da Guerra de Canudos ao regressarem ao Rio de Janeiro, passaram por diversas dificuldades, entre elas a falta de moradia. Sem uma intervenção direta das autoridades, esses combatentes buscaram alternativas, como a construção de habitações nas encostas dos morros. Com o passar do tempo, tais agrupamentos habitacionais começaram a ser chamados de favelas, numa referência ao morro de Canudos. No ano 1897, ocupações na área central originaram as primeiras favelas, como o morro da Providência e o morro de Santo Antônio (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares, 2005).

No livro “A invenção da favela, do mito de origem a favela.com”, Valladares (2005) aponta como foi sendo forjada ao longo do final do século XIX e primeiras décadas do século XX representações acerca da favela. Demarca que características do que se denominou favela já eram encontradas na organização dos cortiços, como moradias precárias e problemas de infraestrutura. Tendo os cortiços sido combatidos pelo poder público sob a proposta de higienização e modernização que sofreu a cidade do Rio de Janeiro.

Valladares (2005) sinaliza que ideias e imagens relacionando o universo de Canudos e a favela costumavam ser destacadas por jornalistas e escritores da época. Frequentemente, os jornais veiculavam notícias sobre a localidade e seus habitantes. Pontua que um conjunto de intelectuais da época ao retratar a favela estabelecia estas relações, sugerindo a favela como um espaço de resistência, mas também de ausência de controle das autoridades, com um funcionamento próprio, relacionavam assim o sertão e a favela.

Ao longo dos anos, as favelas se consolidaram como forma de moradia e diferentes propostas para combatê-las foram adotadas pelo poder público. As estratégias para lidar com a urbanização da cidade, o crescimento das favelas, já encaradas como um problema, foram

marcadas pela oposição favela e asfalto. As autoridades propunham diferentes ações que variavam entre propostas de eliminação desses espaços, por meio das remoções, até um processo de urbanização da favela, como formas de dar conta da problemática (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares 2005).

O processo de favelização do Rio de Janeiro é datado nos anos 1930. O termo favela tem um reconhecimento oficial somente em 1937, contudo somente 50 anos depois foram levantados dados oficiais sobre esta organização de moradia, quando ocorreu o primeiro Censo no Distrito Federal. O termo aparece oficialmente no código de obras que tinha a pretensão de organizar as construções pela cidade, que trazia em um de seus artigos a limitação do desenvolvimento de novas favelas (Valladares, 2005).

As favelas já foram definidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro como aglomerações de baixa renda. Na década de 1980, foi realizado um levantamento sobre as favelas que já incorporou o termo, superando a designação anterior (Burgos, 2009).

Burgos (2009) sinaliza que a noção de favela, historicamente constituída, trata-se de uma representação social forjada por uma elite intelectual, que a formatou como “*antítese de um certo ideal de cidade*” (Burgos, 2009, p.53). Destaca que tal dimensão da representação fora construída em um momento particular de transformações no cenário da cidade no início do século XX:

[...] a transformação do nome próprio Favela, empregado para designar um lugar específico, em um substantivo comum, que designa certo tipo de habitação popular. Tipo esse que não se definia tanto pela forma de construção da casa (...). O que sim parece ter sido central para a definição desse tipo de habitação popular é a sua forma de relação com a cidade. Com efeito, manuseada pelos interpretes oficiais da época, a categoria favela serve muito bem para afirmar um ideal de cidade (excludente), que deixa de fora um amplo segmento da população urbana, boa parte dela oriunda de famílias de escravos (Burgos, 2009, p.52).

O autor sinaliza que posteriormente a categoria favela sofre uma ressignificação por parte dos moradores, que se reapropriam, criando espaço para demarcação de sua afirmação identitária. Tal movimento ganha força através da organização de associações de moradores, fundação das escolas de samba, entre outros fatores. Burgos (2009) sinaliza que também aí participam alguns intelectuais representando a favela em suas músicas, na produção literária, a identificando como lugar da cultura popular.

Burgos (2009) demarca também que na década de 1960, o meio acadêmico, sobretudo o campo das ciências sociais, voltou seus interesses para o estudo da favela e por meio de pesquisas começam a levantar sua própria interpretação desses lugares. Sinaliza que devido a isso, uma nova forma de leitura da favela foi inaugurada, a divulgação de trabalhos que

contribuíram para a desconstrução de muitos estereótipos, tanto positivos quanto negativos, atribuídos à favela. Contudo, reconhece que algumas leituras, em geral preconceituosas, perduram até hoje, como a visão das favelas como locais de ausência e criminalidade.

O autor pontua que embora haja diferentes nuances ao longo da história das favelas, ainda permanece a ideia destes lugares como subalternos, a despeito de uma afirmação positivada por parte de seus moradores, ou da leitura das ciências sociais, que contribuíram para dar luz a diferentes aspectos da vida na favela. Admite que o lugar social da favela ainda está muito ligado às concepções que surgiram em sua origem. Marcada atualmente também por uma vinculação a uma cultura da violência.

Zaluar & Alvito (1998) demarcam que a cidade do Rio de Janeiro carregou a marca do paradoxo em seu processo de desenvolvimento urbano, com a decisão de eliminar os cortiços, colaborou para o aumento da população residente nos morros e regiões vazias. Demarcam que a resistência da população das favelas, como a organização para a reivindicação de direitos foi importante nesse percurso.

Os autores salientam que as favelas ficaram marcadas como áreas de habitações precárias, irregulares, sem pavimentação, sem serviços públicos adequados e infraestrutura. Sinalizam que tais marcas foram fruto da soma entre a pobreza de seus habitantes e a negligência do poder público, o que contribuiu para fortalecer o imaginário da favela como espaço da ausência. Enquanto lugar de carência recebeu diferentes estratégias políticas que colocaram a favela e o favelado como “bode expiatório” das problemáticas da cidade. Desde o início das primeiras favelas estas foram encaradas como locais perigosos, de pessoas perigosas e vagabundas. Local sempre encarado como problema e à parte da cidade formal.

Diferentes autores apontam que desde o surgimento das favelas, estas são definidas a partir de uma perspectiva que marca ausências. Em muitos aspectos são descritas como localidades desprovidas dos serviços públicos básicos, ou seja, distantes de uma infraestrutura adequada. Também não é difícil encontrar caracterizações desses locais como espaço de pobreza e violência. Acrescido a tudo isso, leituras que as homogeneízam, negando em parte diferenças e peculiaridades das diferentes favelas que integram o cenário urbano (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares, 2005).

2.2.1 Modernização da Cidade do Rio de Janeiro e o problema Favela: as remoções como alternativa

Nos primeiros anos do século XX ocorreu um importante crescimento populacional acarretado principalmente pela imigração de famílias de outras regiões do país, que buscavam empregos e melhores condições de vida. A cidade não tinha a infraestrutura adequada para receber o progressivo aumento do fluxo populacional. O adensamento de pessoas na cidade contribuiu para a ocupação irregular de diferentes partes urbanas, até mesmo das encostas, das áreas das margens dos rios e dos corredores de transportes coletivos (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares, 2005; Ferreira 2009).

A expansão das favelas pela cidade foi seguida de tentativas de coibir seu crescimento e descambaram em políticas de remoção (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares, 2005; Ferreira, 2009).

Vale destacar também que, no início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro passava por um processo de mudança importante, seu crescimento era rápido, e não havia uma política de habitação estabelecida. Durante o governo do prefeito Pereira Passos houve uma grande reforma urbana cujo objetivo era a modernização da cidade. Nesse processo diferentes habitações populares foram demolidas para dar lugar às vias mais amplas e à construção de prédios modernos (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares, 2005; Ferreira, 2009).

Na década de 1960, durante o governo de Carlos Lacerda, uma série de intervenções foram feitas no Rio de Janeiro. Dentre elas remoções de favelas e assentamentos, cujos moradores foram realocados em conjuntos habitacionais construídos pelo próprio Governo. Tais reassentamentos, muitas vezes, foram para locais bem distantes do local de moradia inicial da população removida (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares, 2005, Ferreira 2009).

Ainda na década de 1960, o Brasil passou por muitas mudanças de ordem político-institucional. Dentre as transformações que afetou o Rio de Janeiro, esta deixou de ser a capital do país, lugar ocupado, então, por Brasília. À época, o Governador Carlos Lacerda implementava uma administração arrojada, que trouxe consequências para os moradores de favelas (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares, 2005, Ferreira 2009).

A política de remoção inicialmente adotada no Rio de Janeiro buscou afastar a população do Centro e da Zona Sul da cidade. As massas de pessoas removidas eram assentadas no subúrbio, situação que não foi suficiente para conter o crescimento e o surgimento de mais favelas (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares, 2005, Ferreira 2009).

Ferreira (2009) aponta que, nos anos finais do século XIX e início do século XX, a organização espacial do Rio de Janeiro foi marcada pelo favorecimento da classe alta carioca, com reformas financiadas pelo capital privado.

Dentre as transformações na cidade na década de 1960, diferentes autores destacam que o Estado direcionou seu interesse aos espaços ocupados pelas favelas. Com isso, foi implementado um plano sistemático com vistas à erradicação dessas localidades, especialmente daquelas que estavam localizadas nos bairros mais ricos (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares, 2005; Ferreira, 2009).

Ferreira (2009) sinaliza que o desenvolvimento da cidade esteve vinculado a um histórico de remoções. O autor destaca que o processo de remoção desconsiderou a necessidade do trabalhador, como residir próximo ao seu trabalho, e atribui a isso o insucesso de algumas remoções. Também considera problemático como alguns processos de remoção se deram. Em geral, os moradores eram reassentados em localidades muito distantes e sem infraestrutura de transportes adequada, tornando a circulação casa-trabalho difícil para o proletariado.

A ocupação da cidade obedeceu a um certo desenho, houve uma diminuição progressiva de moradores na região central, o que contribuiu também para o crescimento dos subúrbios, que passaram a ser uma opção a população das classes mais baixas, e a zona sul mantida como área ocupada preferencialmente pela classe mais abastada. A expansão da cidade foi acompanhada pela criação e adensamento das favelas, enquanto as regiões do centro e da zona sul cresceram verticalmente, os subúrbios e os bairros da zona norte expandiram horizontalmente, com construção de casas unifamiliares (Ferreira, 2009).

Nas décadas de 1960 e 1970, a construção de conjuntos habitacionais esteve atrelada à política de remoção de favelas. Tais construções nem sempre tinham uma infraestrutura adequada ou era assistido por um sistema de transporte coletivo que atendesse a demanda da população, dificultando o deslocamento das pessoas. Com a remoção das favelas, muitas dessas localidades foram ocupadas por empreendimentos imobiliários, como a construção de conjuntos de edifícios de apartamentos de alto luxo. Ferreira (2009) sinaliza que a urbanização da cidade pode ser encarada por dois prismas:

[...] as classes alta e média ocuparam as zonas sul e norte, tendo no Estado e nas companhias concessionárias de serviços públicos seus maiores aliados; e por outro lado, os subúrbios cariocas caracterizaram-se como locais de residência do proletariado, que, a partir do deslocamento das indústrias, se dirigiu, também, para lá. Se as zonas sul e norte tiveram apoio do Estado, em se tratando dos bairros suburbanos a ocupação se deu sem qualquer apoio estatal ou das concessionárias. Dessa maneira, logo se percebia a

desigualdade sócio-econômica que se refletia na espacialidade da cidade (Ferreira, 2009, p.7).

O autor salienta que o desenvolvimento urbano da cidade foi caracterizado pela ampliação das áreas periféricas, com condições precárias de infraestrutura e de serviços, regiões que foram destinadas a população de baixa renda, *em benefício das áreas habitadas pelas classes mais abastadas* (Ferreira, 2007, p.7). Ressalta que mesmo com fortes investimentos do setor público nas áreas das classes privilegiadas, não foi possível impedir o crescimento de favelas nessas regiões, sendo estas também sem infraestrutura adequada.

Ferreira (2009) aponta que há fatores que contribuem para a maior ou menor concentração de favelas nas diferentes regiões da cidade, que pode depender *da disponibilidade de terra a ser ocupada e proximidade aos mercados de trabalho e serviços*. A área ocupada pelas elites e classes médias, tendo tido um número importante de concentração de favelas, teve isso alterado devido ao processo intensivo de remoção, e tem 13% de seu território ocupado por favelas. Nessa perspectiva, a concentração de favela está na:

(...) primeira zona industrial da cidade, bem servida de meios de transporte, bastante próxima do centro e ela própria com muitos estabelecimentos empregadores de mão-de-obra, ainda detém a grande maioria da população favelada: quase 50%.

De acordo com dados do Instituto Pereira Passos (IPP – órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro) e do Censo de 2010, 23% da população carioca vive em favelas, isso representaria 1.443 mil habitantes. As regiões que concentram um grande número de favelas seriam o Rio Comprido, São Cristóvão, Santa Teresa, Catumbi, Mangueira, por exemplo, embora a concentração de moradores não seja de grande proporção, por volta de 103 mil habitantes. A Zona Norte com 654 mil moradores de favelas e a Barra e Jacarepaguá com 236 mil residentes. Enquanto que a Zona Oeste é ocupada por 274 mil moradores de favelas na Zona Sul residem 174 mil.

Em 1962, com a implementação da Companhia de Habitação Popular (COHAB), cujo objetivo primeiro consistiu em resolver o problema de habitação na cidade, os moradores de favelas ficaram sob a mira do Estado. Dentre as ações da nova instituição o carro chefe foi a delimitação e aquisição de terrenos que receberiam os novos conjuntos habitacionais, para os quais os moradores de favelas seriam reassentados (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares, 2005, Ferreira 2009).

A articulação de ações para a erradicação das favelas, já consideradas um problema de ordem sanitária e de segurança pública, ganharam força, até determinarem políticas voltadas para este fim. A partir disso, surge a proposta de construção dos primeiros conjuntos

habitacionais, como os de Vila Kennedy, Vila Esperança e, posteriormente, a Cidade de Deus. Os novos conjuntos receberiam as famílias removidas de favelas do centro e zona sul da cidade (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares, 2005).

O processo de remoção não obteve completo êxito na extinção das favelas, haja visto sua expansão pela cidade como um todo. Contudo, foi exitoso ao abrir espaço para a especulação imobiliária na região do Centro e a Zona Sul (Ferreira, 2009).

Na página do Instituto Pereira Passos encontramos a informação de que no ano de 1981 foi criado o Cadastro de Favelas, cujo objetivo principal foi mapear todos os assentamentos da cidade. Tal cadastro foi aprimorado e nos anos de 1990, deu origem ao SABREN. O SABREN é um sistema informatizado da Prefeitura, que compila informações sobre as favelas, como, por exemplo, área, população, equipamentos públicos e informações censitárias das localidades mapeadas. As favelas cresceram nos últimos anos, em um nível mais rápido que o da cidade de um modo geral.

De acordo com artigo de Luiz Ernesto Magalhães e Giselle Ouchana publicado no jornal O Globo em maio de 2015¹⁴, a ferramenta utilizada pela prefeitura do Rio – realização de ortofotos – para monitorar o crescimento das favelas no município não é utilizada desde 2013. Por meio de um decreto de janeiro de 2011, a prefeitura teria condições de acompanhar mudanças no meio urbano por meio de um conjunto de fotos aéreas, com a finalidade de fiscalizar a expansão das favelas. O Instituto Pereira Passos (IPP) seria o órgão responsável pelo monitoramento, por meio das medições com fotos aéreas, contudo não ocorreu devido a problemas técnicos e a solicitação do Tribunal de Contas do Município.

Freire (2008) destaca que, ao longo dos anos, o poder público para lidar com a problemática das favelas lançou mão de diversos dispositivos. Em 1993, foi criado pela prefeitura do Rio o Programa Favela-Bairro, com a finalidade de integração das favelas à cidade. Fruto da avaliação de ações anteriores, sobretudo a custosa política de remoções. Havia naquela época o imperativo de ações no campo de urbanização. Experiências mais positivas também ajudaram a consolidar o programa, como o da antiga Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), testada no final dos anos 1960, e o Projeto Mutirão, também encabeçado pela prefeitura nos anos 1980, que se valeu da mão-de-obra local para realizar obras de infraestrutura nas favelas. A Cidade de Deus foi incluída no programa Favela-Bairro e recebeu obras de infraestrutura.

¹⁴ <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-nao-monitora-crescimento-de-favelas-ha-dois-anos-16115968>

De acordo com publicação do IPP no ano de 2007¹⁵ (Diferenciais Intra-urbanos no Rio de Janeiro: contribuição ao cumprimento da meta 11 do milênio), as regiões de favela têm baixos índices de desenvolvimento social, diferentes das áreas não faveladas. Contudo, o próprio IPP no ano de 2012 publicou (documento¹⁶ intitulado “Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010”) que a Prefeitura do Rio ao longo de 20 anos tem trabalhado em programas de benfeitorias nas favelas, proporcionando a implantação de serviços de infraestrutura sanitária, sistemas de circulação, equipamentos sociais, educacionais, de lazer e de esportes.

2.2.2 Cidade de Deus: que lugar é esse? Favela, bairro ou comunidade?

Após o golpe militar na década de 1960, houve uma maior aproximação entre o governo brasileiro e dirigentes norte-americanos, o que influenciou no planejamento urbano da cidade. A Cidade de Deus surge no contexto das grandes remoções. A política de remoção foi financiada em parte pela “Aliança para o Progresso”. O projeto consistia na possibilidade de construção de bairros estruturados, que contribuíssem para dissipar grupos marginalizados, e, assim, facilitar controle estatal desses espaços (Zaluar & Alvito, 1998; Valladares 2005; Freire, 2008).

A página oficial do Rio+Social¹⁷, que é um projeto coordenado pelo Instituto Pereira Passos em parceria com o ONU-Habitat – o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – destaca que ainda na década de 1960, o Governador Carlos Lacerda promoveu diferentes modificações na cidade, sobretudo marcada pela remodelação da zona sul. Para tanto, realizou estrategicamente diferentes remoções, bem como definiu a construção de um conjunto habitacional na baixada de Jacarepaguá. Deste modo surge a Cidade de Deus, cujo início das obras foi o final de 1964 e o término somente em 1968. Além disso, pontua que as famílias removidas para a Cidade de Deus eram oriundas de diferentes favelas, estima-se que cerca de 63 áreas. Salieta que 70% dos moradores eram oriundos de seis favelas específicas, dentre elas a Praia do Pinto, o Parque da Gávea, a Ilha das Dragas e o Parque do Leblon.

¹⁵ Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2384_Diferenciais%20Intra-urbanos.pdf

¹⁶ Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRiodeJaneiro_Censo_2010.PDF

¹⁷ <http://www.riomaisocial.org/territorios/cidade-de-deus/>

Ainda de acordo com a página do Rio+Social a área que a Cidade de Deus ocupa compunha um terreno que fazia parte da Grande Sesmaria de Martin de Sá. Região que com o passar dos anos foi transformada em sítios e fazendas onde se cultivou cana-de-açúcar, café e outras lavouras.

O artigo “Descortinando a Cidade de Deus¹⁸” publicado em outubro de 2014, no jornal O Globo (online), de autoria de Michel de Lima e Silva informa que o nome do bairro e suas ruas faz alusão ao livro *"De Civitate Dei"* (do latim, A Cidade de Deus) de autoria de Santo Agostinho. A nomenclatura das vias do bairro faz referência a elementos bíblicos em suas travessas e ruelas. A maior parte dos logradouros tem o nome de profetas ou faz menção a figuras e acontecimentos bíblicos, como rua Moisés, avenida José de Arimateia, travessa Canaã, por exemplo.

No blog de Rosalina Brito (2011)¹⁹, moradora da Cidade de Deus, consta um relato atribuído ao chefe da equipe de arquitetos que projetou o bairro no ano de 1964. A autora do blog questiona o fato do bairro ser atrelado a representação de uma favela.

De acordo com o relato, em 1964, a secretária de Estado de Serviços Sociais, Sandra Cavalcante, propôs a equipe de Badolato²⁰, que já havia obtido resultados positivos na elaboração e construção dos conjuntos habitacionais de Vila Aliança, Vila Kennedy e Vila Esperança, um novo desafio. Convidou-os a planejar um novo bairro em terreno na região de Jacarepaguá, com o intuito de fornecer a mão de obra necessária para as obras da Barra. Havia no pedido a indicação de planejamento de um bairro moderno, provido por diferentes serviços e equipamentos urbanos indispensáveis ao desenvolvimento de uma comunidade. Assim como já teria sido indicado o nome Cidade de Deus (CDD).

Ainda segundo o relato do blog a equipe teria recebido o projeto positivamente e planejou a construção de 3053 casas, assistidas pelos serviços básicos de infraestrutura e equipamentos urbanos necessários. O projeto original foi pensado abarcando não só a construção das casas, mas também área de lazer, vias internas para pedestres e vias periféricas para veículos. O desenho do bairro procurou favorecer a facilidade para a implantação dos Programas do Serviço Social do Estado, além de propiciar, o controle do desenvolvimento da

¹⁸ <http://oglobo.globo.com/rio/artigo-descortinando-cidade-de-deus-14158992#ixzz42w0G2IKF>

¹⁹ <http://cidadededeus-rosalina.blogspot.com.br/p/conheca-ruas-e-viela-da-cDeidade-de-deus.html>

²⁰ O projeto de decreto legislativo nº 179/2015, proposto pelo vereador Jimmy Pereira, visou conceder o título de cidadão honorário do município do Rio de Janeiro a Giuseppe Badolato, imigrante italiano, arquiteto e urbanista que projetou diversos projetos habitacionais, entre eles a Cidade de Deus e a Vila Kennedy. No referido projeto, consta a trajetória de Giuseppe, que conta que após passar em um concurso do Estado, atuou na área de habitação como arquiteto. Salienta que logo integrou a equipe técnica que elaborou os projetos do Plano Habitacional do Estado. Em seguida tendo promovido a chefe da seção de projetos, do Serviço de Arquitetura e Urbanismo da COHAB GB (Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara).

área. Também previa a construção de cinema, mercado, creche, jardim de infância, escolas, praças de esportes e de lazer, como forma de integração da comunidade. O objetivo era assegurar a construção de um núcleo habitacional moderno e funcional, desta forma foram envolvidas diferentes secretarias no planejamento do bairro, como a educação e saúde, por exemplo, como forma de assegurar o sucesso do projeto.

O blog de Rosalina (2011) informa ainda que no ano de 1965 as obras iniciaram pela terraplanagem do terreno, em seguida foram construídas as primeiras 1500 casas, concluídas em janeiro de 1966. Contudo, neste mesmo ano, o Rio de Janeiro, sob a gestão do Governador Negrão de Lima, foi assolado por chuvas fortes deixando inúmeras famílias desalojadas. Como forma de dar conta da problemática, parte das famílias foram alocadas na Cidade de Deus, que aquela altura, já tinha um número considerável de residências em fase de finalização, mas ainda sem as obras de infraestrutura adequadas. Foi montado um plano emergencial, como construção de banheiros coletivos e vagões de ocupação transitória, que foram nomeadas de Triagens, o que permitiu que em março de 1966 as primeiras famílias mudassem para a localidade. As obras no conjunto continuaram e outras áreas foram adquiridas, o que possibilitou a construção de mais casas e apartamentos.

Lins (2002) em seu livro “Cidade de Deus”, que retrata parte da história do bairro, informa que no processo de remoção muitas famílias foram distanciadas umas das outras. Assinala que aleatoriedade na alocação dos moradores das favelas extintas contribuiu para isso. Ao mesmo tempo em que distanciou pessoas, contribuiu para formar novas relações de solidariedade, no qual os novos moradores podiam contar em seu cotidiano. O autor destaca que aos poucos foram se formando os times de futebol, as escolas de samba e os blocos carnavalescos. Dessas novas relações construíram-se tanto laços afetivos, de amizades, bem como rixas entre os moradores. Sobre a chegada dos novos moradores do bairro comenta:

Os novos moradores levaram lixo, latas, cães vira-latas, exus e pombagiras em guias intocáveis, dias para se ir à luta, soco antigo para ser descontado, resto de raivas e de tiros, noites para velar cadáveres, resquícios de enchentes, biroscas, feiras de quartas-feiras e as de domingo, vermes velhos em barrigas infantis, revólveres, orixás enroscados em pescoços [...], a percepção do fato antes do ato, gonorreias mal curadas, as pernas para esperar ônibus, as mãos para o trabalho pesado, lápis para as escolas públicas, coragem para virar a esquina e a sorte para o jogo de azar (Lins, 2002, p. 16).

O autor noticia o cotidiano das famílias que vieram de várias favelas e da Baixada Fluminense. Dentre os novos ocupantes do lugar, destaca que as crianças tinham mais fascínio pelo que encontrava, pela possibilidade de explorar os diferentes pés de frutas (goiabeiras, abacateiros), nadar no Rio, conhecer a lagoa, a proximidade com o mar na Barra da Tijuca, os

campos de areia para o futebol, entre outras coisas. Contudo, salienta que para os adultos havia o desconforto e necessidade de caminhar cerca de três quilômetros para conseguir pegar um ônibus, já no bairro vizinho, a Freguesia.

Segundo Lins (2002), algumas famílias recusaram-se a mudar para a CDD, ao passo que os antigos moradores da Ilha das Dragas e do Parque Proletariado da Gávea foram os ocupantes principais dos apartamentos, tiveram um bom entrosamento.

O autor chama atenção para a presença do crime organizado na CDD, exercendo certo domínio que afeta as relações cotidianas, intermedia conflitos e cerca a vida dos moradores. Sinaliza que no processo de ocupação da CDD, os bandidos optavam por circular a noite, poucos eram os que circulavam durante o dia realizando assaltos ou usando drogas, sobretudo maconha. Noticia que havia alguns pontos de venda de drogas, mas não em grandes proporções.

Dados recentes do IPP com base no Censo 2010 informam que a Cidade de Deus ocupa uma extensão territorial de cerca de 135,5 mil metros quadrados, e é considerada como um bairro. Tem uma população estimada de cerca de 40 mil habitantes, apresenta indicadores sociais entre os mais críticos do Rio de Janeiro. O Rio mais Social sinaliza para a densidade demográfica da localidade conforme tabela 1²¹, localizada abaixo:

²¹ <http://www.riomaisocial.org/territorios/cidade-de-deus/>

Tabela 1 – Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo a Área Formal e as Comunidades das UPPs da Cidade de Deus, o total do território das UPPs da Cidade de Deus e Município do Rio de Janeiro – 2010

<i>Tipo de Território / Comunidades</i>	<i>População ⁽¹⁾</i>	<i>Domicílios ⁽¹⁾</i>	<i>Habitantes por Domicílio</i>	<i>Área (m²) ⁽²⁾</i>	<i>Densidade demográfica (hab/ha)</i>
Total Área Formal	42.348	13.102	3,23	1.936.013	218,7
Total Área Informal	5.447	1.640	3,32	147.204	370,0
Vila da Conquista	278	80	3,48	10.656	260,9
Rua Moisés, nº 87	587	172	3,41	7.840	748,7
Pantanal	191	62	3,08	10.157	188,0
Pantanal I (RA - Jacarepaguá)	206	52	3,96	6.692	307,8
Praça da Bíblia	535	176	3,04	10.211	523,9
Rua Daniel	100	29	3,45	9.092	110,0
Travessa Efraim	929	267	3,48	22.572	411,6
Via O - Conj. Vila Nova Cruzada	342	128	2,67	8.807	388,3
Santa Efigênia	1.503	458	3,28	44.649	336,6
Beirada do Rio	340	100	3,40	10.316	329,6
Moquiço (RA - Cidade de Deus)	436	116	3,76	6.211	702,0
Total	47.795	14.742	3,24	2.083.217	229,4
Rio de Janeiro ⁽³⁾	6.320.446	2.146.340	2,94	570.917.463	110,7

Fonte: Instituto Pereira Passos

O bairro faz fronteira com a Barra da Tijuca, Freguesia e Taquara. Ocupa uma extensão territorial significativa, sendo identificada por diferentes sub-regiões, tendo o Quinze, Treze, Caratê e Apartamentos como as principais. Além destas quatro localidades, tem também outras subáreas como Bariri, Laminha, Lazer, Catorze, Barro Vermelho, Pantanal 1 e 2, Rocinha e Jardim do Amanhã. O bairro é cortado por uma via principal, a rua Edgard Werneck, o que resultou com o passar do tempo em uma certa divisão, muito mais clara para seus moradores. Enquanto um lado do bairro tem uma gama de organizações, projetos sociais e serviços públicos, há uma outra parte completamente desprovida de serviços, como o Caratê, por exemplo, cuja localização mais para dentro da localidade, parece não facilitar a locomoção dos moradores pela área, sendo também uma das subáreas mais perigosas, cujos conflitos e tiroteios são praticamente diários (Postigo, 2014).

Ao longo da via Edgard Werneck localiza-se o posto médico, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), e ao menos meia dúzia de organizações não governamentais, duas escolas, além de um diversificado comércio que vai desde lojas de laticínios, bares, padarias,

passando por lojas de roupas a drogarias. Além de ter um posto da UPP, ocupando o prédio do antigo DPO, Destacamento de Policiamento Ostensivo (Postigo, 2014).

O artigo de Michel de Lima e Silva (2014) noticia que o projeto habitacional original não era destinado à “população favelada”. Estes seriam assentados nos conjuntos Vila Kennedy e Vila Aliança, entre outros. A Cidade de Deus teria sido projetada para receber os funcionários públicos da cidade. Situação que foi alterada pela grave enchente ocorrida em 1966.

Rosalina Brito em seu blog sobre a localidade corrobora a consideração do artigo acima, informando que, em decorrência da enchente de 1966, a Cidade de Deus começou a ser ocupada, mesmo sem as obras estarem concluídas. Aponta as invasões como outro fator que ajudou na ocupação da localidade, antes mesmo da conclusão das obras.

Segundo Dias, Serafim, Nascimento, Costa, Rosa, Silva, Ferreira e Jesus (2014) a Cidade de Deus foi reconhecida como bairro somente em 1978, quando passou a ser a XXXIV Região Administrativa. Os autores demarcam:

Nasceu um bairro doente com índices altíssimos de pobreza e miséria, apresentando um dos piores IDHs da cidade e com identidade ambígua, é Conjunto Habitacional do estado, tem quadras cujo o terreno pertence a prefeitura, as habitações estão em nome da CEHAB e parte da comunidade é bairro da prefeitura (Dias et al., 2014, p.29).

Os autores discorrem que quando houve o reconhecimento como bairro, a região já estava em condições precárias, sofrendo pela falta de saneamento, as vias de acesso obstruídas pela construção de novas moradias, dificultando a coleta de lixo e acesso de veículos. Os autores reconhecem que houve um processo que contribuiu para a favelização do bairro – compreendem que as necessidades dos moradores somada ao descaso governamental colaboraram para a instalação de tal quadro – e questionam os governantes quanto a falta ou excesso de planejamento urbano que não se reverte em benfeitorias reais e duradouras para a Cidade de Deus.

2.2.3 Cidade de Deus: projetada como bairro, mas assume características de favela

Dias et al. (2014) situam que, em 1978, a Cidade de Deus foi reconhecida como bairro, com forte organização comunitária, com diferentes finalidades e tradições. Observam que o bairro sofreu ao longo dos anos com inúmeras intervenções, diversas obras iniciadas e descontinuadas; implantação de projetos políticos de interesse duvidoso; crescimento do

déficit habitacional; baixa escolarização dos moradores; falta de creches; atendimento a saúde precário; entre outros pontos. Apontam para uma falta de seriedade estatal para as necessidades da população.

Tais autores ressaltam que a ação estatal foi sempre marcada pela presença constante da polícia. Reconhecem uma escalada da criminalidade na região, a organização em torno de uma facção criminosa, com condições de venda de drogas em maior escala e disputa pelo território.

No artigo de Michel de Lima e Silva (2014), o autor atribui o processo de favelização da região – ocorrido nos anos 1980 e 1990 – ao fato de ter sido composta, originalmente, por moradores oriundos de diferentes favelas da Zona Sul.

Lins (2002) informa que no início da ocupação da CDD os adolescentes se valiam da fama da localidade que viviam anteriormente para intimidar os demais não só nas situações de briga, mas nos jogos, na hora de soltar pipa. Paulo salienta “[...] *Quanto maior a periculosidade da favela de origem, melhor era para impor respeito, mas logo, logo, sabiam-se quem eram os otários, malandros, vagabundos, trabalhadores, bandidos, viciados e considerados*” (Lins, 2002, p32).

Michel de Lima e Silva (2014) chama atenção para a simbologia em torno do nome do bairro e a contraditória realidade marcada pelo crime e pelo medo. Reconhece que apesar de ser lido enquanto um local de carência e violência, também guarda potencialidades, sendo uma localidade *criativa e pulsante no Rio de Janeiro*.

Em nossas leituras a respeito da história da Cidade de Deus não foi possível estabelecer um marco em relação à sedimentação do crime organizado na localidade. Pudemos compreender que o entrelaçamento de atividades ilícitas como venda de drogas ou assaltos foram fazendo parte do cotidiano local desde que as primeiras casas foram ocupadas, como fazendo parte da bagagem trazida pelos novos moradores. Cabe destacar que nesta bagagem também vieram outros elementos, como a organização comunitária, destacamos a questão da criminalidade por se tratar de um ponto importante para o estudo.

O bairro já esteve no espaço midiático por diferentes motivos, muitas vezes, visibilizado por notícias que retratam situações de violência, conflitos entre traficantes e policiais. Foi tema do livro de Paulo Lins, que inspirou o filme Cidade de Deus lançado no ano de 2002, sendo um filme sucesso de bilheteria, muito comentado, com visibilidade internacional.

A Cidade de Deus foi projetada para ser um bairro, contudo as representações construídas em torno deste lugar são comuns a muitas favelas, como local violento, carente e

desprovido da assistência do Estado. Em nossa própria pesquisa, usamos o título favela. Quando acompanhamos nos noticiários as reportagens sobre o bairro também é posto em foco esta mesma nomeação, ou comunidade, referida algumas vezes como sinônimo de favela. Sobre a CDD de fato persistem tais denominações, para o que isso aponta?

2.2.4 O filme Cidade de Deus: visibilidade ou fortalecimento de estigmas?

De acordo com a página do portal comunitário da Cidade de Deus²², o lançamento do filme “Cidade de Deus” e toda repercussão que ele ganhou colaborou não só para dar visibilidade ao bairro nos meios de comunicação, mas também contribuiu para reforçar o estigma de local violento e perigoso, reforçando uma série de preconceitos e discriminações.

Michel de Lima e Silva (2014) admite que o filme de Fernando Meirelles, trouxe visibilidade ao bairro, mas apresentou a localidade pela lente do crime organizado. Tal escolha trouxe uma série de questões, alimentou representações, levou as pessoas a acreditarem que ali foi reproduzida a realidade da favela, esquecendo que era uma obra de ficção. Resultado disso, o reforço de um olhar negativo sobre a região e seus habitantes. Motivo que acarretou certa insatisfação de parte dos moradores em relação ao filme, *tendo em vista que generalizou o banditismo e atribuiu um nome e um endereço ao crime organizado: Cidade de Deus.*

De acordo com o portal comunitário da CDD (2013) diferentes lideranças comunitárias buscaram aproveitar a visibilidade alcançada com o lançamento do filme para revertê-la em algo positivo para seus moradores. Alguns exemplos destes aspectos positivos são: a inauguração do banco comunitário e a criação da moeda social CDD, que trazia em suas cédulas personagens importantes da localidade.

De acordo com artigo de Carolina Callegari²³, publicada em março de 2016, no jornal O Globo (online), está previsto para este ano o lançamento do documentário “CDD 50 anos”. Na película, o objetivo é trazer o ponto de vista dos moradores que acompanharam o desenvolvimento do bairro ao longo dos anos. Pretende contar sua história e destacar o cotidiano para além do contexto de violência. O documentário foi idealizado por Paulo Silva,

²² <http://www.cidadedeus.org.br/CidadedeDeusNoRiodeJaneiro>

²³ <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/moradores-fazem-documentario-sobre-os-50-anos-da-cidade-de-deus-18800302#ixzz42GqFHCY3>

morador da Cidade de Deus, conta com colaboração de Sergio Leal, Mateus Paz e Bruno Rafael, estudantes do curso de cinema da PUC-Rio, além de Igor Melo, fundador do coletivo de cinema “CDD na Tela”. Conta com a participação do ator Leandro Firmino, que atuou no filme de Meirelles, lançado em 2002, que reconhece avanços no bairro quanto à infraestrutura, de movimentos sociais e de cultura em comparação a outras localidades faveladas.

Dias et al. (2014) pontuam que, desde sua origem, a Cidade de Deus foi estigmatizada, vista de modo preconceituoso e injusto, bem como um campo de disputas políticas. Entendem que as elites e o seu modo de apropriação do espaço da cidade, por meio das remoções, atendendo a interesses políticos e econômicos, contribuíram para arrastar a população pobre às “áreas de pobre ou de ninguém”. Contudo, demarcam a marca da resistência “*Nascemos nesse processo de remoções trazendo conosco sociabilidades rompidas, laços políticos estrangulados. Resistimos e continuamos a resistir. Somos resilientes. Guerreiros e guerreiras, filhos do bambu*” (Dias et al., 2014, p.20).

O portal comunitário da CDD (2013) destaca que o bairro carrega em sua trajetória a marca da organização das associações de moradores, que surgiram na década 1980. Também noticia outros aspectos como o surgimento das escolas de samba, organizações esportivas, grupos de teatro, revistas, cineclubes, igrejas atuantes, grupos de dança e movimento negro como atores importantes para o desenvolvimento local.

2.2.5 Cidade de Deus: para além do contexto de violência

No blog de Rosalina Brito (2011), ela destaca que nos anos 80 foi iniciado um movimento em torno da organização da favela e surgem as lideranças comunitárias, as associações de moradores, situações que contribuíram para uma mobilização política importante para a localidade.

Dias et al. (2014) chamam atenção para a CDD como espaço de luta e resistência, palco de formação de diferentes lideranças comunitárias, muitas vezes, invisíveis dentro do território, mas que conseguiram espaço em diversas frentes representativas em nossa cidade. Indicam que já houve representação de liderança comunitária do bairro em instituições como a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj). Também a Federação Estadual das Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Fafrej). Além da participação

comunitária em questões de interesse nacional como a resistência na ditadura militar, o processo de abertura política e anistia e as Diretas Já.

Dias et al. (2014) demarcam que em plena ditadura, em 1968, foi organizado o Conselho de Moradores da CDD, tendo estatuto e representantes eleitos quando havia a proibição de organização de associação de moradores. Salientam que as mulheres do território tiveram papel fundamental na resistência da localidade, lideranças fortes como Dona Geralda e Dona Benta, figuras emblemáticas no bairro.

Dias et al. (2014) destacam que na década de 1980 a CDD chegou a contar com 5 associações de moradores diferentes. Na área dos apartamentos, havia a Unicom e o Conselho Gabinal Margarida que permanecem até hoje. Já no conjunto da PM, havia a Associação Monte Sião, já extinta, e mais no miolo a Associação de Moradores da Cidade de Deus, resistente até os dias atuais. Além do Comocide, que atuava em diversas partes da localidade, incluindo as novas regiões surgidas ao longo dos anos, fruto das ocupações. Os autores reconhecem que tal divisão esteve marcada pela presença do tráfico que dominava a disputa pela região e comentam que de algum modo as disputas internas do tráfico colaboraram para limitar ações dessas organizações.

Dias et al. (2014) relatam que na década de 1990 houve um enfraquecimento das lideranças comunitárias após intervenção no processo eleitoral do Comocide e desaparecimento de um líder comunitário do território. Isto contribuiu para que as lideranças atuantes buscassem outros espaços, como as igrejas e as ongs, como forma de manter o trabalho, abrindo espaço para a formação de novas lideranças com diferentes perspectivas.

Durante o governo Garotinho foi executado um plano para combate ao tráfico que atingiria Jacarepaguá, Barra e Recreio. A expulsão do tráfico abriu espaço para a instalação das milícias, o que acarretou em disputas entre os milicianos e traficantes da CDD, marcando um cenário de terror para seus moradores (Dias et al., 2014).

O Comitê Comunitário de Cidade de Deus surgiu em 2003, processo da reunião de diferentes entidades locais preocupadas com a transformação da realidade do bairro. No ano seguinte de seu surgimento, propôs um plano de desenvolvimento local, com vistas a articular programas, projetos e ações sociais atuantes na localidade, e a implementação de outras iniciativas em prol da região (Portal Comunitário da Cidade de Deus, 2013).

Fruto do amadurecimento do trabalho do Comitê formou-se a Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local, que mais tarde institucionalizou-se enquanto organização social sem fins lucrativos. Buscou integrar ações e projetos no território, na forma de pessoa jurídica. Apoiada técnica e financeiramente pelo Governo Federal através da Finep

(Financiadora de Estudos e Projetos) e de uma organização da sociedade civil (Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). Entre os trabalhos da agência destacam-se atividades como: capacitação dos gestores locais; trabalho na temática de economia solidária; mapeamento de potencial organização para cooperativas, entre outros pontos (Portal Comunitário da Cidade de Deus, 2013).

No ano de 2014, a Cidade de Deus, através de seu comitê comunitário, assim como algumas localidades como o Salgueiro e o Turano, fizeram parte do projeto “Favela é Cidade”, encabeçado pelo Fórum Nacional. O Fórum Nacional busca contribuir para o desenvolvimento das comunidades levando em conta o ponto de vista dos atores sociais que a compõe, busca consolidar iniciativas comunitárias, e considera a segurança pública como temática importante para pensar os territórios e a cidade como um todo. Como resultado desta participação houve a publicação de um capítulo no livro “Favela é Cidade – Plano de Desenvolvimento de Favelas para sua inclusão socioeconômica”. Referência que utilizamos em nosso trabalho, disponível na seção bibliográfica.

2.2.6 A Cidade de Deus pacificada

Postigo (2014) informa que a CDD é historicamente dominada pelo Comando Vermelho, com um funcionamento próprio, mas que foi alterado pelo processo de pacificação.

Dias et al. (2014) salientam que o caveirão (caminhão blindado utilizado pela polícia) já circulava na CDD antes mesmo da instalação da UPP. Os autores vinculam a instalação da unidade no bairro aos grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, sediados pela cidade. Criticam que já o plano diretor desenvolvido na década de 1990 apontava para a valorização de determinados pontos da cidade em detrimento de outros, o que não deixou de afetar o bairro.

Em fevereiro de 2009, foi inaugurada na Cidade de Deus a Unidade de Polícia Pacificadora, a segunda a ser instalada na cidade, à época contou com 344 policiais divididos em três postos pela região. Os três destacamentos da UPP ficam localizados nos Apartamentos, Quadras e no Caratê. Na composição da área de cobertura destas UPPs considera-se a área urbana formal e a informal – formam 11 comunidades ou sub-regiões, expressão que utilizamos nesse estudo (Dias et al., 2014).

Segundo Dias et al. (2014), o bairro não está inteiramente contemplado no perímetro da UPP, bem como as UPPs não são restritas a localidade, expande-se a bairros vizinhos, como Jacarepaguá e Freguesia.

De acordo com informações da página do Governo do Estado²⁴, a entrada da Unidade de Polícia Pacificadora foi precedida de ações do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que resultou na prisão de criminosos. No primeiro ano, a UPP no bairro contou com cerca de 309 oficiais. Segundo a página oficial UPP RJ²⁵, após um ano da pacificação houve queda significativa dos índices de homicídios e de roubos. Também sinaliza que no decorrer de cinco anos da pacificação houve o registro de apenas cinco homicídios, número inferior ao informado no ano anterior a instalação da unidade, que era de 48 mortes.

Postigo (2014) salienta que houve alterações na dinâmica do tráfico de drogas e circulação de armamentos após a pacificação. Aponta que na estrutura do tráfico, na qual teriam 4 “cabeças” principais no comando do tráfico em toda a CDD, teve a mudança de “chefia” na 13, além de algumas funções terem sido modificadas. Também aponta que os policiais passam a ostentar seus armamentos, o que não significou que os traficantes deixaram de ter os seus.

Menezes (2014) em artigo que buscou avaliar os cinco primeiros anos de instalação das UPPs, tomando como ponto de observação a Cidade de Deus e o Morro Santa Marta sinaliza que inicialmente a operação policial de ocupação destes territórios não se diferenciava das rotineiras incursões já realizadas pela polícia militar. Ações que resultavam em tiroteios, prisões, conflitos entre policiais e traficantes e a retirada da presença policial em seguida. Em seu levantamento, a autora aponta que para os moradores a ocupação policial feita pela UPP se tratava de mais uma de tantas incursões. Indica que não havia uma clareza nem por parte dos moradores, nem dos traficantes acerca do que estava em curso.

Postigo (2014) aponta que os moradores da CDD acreditam que o bairro foi a segunda região a receber a UPP devido ao alto índice de mortes e crimes cometidos pelos traficantes locais que contribuíram para visibilizar negativamente a localidade.

Menezes (2014) aponta que, no início do processo de pacificação, não havia informações acerca do novo modelo de atuação policial nos territórios e foi através de rumores que inicialmente tanto moradores, quanto traficantes puderam tecer as primeiras considerações sobre o projeto de pacificação. A pesquisadora mapeou em torno de 60 rumores

²⁴ <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1968405>

²⁵ <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/upp-cidade-de-deus-comemora-5-anos-com-queda-na-criminalidade/Cidade%20de%20Deus>

circulando no Santa Marta e na Cidade de Deus desde a instalação da unidade de polícia pacificadora.

Menezes (2014) destaca que os rumores iniciais giravam em torno da tensão estabelecida entre moradores e policiais. A condução do processo de pacificação pela UPP alterava marcadamente os territórios, influenciando na circulação das pessoas, nos eventos realizados, a proibição de bailes funks, gerando conflitos e desconforto.

A autora coloca que a não familiaridade entre os moradores e os policiais foi uma das mais marcantes fontes de tensão, tanto para um grupo, quanto para o outro. Situação que colaborou para mal-entendidos, desconfianças e conflitos. Enquanto os policiais afirmavam que as revistas aos moradores de modo mais constante eram necessárias, por não os conhecerem, fator que contribuía para encará-los como potenciais suspeitos. Os moradores lamentavam a situação e reclamavam da truculência policial. Dinâmica que resultou em muitos conflitos, até que cada parte pudesse fazer a leitura a respeito de quem estava lidando e orientar as ações de acordo com isso. A autora destaca que entre as categorizações, a polícia logo estabeleceu a sua, podendo classificar os moradores em “trabalhador”, “bandido”, “viciado”, entre outras (grifos da autora).

Os moradores também estabeleceram seu sistema de categorização dos policiais de acordo com o que observavam, assim havia o policial “tranquilo”, “brabo”, “simpático” ou “mal encarado”. Conhecimento que permitia prevenir possíveis conflitos. Acerca desse manejo Menezes destaca:

Circulavam tanto no Santa Marta quanto na Cidade de Deus rumores de que alguns “bondes”/“turnos”/“plantões” policiais eram melhores que outros. Os moradores apontavam que com alguns “plantões” era possível negociar, por exemplo, para festas irem até mais tarde do que o horário permitido, mas com outros não tinha negociação (Menezes, 2014, p.673).

Menezes (2014) noticia que essa caracterização também serviu aos traficantes, pois permitia que estes avaliassem a situação do território e estratégias de ação para dar seguimento as suas atividades ilícitas.

Postigo (2014) ressalta em seu trabalho relatos de policiais que integram a UPP na Cidade de Deus que corroboram as considerações postuladas por Menezes, nos quais os agentes afirmam que ao entrar na localidade o clima era de desconfiança, além de perceberem o temor dos moradores com a possibilidade da aproximação com os policiais e uma possível represaria por parte dos bandidos.

Postigo (2014) salienta que os moradores chegaram a evitar os policiais. Destaca que donos de comércio pediam que os agentes não frequentassem seus estabelecimentos, pois a

proximidade poderia sugerir conluio com a polícia e, conseqüentemente, efeitos negativos na vida do morador.

Segundo Menezes (2014) havia um rumor acerca da finalização do trabalho das UPPs após os grandes eventos, o que resultaria em retaliações aos apoiadores da ação governamental após a retomada do controle do território pelos grupos criminosos. Contudo, com a consolidação das UPPs, tais ideias foram diluídas, a autora acredita que tal mudança foi favorecida pela maior aproximação entre policiais e moradores. Também havia um rumor acerca de uma lista de pessoas “marcadas para morrer” pelo apoio oferecido à UPP, mas que baseado em depoimentos de moradores da Cidade de Deus tal preocupação perdeu o sentido ao longo do tempo, e avaliam que tal listagem já não existe mais.

Postigo (2014) destaca que a atuação dos policiais da UPP em atividades como aulas de futebol e violão, por exemplo, contribuiu para a diminuição da tensão entre eles e os moradores com o passar do tempo. O que foi capturado pela mídia como um indício do sucesso do programa de pacificação. Contudo, salienta que tais iniciativas foram voltadas, sobretudo, para o público infantil, inicialmente, e a autora enfatiza que os jovens costumavam ser mais reticentes e afastados dos policiais.

Na pesquisa realizada por Menezes (2014), ela destaca que entre os anos de 2010 e 2011, havia rumores que noticiavam a intensificação de crimes como furtos, roubos e estupros após a implantação da UPP. Se por um lado a pacificação favoreceu uma diminuição dos índices de criminalidade, sobretudo a ocorrência de tiroteios e homicídios, não foi suficiente para dar cabo da violência. A autora aponta para uma alteração nos padrões de crime e conflito e levanta duas hipóteses que explicariam a mudança:

[...] a primeira foi o surgimento de novas inseguranças entre os moradores, que agora já não se sentem mais à vontade para deixar as janelas e portas abertas – como acontecia no passado; a segunda foi o início da elaboração de uma crítica, por parte desses moradores, em relação à ineficiência do policiamento implementado pela UPP nessas favelas (Menezes, 2014, p.675).

Menezes (2014) conta que havia uma insatisfação dos moradores em relação à intensificação desses crimes, que não eram investigados ou sofriam intervenção da UPP, o que contribuía para o aumento da insegurança. A postura dos policiais levava a população a acreditar que a presença da UPP não seria para assegurar seus moradores, mas sim para vigiá-los e controlá-los.

Postigo (2014) destaca que o tráfico de drogas representa uma espécie de interdito para a ocorrência de crimes dentro das favelas. Por ter uma postura de regulação do território,

também oferece proteção contra a ocorrência de assaltos, estupros, entre outros problemas. A autora destaca que a presença da UPP não é suficiente para quebrar essa influência, pois os traficantes de algum modo continuam coibindo tais ações. A autora relata que no período em que residiu na CDD teve notícias de que traficantes teriam matado pessoas que tentaram praticar roubos dentro da localidade.

Menezes (2014) informa que entre as diferentes problemáticas que se instalaram nos territórios pacificados que estudou a reorganização do tráfico está entre os que mais geram preocupação. Assim que a UPP se instalou, houve uma significativa modificação na dinâmica dos traficantes, alguns mudaram para outros territórios, outros deram um tempo nas atividades do movimento e passaram a ter outro ramo de trabalho, mas com o passar dos anos vem ocorrendo uma retomada da atividade ilícita mais organizada. A autora constata:

[...] Mas, a partir de 2011, e principalmente de 2012, especulações começaram a apontar para um novo fortalecimento dos traficantes. Começaram a surgir notícias de que a venda de drogas estava se intensificando novamente e de que bandidos estavam voltando a andar armados, de pistola, pelas favelas com UPP – sobretudo nos bailes. Em 2012, começou a se intensificar também a circulação de boatos sobre a “volta da corrupção” no Santa Marta e na Cidade de Deus. A percepção de que o projeto está “começando a entrar em crise” intensificou-se ainda mais entre 2013 e 2014 (Menezes, 2014, p.676).

Menezes (2014) coloca que, de acordo com relatos de moradores da Cidade de Deus, práticas antigas de traficantes têm retornado com força total, como a livre circulação de armas e troca de tiros, por exemplo, – sem o receio anterior que a presença da UPP auxiliava regular. O que aponta para os moradores o retorno da situação prévia a chegada policial. A autora destaca que isso colabora para um tensionamento das relações entre os traficantes e os agentes policiais nas áreas pacificadas, além de retornar a circulação de rumores quanto a possíveis represálias aos moradores apoiadores da UPP. O que resulta em uma postura de prevenção por parte dos moradores, que optam por evitar o contato com a polícia. Menezes sinaliza:

Nesse momento, os boatos parecem ganhar ainda mais força, já que se articularam cada vez mais a uma percepção coletiva de que o governo só divulga publicamente as informações que interessam para manter uma boa imagem do projeto das UPPs e de que há uma cumplicidade da chamada “grande mídia” nesse processo, que não abre espaço para a apresentação das demandas e reclamações da população de áreas com UPPs nas matérias jornalísticas (Menezes, 2014, p.678).

De acordo com o estudo de Menezes (2014), os moradores fazem crítica ao que é veiculado na mídia sobre as favelas com UPPs. Discordando do que costuma ser noticiado, apontando para uma diferença entre a realidade do cotidiano pacificado e o que é retratado nos veículos de comunicação. Aponta para uma desconfiança dos moradores em relação às

informações divulgadas pelos órgãos oficiais, suspeitam dos interesses por trás do que o Governo decide comunicar e a mídia expandir. Observa que há um “*jogo de eco*” entre as notícias formais e as “*notícias improvisadas*”. *E é a partir desse jogo que as percepções dos atores sociais vão sendo formadas e novos ajustamentos coletivos vão surgindo*” (Menezes, 2014, grifos da autora, p.678).

Menezes (2014) sinaliza os rumores como orientadores importantes para a compreensão e acompanhamento das mudanças no contexto das favelas pacificadas. Entende que eles noticiam a incerteza presente no cotidiano dos moradores e revela diferentes questões que os envolvem, como a insegurança, medos e anseios, nem sempre publicizados.

Dias et al. (2014) sobre a pacificação da Cidade de Deus admitem:

Esta pacificação que está aí não é adequada à nossa luta e resistência, é restrita e não toca no cerne da questão, na ferida. As questões de segurança pública como um direito se resolvem com políticas de enfrentamento à desigualdade e injustiças, passam por participação comunitária, projetos de cidade, competência, engajamento e seriedade. Com muito controle social e sustentabilidade garantida. Sem prazo de validade, no caso atual, os Jogos Olímpicos, possivelmente (Dias et al., 2014, p.22).

O projeto de pacificação do Governo do Estado para as localidades pobres da cidade parece despertar um misto de esperança e desconfiança. Há um consenso sobre impactos positivos nas localidades pacificadas, contudo não podemos deixar de destacar outra avaliação da estratégia, que a considera insuficiente para dar conta das diferentes problemáticas que cercam as favelas e bairros favelizados do Rio de Janeiro.

2.2.7 A Cidade de Deus como mercado ou ampliação de acesso a bens e serviços

Dias et al. (2014) salientam que a Cidade de Deus pacificada atraiu empresas, valorizou a região e o entorno, mas também encareceu o custo de vida de seus habitantes. Os autores destacam:

As remoções agora assumiam uma outra roupagem – ações localizadas de valorização de áreas pobres e seus entornos, o que levou ao aumento do custo de vida e à expulsão dos pobres que não tendo como arcar com os valores inflacionados dos aluguéis, taxas, pressão e discriminação – se viram obrigados a buscar áreas mais distantes (Dias et al., 2014, p. 22).

No artigo intitulado “Nasce um bairro: Cidade de Deus” publicado na página da revista Exame²⁶, Eduardo Monteiro (2010) enumera uma série de serviços que foram implantados no bairro após a ocupação policial pela UPP. Diferentes seguimentos de serviço começaram a compor legalmente a realidade da região, como operadora de TV por assinatura, a instalação de caixa eletrônico da rede 24 Horas, bem como ações da Light, realizando reparos e legalizando a distribuição de eletricidade.

O artigo traz a informação de que a população do bairro é “*superior à de 4 815 cidades brasileiras, ou 86% do total de municípios do país —, e boa parte deles da classe C [...]*” (Monteiro, 2010). O autor mostra-se surpreso pela ausência de serviços básicos no bairro, e atribui ao crime organizado essa realidade, que acredita ser responsável por “*criar uma barreira intransponível para a chegada de empresas e do próprio Estado*” (Monteiro, 2010). Destaca também que a história do bairro se entrelaça com a facção Comando Vermelho, responsável pelo controle da área por muitos anos.

De acordo com Postigo (2014), a pacificação contribuiu para aquecer o mercado imobiliário na CDD, de modo nunca antes imaginado. Registra-se um aumento de mais de 100% nos aluguéis em comparação com valores praticados antes da chegada da UPP. Situação que encareceu o custo de vida de muitas famílias, que como alternativa acabaram se mudando para favelas não pacificadas para conseguir se manter.

Costa & Castilho (2011) destacam que, em 2009, teve início o Programa Rio Economia Solidária, inicialmente implantado em quatro territórios pacificados, entre estes a Cidade de Deus. O programa executado pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (SEDES/PCRJ) e foi financiado por meio de um convênio firmado entre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os autores salientam a importância da interlocução de uma concepção de segurança mais ampla, ao desenvolvimento econômico solidário, com vistas à inclusão dos socialmente desfavorecidos, sem perder a perspectiva ambiental. O programa objetivou estimular empreendimentos econômicos solidários e o estabelecimento de redes, baseado em uma experiência positiva do Banco Comunitário Palmas, em Fortaleza. Os autores salientam a importância dos recursos financeiros da própria localidade serem direcionados a ela, como forma de fomentar o desenvolvimento local, e a projetam como “[...] *um importante aliado*

²⁶ <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/981/noticias/nasce-um-bairro>

para o combate ao sistema de reprodução das desigualdades econômicas, sociais e culturais vigentes” (Costa e Castilho, 2011, p.59). É no escopo desse programa que surge o banco comunitário na CDD.

Em seu artigo, Eduardo Monteiro (2010) destaca que os serviços de infraestrutura logo chegaram ao bairro, abrindo espaço também para as grandes empresas, como Oi, Sky e Embratel. Além da dificuldade para acessar a região por conta do crime organizado, havia a concorrência de serviços ilegais largamente difundidos na localidade, como Tv por assinatura e internet, por exemplo. Com a instalação da UPP foram desarticuladas três centrais clandestinas de televisão, abrindo um novo nicho de mercado para as empresas nas favelas pacificadas.

O artigo também informa que entre as empresas que ganharam com a pacificação, está a Light, que investiu 8 milhões de reais, tal investimento se traduziu na instalação de novos medidores de consumo de energia, restauração da rede e implementação de um projeto de troca de lâmpadas e de geladeiras dos moradores.

Ainda segundo a revista Exame (2010) a entrada da UPP na Cidade de Deus representou a possibilidade das empresas explorarem o potencial de consumo dos moradores, parte deles incluídos na faixa de renda da classe C (com rendimentos que variam de R\$1 115 a R\$ 4 800 reais mensais). Assinala que diferentes empresas já lucraram com a pacificação da favela, como a rede de varejo Ponto Frio e o supermercado Prezunic, que tiveram aumentos interessantes em suas vendas.

Eduardo Monteiro (2010) pontua que a pacificação também resultou em mudanças positivas para os moradores, que além de acessar diferentes serviços, antes negados, também houve modificações em sua dinâmica cotidiana. Ilustra tal afirmativa com o depoimento de uma moradora, que além de ter adquirido um pacote de TV por assinatura, também se sente tranquilizada por não ter mais tiroteios e seus filhos poderem brincar na rua com mais segurança.

Eduardo Monteiro (2010) também enumera as ações do Estado para o bairro como a inauguração de uma escola técnica, Centro de Vocação Tecnológica (CVT FAETEC), uma creche e uma rede de internet sem fio gratuita. Além de ações da prefeitura como melhoria do asfalto e iluminação pública. O autor reconhece que são muitos problemas, como esgoto a céu aberto, sistema de transporte precarizado, coleta de lixo irregular, contudo sinaliza para as melhorias atingidas. Destaca que a instalação da UPP revela a possibilidade de haver algum impacto no domínio do tráfego, pela cidade. Aponta para a valorização imobiliária em bairros próximos a favelas pacificadas, como em Copacabana, por exemplo. O autor fecha seu artigo

com uma perspectiva otimista acerca da disseminação das UPPs pela cidade, embora reconheça que o processo possa levar décadas.

A Cidade de Deus está incluída no rol das favelas pacificadas. Os territórios favelados passam a ser preocupação do Estado já no final do século XIX, e as ações em torno deles vêm ao longo do tempo se sofisticando, contudo ainda sobre o signo do problema social. Na história da cidade do Rio de Janeiro as intervenções nestes territórios passam por ações de cunho remocionistas a princípio, seguido de ações com finalidade de melhorar o ambiente da favela para seus moradores, com obras de infraestrutura. Com o crescimento do domínio do tráfego nestes ambientes, “surge” um movimento de reivindicação de controle desse avanço, e muitas posturas adotadas pelo Estado são de combate, verdadeiro confronto. Se no final do século XIX a problemática das favelas era entendida em termos da pobreza e a situação de falta de infraestrutura, com o passar dos anos, isso foi alterado e, atualmente, a tensão se dá em torno da violência (Ferreira, 2009; Dias et al., 2014).

Freire (2008) chama atenção para o fato das favelas em nossa cidade contribuírem do ponto de vista econômico, político e cultural para a cidade de um modo geral, mas ainda assim, desde sua origem, compreendidas como espaços indesejáveis. Aponta que o aspecto indesejável deslocou-se da questão sanitária para dar relevo a questão da violência, constantemente veiculada pela mídia.

A autora demarca que a permanência de representações negativas sobre as favelas e seus moradores remonta a seu percurso histórico, como alvo de distintas modalidades de controle, ora por parte do poder público, ora por parte de instituições sociais, como a Igreja Católica, por exemplo. Ao longo da história das favelas, estas foram vistas como indesejáveis, lidas como um problema (Valladares, 2005; Freire, 2008, Ferreira, 2009).

No curso deste trabalho podemos constatar que o signo da favela como lugar indesejável permaneceu ao longo do tempo, e a disseminação de UPPs pela cidade contribuiria para facilitar o controle desses territórios pelo Estado. Controle organizado de modo problemático e falho, que deixa cada vez mais clara sua ineficiência para dar conta da complexidade dos problemas que abarcam as favelas e os bairros favelizados.

3 A Teoria das Representações Sociais

Admitimos que o conceito de representação social é complexo, multifacetado e recebeu influência de diferentes autores (Wagner, 2012). A seguir apresentamos as ideias dos principais teóricos que contribuíram largamente para a ampliação e difusão dessa linha de conhecimento, como Serge Moscovici (2001; 2011) e Denise Jodelet (2001), assim como articular com outros teóricos a fim de enriquecer a discussão.

Sá (1996b) destaca que a terminologia representação social assinala *tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los, definindo um vasto campo de estudos psicossociológicos* (Sá, 1996b, p.19). Indica que tal termo foi evidenciado por Serge Moscovici, contudo, reconhece que existe uma extensa utilização do termo diferente da proposta inicial do autor. Salienta que pesquisadores de outros campos de conhecimento como a Filosofia e Antropologia, por exemplo, passaram a utilizar a conceituação de forma autônoma em seus trabalhos (Sá, 1996; 1996a; 1998).

Vala (2006) aponta que toda teorização acerca das representações sociais foi possível a partir de um conjunto de questionamentos de linhas teóricas que ignoravam o pensamento dos indivíduos e o seu peso na estruturação da sociedade, assim como, desconsideravam o contexto social e sua relação com o pensamento social.

Flament (2001) pontua a representação social como um conjunto organizado de cognições referentes a determinado objeto, compartilhadas por um grupo social. Aponta que esta não é uma definição, mas chama atenção para a importância de sua caracterização por aspectos coletivos, ou seja, aponta para uma certa homogeneidade de conceitos de um grupo acerca do objeto.

Vala (2006) aponta para três critérios no intuito de clarificar, o que torna possível classificar, uma representação como social. Primeiro seria o critério quantitativo, entendendo uma representação como social uma vez que esta é compartilhada por um conjunto de sujeitos. O segundo critério apontado é o genético, tendo em vista a característica coletiva de produção da representação, na qual estão em jogo não só a interação como a atividade comunicacional de determinado grupo social em relação aos demais grupos. Por último seria o critério da funcionalidade, que, de acordo com o autor, possibilita uma diferenciação das representações sociais, uma vez que norteiam nossa comunicação e ação no mundo. Vala destaca ainda *“É no quadro definido por uma partilha colectiva, mas sobretudo por um modo de produção socialmente regulado e por uma funcionalidade comunicacional e*

comportamental, que as representações sociais devem ser entendidas como fenômeno e como conceito” (Vala, 2006, p.462)”.

Diferentes autores situam a teoria das representações sociais como uma forma sociológica de Psicologia Social (Moscovici, 2011; Farr, 2012; Sá 1996). Farr (2012) demarca que Moscovici considerou inicialmente a noção de representação como uma categoria a ser explicada pela Psicologia Social. Acentua que a opção de estudo de Moscovici de certa forma contribuiu para a adequação da ciência social ao mundo moderno.

A teoria das representações sociais originou-se na Europa com os estudos de Serge Moscovici, especificamente em sua obra publicada em 1961 “*La Psychanalyse: Son image et son public*”, na qual estudou os processos de divulgação e assimilação da psicanálise na sociedade francesa (Jodelet 2001; Farr, 2012; Sá 1998). Foi considerada uma grande contribuição para a sociologia do conhecimento.

Vala (2006) destaca que a referida obra de Moscovici inaugurou uma novidade uma vez que buscou delinear como os indivíduos, em interação social, estabelecem teorias a respeito de diferentes temas/objetos, que os auxiliam em sua atividade comunicacional e na coordenação dos comportamentos.

No desenvolvimento de seu estudo Moscovici apoiou-se em diferentes autores da área das ciências sociais francesa, como Durkheim. O autor entendeu que devido à complexidade envolvida no mundo moderno, que é plural e que sofre diferentes transformações, seria mais adequado pensar em termos de representações sociais, e não coletivas, tendo em vista que esta última daria conta de sociedades mais simples, ou seja, menos complexas (Farr, 2012).

Jovchelovitch (2012) destaca que o nascimento e o desenvolvimento da teoria das representações sociais se deram por meio de interrogações radicais, e que ainda tem desafios a serem superados.

As representações sociais podem ser compreendidas como fenômenos complexos. Atravessados pelas peculiaridades socioculturais, utilizado para discutir diferentes elementos representacionais na sociedade (Moscovici, 2011; Jodelet, 2001). Encarado como distinto do conhecimento científico, uma vez que se estabelece por meio das diferentes interpretações que atravessam a vida cotidiana dos diferentes grupos sociais, atua na organização de condutas e modos de comunicações a nível social (Jodelet, 2001).

O imperativo humano de compreensão do mundo faz com que ao surgir algo diferente no universo social seja mobilizada toda uma atividade cognitiva a fim de apreendê-lo, dominá-lo, e, sobretudo, a possibilidade de proteção do mesmo. As representações sociais são

fenômenos complexos que marcam nossa vida, consistem em sistemas de interpretação que atravessam nosso cotidiano (Jodelet, 2001).

Jodelet (2001) admite que nossa necessidade de conhecer e agir no mundo, ou seja, o imperativo de ajustamento no cotidiano contribui para criarmos as representações. Assim entende que as representações sociais se formam a partir do agrupamento de um conjunto de significados que nos possibilita a interpretação dos eventos cotidianos, fornecendo significado aos fatos desconhecidos. Moscovici (2011) admite que há uma ligação entre as representações e nossa atividade cognitiva.

A representação social é uma modalidade do pensamento social cuja função, entre outras, é a de orientação de comportamentos e condutas. O ser humano tem a necessidade de compreender o mundo a sua volta, leitura que serve como orientadora das ações (Moscovici, 2001; Jodelet, 2001; Jovchelovitch; 2012). Sobre o papel fundamental da representação na organização de nossa vida cotidiana Jodelet (2001) argumenta *“[...] nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva”* (Jodelet, 2001, p.19).

A autora chama atenção para um importante postulado no estudo das representações sociais, demarcando que consiste em uma ideia forte para Moscovici: *“[...] o da inter-relação, da correspondência, entre outras formas de organização e de comunicação sociais e as modalidades do pensamento social, considerado sob o ângulo de suas categorias, de suas operações e de suas lógicas”* (Jodelet, 2001, p.29).

Na construção de sua teoria Moscovici admite que foi influenciado pelas ideias de Durkheim a respeito da representação coletiva, contudo, teceu forte crítica ao conceito do sociólogo, pois o compreendia como abrangente demais. A definição sociológica abarcava um conjunto de elementos que envolvia ciência, religião, mito, entre outros, e por isso, para Moscovici, impreciso enquanto possibilidade explicativa (Moscovici, 2011). A fim de estabelecer seu ponto de vista escreve:

[...] se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade quanto o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo” (Moscovici, 2011, p.49, grifos do autor).

Moscovici (2001) informa que a noção de representação coletiva passou um longo período de obscurecimento na Ciência Social francesa, por quase 50 anos, quase caiu em desuso, salvo por um pequeno grupo de historiadores que mantiveram suas pesquisas. Explica que no começo da década de 1960, considerou a possibilidade de retomada dos estudos sobre representações. Ao buscar fomentar o interesse de outros psicólogos sociais almejava desenvolver estudos sobre os comportamentos e as relações sociais de uma nova perspectiva, que pudesse ampliar a compreensão sobre os fenômenos, e não restringi-la.

Além disso, sinaliza que as representações sociais devem ser encaradas de uma forma diferente da Sociologia que já reconhecia sua existência, mas não se ocupava de seu estudo em termos de estrutura e dinâmica. Atribui tal desinteresse a dificuldade de aprofundamento detalhado nos mecanismos internos e no dinamismo das representações. E por isso, Moscovici propõe considerar a representação enquanto fenômeno, diferentemente de como vinha sendo encarada, como apenas um conceito (Moscovici, 2011).

Em seu trabalho Moscovici (2011) volta sua atenção sobre o lugar que as representações tomam na sociedade que qualifica como pensante. O autor se interessou em investigar o quanto o que pensamos está compartilhado socialmente, em outras palavras, como construímos o conhecimento sobre o mundo a nossa volta coletivamente. Entende que as representações sociais são teorias do senso comum.

Existe uma multiplicidade de definições para o fenômeno das representações sociais. Moscovici (2011) demarca como complexa uma definição de representação social, tendo em vista que tal abordagem é passível de leitura no campo sociológico e psicológico, ou seja, abarca processos e elementos do sistema social (interações grupais), mas também considera o funcionamento cognitivo, o aparelho psíquico.

Jodelet admite a influência de Durkheim na teoria de Moscovici, contudo demarca que o teórico diferencia-se do sociólogo ao ampliar sua visão a respeito das representações quando engloba em sua análise *a intensidade e fluidez das trocas e comunicações; desenvolvimento da ciência; pluralidade e mobilidade sociais* (Jodelet, 2001, p.22).

Wagner (2012) aponta para uma versatilidade do conceito de representação social que abre margem para diferentes interpretações e usos por vezes antagônicos. Assinala que a representação social pode ser compreendida enquanto processo social que inclui comunicação e discurso, meio pelo qual são construídos e elaborados os objetos sociais e seus significados. Mas salienta que, também as representações podem ser entendidas como *“estruturas individuais de conhecimento, símbolos e afetos distribuídos entre as pessoas em grupos ou*

sociedades” (Wagner, 2012, p.119). Aponta que tais possibilidades de leitura se devem a uma discussão ainda em curso a respeito dos aspectos epistemológicos da teoria geral. Afirma:

[...] quando vista a partir de um nível coletivo, torna-se claro que a representação e o comportamento coletivo são um só, e não dois lados da moeda. Eles não podem ser separados – tanto conceitualmente quanto empiricamente – nem ligados através de relações causais explicativas. Deixar de lado uma ou outra das partes, seja o sistema simbólico, ou o comportamento coletivo, negaria imediatamente todo o fenômeno (Wagner, 2012, p.144).

Wagner (2012) conclui reconhecendo que as representações sociais podem fornecer avaliações a nível individual e coletivo, o que dependeria do método a ser adotado pelo pesquisador.

Existe uma multiplicidade de significados para o fenômeno das representações sociais, diferentes autores salientam a dificuldade de sua conceituação atribuindo tal fato a complexidade do conceito de um modo geral. O próprio Moscovici ofereceu resistência em cunhar definição concisa, pois temia que pudesse ser reducionista (Moscovici, 2001; Sá, 1996; Jodelet, 2001).

Talvez um dos primeiros pontos de concordância que possamos destacar entre os diferentes teóricos seja a da representação como construções sociocognitivas compartilhadas pelos grupos sociais (Moscovici, 2004; Jodelet, 2001; Jovchelovitch; 2012).

Para Araújo (2008), as representações sociais estão ligadas ao modo como os indivíduos se veem e se sentem na sua relação com a sociedade em geral. Além disso, demarca a perspectiva dinâmica da teoria.

Abric (1998) salienta que a representação não deve ser compreendida como um mero espelho da realidade, mas sim como uma organização significativa. Além disso, pontua que a representação, enquanto sistema de interpretação da realidade, marca as relações dos sujeitos com o social, determinando comportamentos e ações.

Jodelet (2001) apresenta uma definição que já se tornou clássica no campo de pesquisa de representação social: *“É uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada de saber do senso comum [...] é diferenciada entre outras, do conhecimento científico”* (Jodelet, 2001, p.22).

Com sua concepção a autora demarca o viés cognitivo, contudo, não reduz o fenômeno a esse componente. Moscovici compreende a teoria das representações sociais como *“um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana, no curso de comunicações interpessoais (...) que podem também ser vistas como a versão*

contemporânea do senso comum” (Moscovici, 1978, *apud* Naiff e Naiff, 2005). Ainda de acordo com o autor, tanto as relações sociais, quanto as produções resultantes delas, e as comunicações estabelecidas, estão carregadas de nossas representações sociais. Sendo assim, envolve a dimensão simbólica.

Jodelet (2001) salienta que uma perspectiva comum nas diferentes abordagens é a consideração da relação sujeito e objeto. Informa que a representação pressupõe a existência de um sujeito em relação a um objeto e, assim, assume as características de um e de outro. Além disso, a representação social estabelece com o seu objeto uma relação de simbolização, uma vez que o substitui, e de interpretação, já que lhe atribui significados. Assim, se caracteriza como uma dimensão cognitiva. Contudo, o sujeito, também pode ser compreendido a partir de seu pertencimento social e cultural.

A atividade representacional está vinculada a um ato de pensamento. Para que exista a representação, faz-se necessário o objeto (Jodelet, 2001, Moscovici, 2011).

Dada tal complexidade Jodelet (2001) chama atenção para o perigo do desenvolvimento de pesquisas com características reducionistas, a partir de leituras limitadas a aspectos intraindividuais ou processos ideológicos ou culturais.

Moscovici (2011) destaca que as representações assumem duas funções. A primeira é a possibilidade de convencionar os objetos, ou seja, atribui características ao objeto como forma, localização e o categoriza, de modo que tais questões sejam partilhadas por um grupo social. Esse processo de convenções nos permite distinguir o que representa o quê. O autor ainda ressalta:

Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções (Moscovici, 2011, p.35).

Moscovici (2011) admite que com algum esforço seja possível que tenhamos consciência, em alguma medida, da dimensão convencional da realidade, o que nos auxiliaria a nos esquivar de determinadas exigências impostas sobre nossa percepção e pensamento. Contudo, reforça que não é possível sempre escapar das inúmeras convenções, ou extinguir todos os preconceitos. Sugere que no lugar de tentar fugir às convenções, seria mais adequado *“descobrir e explicitar uma única representação”* (Moscovici, 2011, p.36). Acredita que desta forma as representações possam ser reconhecidas como um tipo de realidade.

A segunda função é a de prescrição, ou seja, as representações se sobrepõem a nós, como algo da ordem do inevitável. Moscovici explica que tal funcionalidade se deve a uma

estrutura que antecede nossa possibilidade de pensar ligada a uma tradição que determina o que devemos pensar. Exemplifica o quadro descrito com o fenômeno da psicanálise (admitida, nesse caso, como uma representação) largamente difundida socialmente no Ocidente, que faz com que exista todo um discurso, prática e leituras prontas sobre o indivíduo antes mesmo de sua chegada ao mundo: *“Enquanto essas representações, que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, elas não são pensadas por eles; melhor, para sermos mais precisos, elas são repensadas, re-citadas e re-apresentadas”* (Moscovici, 2011, p.37).

O autor salienta que a representação que temos de um determinado objeto nos é imposta, transmitida, e produto de uma construção que se faz ao longo do tempo, resultado de mudanças que atravessam diferentes gerações:

Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam em um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente (Moscovici, 2011, p.37).

Para Moscovici (2011), a atividade social é marcada por nossas experiências do passado, que de algum modo impregnam as vivências e ideias do presente. Credita o poder e a clareza das representações sociais a sua possibilidade de gerência da realidade atual *“através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe”* (Moscovici, 2011, p.38). O teórico ainda chama atenção para a complexidade inerente às representações:

[...] são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um “referencial de um pensamento preexistente”, sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crença ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência (Moscovici, 2011, p.16, grifo do autor).

O autor pretendeu com suas considerações acentuar as representações enquanto algo efetivo, concreto, mesmo que estejam no campo das ideias, pois se impõe a nós, e com as quais temos de lidar.

Moscovici (2011) marca que as interações humanas, tanto a nível grupal ou individual, implicam em representações. Sublinha que as representações não são criadas por um indivíduo particular, mas sim, coletivamente, marcada pela comunicação e cooperação. Deste modo, uma vez estabelecida, a representação ganha vida própria, e sua propagação no encontro com outras representações, abrem espaço para o desaparecimento de algumas e o surgimento de novas. O autor frisa que podemos compreender e explicar uma representação

ao nos remeter às representações anteriores que a originaram, e não a algum comportamento ou particularidade da estrutura social mais evidenciado.

Moscovici (2011) assinala que a representação não é um mero reflexo de comportamentos ou da estrutura social, mas em diversos casos, os modela, assim, destaca:

[...] sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis*. Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela se torna. O que é ideal, gradualmente torna-se materializado. Cessa de ser efêmero, mutável e mortal e torna-se, em vez disso, duradouro, permanente, quase imortal (Moscovici, 2011, p.41).

Moscovici (2011) aponta para dois fenômenos diferentes envolvidos na construção das representações sociais: a ancoragem e a objetivação. O processo de ancoragem significaria a tentativa de tornar um objeto não familiar em familiar, ou seja, facilitar a leitura de dado objeto, atribuindo-o características a partir de um repertório já conhecido. Já a objetivação consiste em atribuir uma imagem a esse objeto novo, também com a intenção de torná-lo claro, cognoscível. Vala (2006) assinala que a ancoragem e a objetivação são processos sociocognitivos, tendo em vista que abarcam regulações normativas e operações cognitivas.

No processo de ancoragem o sujeito ativa um pensamento ou ideia acerca de um objeto a partir de algum referencial já conhecido, além disso, auxilia na uniformização das relações estabelecidas com este. Ao mesmo tempo em que atribui significação, influencia a ação em relação ao objeto já não mais desconhecido (Moscovici, 2011).

Vala (2006) destaca que para Moscovici a objetivação pode ser compreendida partir de três aspectos: construção seletiva, esquematização e naturalização. A construção seletiva estaria ligada ao processo de triagem e descontextualização do conjunto de informações sobre o objeto da representação, o que equivale a dizer, que o grupo social seleciona quais ideias, informações terá utilidade para sua compreensão. A esquematização corresponderia no processo de objetivação à determinada organização dos elementos que compõe a representação, com relações padrões, estruturadas. Já a naturalização corresponderia às ideias e conceitos abstratos presentes na representação tornando-se categorias naturais, pela concretude por meio de imagens e metáforas.

Sá (1996a) sinaliza que a identificação da ancoragem é muito difícil, tendo em vista que implicaria em uma consolidada pesquisa histórica do pensamento social sobre o qual não é simples encontrar fontes adequadas. Também enfatiza a dificuldade no estudo da objetivação, e entende que o fato de não ter recebido mais atenção por parte dos estudiosos

que trabalharam a partir da teoria geral, como Abric e Doise, seu aprofundamento ficou ainda mais restrito.

Moscovici (2011) aponta que as representações sociais precisam ser encaradas como um modo específico de compreensão e comunicação de algo que já sabemos. Apresentam duas faces – icônica e simbólica – correlacionadas. Aponta que representação enquanto imagem/significação aproxima uma imagem de um conceito e vice-versa.

Moscovici (2001) adverte que o estudo da representação social deve ir além dos aspectos emocionais e intelectuais, mas que abarque a dimensão simbólica envolvida em nossos relacionamentos, e é isso que a caracteriza como social. Salienta que as representações são simbólicas porque conseguem incluir elementos tanto de ordem perceptiva quanto cognitiva.

De acordo com Sá (1998) é possível delinear três principais correntes complementares às proposições iniciais de Moscovici:

1. A abordagem culturalista, cuja representante seria Denise Jodelet;
2. A abordagem societal de Willen Doise;
3. A abordagem estrutural desenvolvida por Jean Claud Abric.

Como neste trabalho temos a finalidade de delinear o possível núcleo central e sistema periférico das representações sociais acerca da UPP, optamos por apresentar de forma mais detalhada somente a linha desenvolvida por Jean Claude Abric (1998, 2001a, 2001b) e Claude Flament (2001), tendo em vista que a abordagem estrutural está mais de acordo com os nossos objetivos.

3.1 A abordagem estrutural

O campo de estudos na área de representações sociais sofreu fortes críticas no meio acadêmico acerca de certa imprecisão das definições e termos teóricos. Tais críticas fomentaram uma série de trabalhos de pesquisadores a fim de balizar e clarificar as possíveis divergências teóricas de forma coerente com as proposições iniciais de Moscovici (Sá, 1996a).

Em 1976, Jean Claud Abric iniciou a divulgação de sua teoria do núcleo central como uma forma complementar da teoria geral postulada por Moscovici através de sua tese de doutorado. Sá (1996a) destaca que o caráter complementar da teoria não diminui sua

importância, pelo contrário, lhe atribui o encargo de apresentar sua abordagem de forma detalhada com definições claras e compatíveis com a teoria principal.

De acordo com Sá (1996b) foi no início da década de 1990 que a teoria do núcleo central ganhou destaque no campo de estudos das representações sociais reconhecida como corrente complementar à teoria geral, capaz de responder metodologicamente às exigências postas ao campo. O autor nos informa ainda que na *Université de Montpellier*, localizada no Sul da França, o *Grupo do Midi*, composto por diversos teóricos, entre eles Abric e Flament, vem ao longo do tempo dedicando-se ao desenvolvimento metodológico e teórico na arena das representações sociais.

A ideia de núcleo central foi inicialmente inspirada em conceitos postulados por F. Heider e de S. Asch, na esfera da Psicologia Social Norte-Americana, que desenvolveram trabalhos sobre a organização centralizada dos fenômenos de atribuição e de formação de impressões. A teoria também foi influenciada pelas proposições de Moscovici sobre núcleo figurativo (Sá, 1996a).

No desenvolvimento da teoria do núcleo central houve certo esforço para explicar o processo de formação das representações e seu processo de transformação, sem se ater apenas ao caráter cognitivo dos elementos (Sá, 1996a; Campos; 2003).

Sá (1996b) critica que inicialmente ocorreu um destaque maior sobre o núcleo central o que concorreu para que outros aspectos da teoria perdessem reconhecimento como estruturas igualmente fundamentais dentro do escopo teórico de um modo geral, como os sistemas periféricos.

A representação social pode ser caracterizada como estável e móvel rígida e flexível ao mesmo tempo, além de ser consensual também marcada por diferenças interindividuais, características entendidas como contraditórias, que traz alguma dificuldade para os estudiosos do campo. A teoria do núcleo central pretendeu trabalhar na compreensão desta caracterização tão fundamental dentro da teoria geral e entendeu que estas são características estruturais das representações. Dessa forma, Abric apontou como proposição a organização da representação em torno de um duplo sistema interno, no qual cada parte tem seu papel específico, mas ao mesmo tempo complementar uma da outra, em outros termos, corresponderia ao núcleo central e ao sistema periférico (Sá, 1996a).

A abordagem estrutural compreende a teoria do núcleo central, que tem como perspectiva uma organização interna das representações (Sá, 1996; Abric, 1998, Campos, 2003). Sá (1996a) a reconhece como um aporte significativo ao aprimoramento conceitual, teórico e metodológico das investigações em representações sociais. Em relação à teoria do

núcleo central, Abric (1998) propõe que a representação social é estruturada por elementos que compõe o núcleo central, que é, justamente, o que confere significado à representação. Ainda é formada por elementos que denominou periféricos.

Moscovici (2011) reconhece a importância da teoria do núcleo central como uma forma de dar conta da dimensão cognitiva envolvida na representação. Segundo Abric (2001a), as representações operam na intersecção da lógica dos processos cognitivo e social, e o significado é determinado pelo contexto social e discursivo. Por meio da pesquisa empírica pôde consolidar um conjunto de conhecimentos importantes para o desenvolvimento da teoria, que auxiliou na resolução de inconsistências teóricas e metodológicas.

Abric (1998) salienta que o desenvolvimento ampliado da teoria das representações sociais, largamente utilizada por diferentes campos de conhecimento, pode estar associado a um crescente interesse pelos fenômenos coletivos, mais especificamente o pensamento social. Assim, o autor demarca que a teoria superou a dualidade sujeito/objeto, entendendo que tal separação não existe, ou seja, não consistem em distinções. A ideia de não separação entre sujeito e objeto também está presente nas considerações de Moscovici (Abric, 1998; Jodelet, 2001).

Abric (1998) destaca que a partir dessa proposição de Moscovici, foi possível rever a concepção de realidade objetiva. O autor considera que a realidade é representada, ou seja, reapropriada pelas pessoas ou grupos, e por isso, *“reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca”* (Abric, 1998, p.27).

Segundo Abric (1998), a representação não deve ser compreendida como um mero espelho da realidade, mas sim como uma organização significativa. Além disso, pontua que a representação enquanto sistema de interpretação da realidade marca as relações dos sujeitos com o social, determinando comportamentos e ações. Em relação à teoria do núcleo central Abric propõe que *“uma representação social apresenta uma característica específica a de ser organizada em torno de um núcleo central, constituindo-se em um ou mais elementos, que dão significado à representação”* (Abric, 1998, p.31).

Abric (2001a) aponta que as representações correspondem a uma dupla lógica, uma de ordem cognitiva, e a outra social, e entende que justamente isso torna dificultosa sua análise. Admite que são construções sociocognitivas, possuidoras de regras próprias. Além disso, sinaliza que podem apontar para possíveis contradições, suscitando ideias aparentemente ilógicas ou inconsistentes. Ressalta que tais incongruências são fictícias, pois as representações podem ser consideradas como um conjunto coerente e organizado.

Abric (1998) entende que as representações sociais se organizam em torno de um núcleo central e um sistema periférico. Além disso, postula que o núcleo central é o que dá significado a uma representação. Caracteriza o núcleo como conjunto de elementos que carregam forte estabilidade e resistência a mudanças, sendo protegido pelo sistema periférico, que por sua vez tem característica mais fluída.

Vale destacar que o núcleo central e o sistema periférico guardam estreita relação entre si, ou seja, tem uma complementaridade funcional. Auxilia na comparação de diferentes representações, além de possibilitar articulação entre as representações e práticas sociais (Sá, 1996a).

De acordo com Moscovici (2011), o núcleo central corresponderia a aspectos como constância e uniformidade do social, enquanto o sistema periférico refletiria sua variabilidade e diversidade. Destaca que a perspectiva estrutural guarda semelhança com uma corrente filosófica que postula a concepção de ideias centrais e marginais. Reconhece também a influência de ideias que partem de uma concepção organizadora, que contribui para uma certa coerência e organização da representação.

O autor informa também que o conceito *themata* aparece na teoria das representações como resposta a perspectiva estrutural, além da intenção de avançar no aperfeiçoamento da teoria e da metodologia empregada.

De forma esquemática, apresentamos as principais características da abordagem estrutural de acordo com Abric (1998):²⁷

Núcleo Central	Sistema Periférico
Ligado à memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração das experiências e das histórias individuais
Consensual: define a homogeneidade do grupo	Tolera a heterogeneidade do grupo
Estável, coerente e rígido	Flexível, tolera contradições
Resiste à mudança	Evolutivo
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Função: gera os significados da representação além de determinar sua organização	Função: permite a adaptação à realidade concreta e a diferenciação do conteúdo: protege o sistema central

Fonte: Sá, 1996, p.34

²⁷O quadro exposto foi retirado do texto de Sá (1996, p.34)

Nesta abordagem, as representações sociais podem ser compreendidas como um arranjo que engloba diferentes níveis, ou seja, não se trata de uma junção de eventos e processos meramente cognitivos. A cognição é um elemento ativo no processo de entendimento do mundo, contudo, também é necessário lançar um olhar sobre o contexto (Sá, 1996).

A abordagem estrutural surge como uma tentativa de dar conta da aparente contradição na teoria que compreende as representações como estáveis e flexíveis ao mesmo tempo. São consideradas estáveis, porque parte delas se mantém ao longo do tempo. Por ser orientadora de condutas a estabilidade é necessária para facilitar a leitura da realidade, e o núcleo central agrega os elementos que auxiliam nesse caso. A dimensão de flexibilidade caracteriza-se por conta da necessidade de adaptação às mudanças decorrentes da dinâmica comunicacional, na qual a fluidez e a intensidade das trocas são intensas (Sá, 1996; Abric, 1998).

Os elementos que compõe o núcleo central estão necessariamente vinculados à memória coletiva de um determinado grupo social, por vezes, circulam entre diferentes gerações. São vistos como consensuais já que atingem um número maior de pessoas. Enquanto que o sistema periférico abriga elementos mais negociáveis (Abric, 1998; Sá, 1996).

Sá (1996a) adverte sobre possíveis comparações entre as representações sociais de um mesmo objeto, sustentadas por grupos diferentes ou por um único grupo. Entende que as representações podem ser consideradas diferentes somente se os seus núcleos centrais tiverem arranjos expressivamente díspares. O autor enfatiza ainda que através do sistema periférico há possibilidade de transformação das representações, uma vez que este abarca elementos mais negociáveis, sujeito a modificações.

Campos (2003) salienta que na perspectiva da abordagem estrutural, a afirmação de que uma representação é conhecida equivale a definição de seu núcleo central e sistema periférico.

O núcleo central ao mesmo tempo em que assegura a estabilidade da representação é o que lhe confere significado. Como característica apresenta uma vinculação às perspectivas a nível histórico, sociológico e ideológico, ao mesmo tempo ligação com as normas e os valores sociais. O sistema periférico guarda estreita relação com o núcleo central, atua como regulador, em outras palavras, abarca as diferenças do grupo, é mais flexível e suscetível a mudanças. O sistema periférico está voltado para o contexto imediato, e é essa característica que possibilita transformações na estruturação de uma representação (Abric, 1998; Campos, 2003).

A representação pode ser descrita em termos de estrutura, diferentes autores demarcam sua característica sociocognitiva, tendo em vista que esta abarca por um lado, uma dimensão cognitiva, e por outro, uma dimensão social, sujeita às influências do contexto discursivo e do contexto social (Abric, 1998; Sá; 1996; Campos, 2003).

Campos (2003) chama atenção para as dimensões normativa e funcional da representação, ligadas às relações entre o núcleo central e o sistema periférico.

Flament (2001) destaca o aspecto cognitivo envolvido na teoria do núcleo central. De acordo com o autor é possível afirmar que os elementos constitutivos do núcleo central são mais memorizados que os que compõem o sistema periférico.

Abric (1998) ao caracterizar os dois sistemas organizadores da representação conseguiu dar conta de parte da complexidade envolvida no fenômeno da representação, contudo, ainda carecia determinar as possíveis diferenças entre os elementos cognitivos de cada um dos sistemas e seu caráter complementar, o que de acordo com Sá (1996a) só se tornou possível com as proposições de Flament que procurou distinguir as diferentes cognições, o autor focou no que chamou de propriedades essenciais das cognições que constituem uma representação social.

Segundo Flament (2001), uma cognição pode ser prescritiva e/ou descritiva e compor uma representação. Destaca que a noção de prescrição guarda ligação com ações que podem ser comprometidas (ou afetadas), como exemplo, segue os seguintes termos: “para fazer”; “pode ser feito”; “é desejável que seja feito”; “não se pode fazer”; “não se deve fazer”, etc. Sá (1996b) ressalta que assumindo essa característica a cognição pode ser assinalada a nível discursivo, mas não cognitivo. Além disso, esta concepção está ligada a noção de que numa representação as cognições se ligam a uma prescrição de conduta em relação ao objeto.

Flament (2001) salienta que é muito comum que nos estudos de representação os respondentes utilizem termos descritivos que são apropriados pelos pesquisadores em seus materiais, como os questionários, por exemplo. O autor arrisca na afirmação da possível existência de cognições exclusivamente prescritivas ou descritivas. E reforça a possibilidade de distinção no plano discursivo, mas não no cognitivo.

O autor faz uma subdivisão entre prescrições condicionais e incondicionais. E afirma que no campo das representações as prescrições são em sua maior parte condicionais o que pode ser constatado no decurso das pesquisas. Destaca que o fundamental desse esquema é a ideia de que a nível discursivo uma prescrição pode surgir como incondicional e ao nível cognitivo, na maior parte das vezes, como condicional.

Para exemplificar os apontamentos acima, o autor coloca que em uma situação o indivíduo pode falar prontamente o que lhe parece importante, deixando de lado o que lhe parece mais acessório (exceto quando o sujeito guarda alguma ligação com o que é secundário). Dessa forma, tendo o pesquisador hipóteses razoáveis acerca das prescrições, o autor entende que é possível indagar os sujeitos e obter respostas muito naturais.

Sá (1996b) nessa mesma linha sinaliza que se trata de situações em que os sujeitos ao emitir seus julgamentos, neles já estão incutidos (mesmo que de modo não evidente) alternativas condicionais igualmente válidas, e afirma *“É essa hipótese da condicionalidade que proporciona um critério externo para distinguir entre as cognições do núcleo central, que seriam absolutas, e as cognições periféricas, que seriam condicionais”* (Sá, 1996b, p.24). O autor entende que esta é uma forma de compreensão que torna razoável a dinâmica estabelecida entre os elementos cognitivos do sistema central e periférico.

Abric (1998) buscou delinear os processos envolvidos na transformação das representações pautada pelo entendimento de uma de organização interna. Entendendo a necessidade de compreensão entre as práticas sociais e as representações, formulou a seguinte questão: *“o que acontece quando os atores sociais são levados a desenvolver práticas sociais em contradição com seu sistema de representação?”* (Abric, 1998, p.35).

Com a intenção de responder ao questionamento levantado, Abric informa sobre a ideia de “reversibilidade da situação” proposta por Flament. Em algumas ocorrências, os sujeitos envolvidos podem encarar certas práticas como reversíveis ou irreversíveis, ou seja, que há possibilidade de mudanças ou não de sua prática.

Na percepção de uma situação reversível ao surgir uma nova prática conflitante, ocorrerá mudanças na representação. Isso ocorre por meio da integração de tais elementos ao sistema periférico, sem alteração em seu núcleo central.

Já nos casos entendidos como irreversíveis, no surgimento de uma nova prática contraditória os efeitos sobre a representação serão mais significativos, podendo ser classificados como: “transformação resistente” na qual as práticas novas contraditórias ainda podem ser gerenciadas no nível do sistema periférico, mas por sua propagação acaba por acarretar mudanças no núcleo central; “transformação progressiva” na qual as práticas novas não rompem bruscamente o núcleo central, mas vão se integrando aos elementos para assim constituir novo núcleo e por fim a transformação brutal quando há um ataque das novas práticas ao núcleo central, sem possibilidade de mediação do sistema periférico que acarreta em uma transformação, modificação da representação.

Dessa forma é possível observar o quanto a relação estabelecida entre o sistema periférico e o núcleo central é fundamental para a compreensão da dinâmica de transformação de uma representação.

O desenvolvimento da teoria do núcleo central também auxiliou na sistematização dos estudos comparativos das representações. Fornece balizadores claros nesse sentido, considera que as representações de um grupo ou grupos diferentes sobre um mesmo objeto, somente podem ser consideradas diferentes se seus núcleos centrais tiverem arranjos de fato distintos. Se as diferenças se apresentam somente no sistema periférico, a representação é a mesma, o que modifica é a sua apresentação por conta de fatores situacionais de nível grupal ou interindividual (Sá, 1996a).

Toda a pesquisa em torno do núcleo central inicialmente adotou como perspectiva o método experimental, contudo foi ampliando para outras abordagens para a coleta de dados, como, por exemplo, a entrevista, já reconhecida como ferramenta muito importante para a compreensão do fenômeno das representações. Sá (1996b) adverte que Abric preocupou-se que a teoria do núcleo central não fosse utilizada meramente para descrever o conteúdo de uma representação, refletindo sobre a importância do rigor metodológico na coleta dos dados. Ciente de que o conteúdo manifesto na fala dos sujeitos nem são necessariamente corresponde à representação:

[...] numa apreciação mais refletida de seu discurso espontâneo, os sujeitos tendem a destacar o essencial (o núcleo central, por hipótese) em relação ao circunstancial (ou, nos termos da teoria, os elementos periféricos). Esse mesmo princípio – formulação de boas perguntas [...] – tem sido levado, entretanto, a uma crescente sofisticação que não se afigura como estritamente técnica, mas envolve uma louvável articulação entre teoria e método (Sá, 1996b, p.27).

A partir disso, pode-se distinguir entre técnicas que auxiliam na coleta dos elementos que possivelmente podem constituir o núcleo central, que acabam por fornecer suposições acerca de sua formação, de outras ferramentas que auxiliaria na identificação de fato dessas suposições, se de fato constituiriam elementos centrais da representação.

Diante da complexidade do campo de estudos das representações a abordagem estrutural representa uma tentativa de sistematizar e aperfeiçoar a teoria geral, fornecendo subsídios claros e rigoroso desenho metodológico aos pesquisadores do campo. Reconhecidamente há presente inúmeras limitações, contudo, essa corrente teórica está em constante amadurecimento, na busca de superar parte do que ainda não foi possível clarificar dentro da teoria.

A teoria das representações sociais nos auxilia a compreender como os diferentes grupos sociais apreendem a realidade. Dessa forma, entendemos que sua adoção como arcabouço teórico principal trará subsídios importantes para o estudo da UPP, uma vez que buscamos levantar informações junto aos sujeitos que convivem diretamente sob a influência dessa estratégia de segurança pública.

Sá (1998) delimita que os fenômenos de representação social são construídos no universo consensual do senso comum. De acordo com o autor o que envolve os fenômenos de representação social necessariamente estão dispersos na cultura, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Todo o conjunto de informações e imagens veiculadas pela mídia em geral contribuem para forjar um pensamento social a respeito das UPPs, bem como da pacificação.

Na abordagem estrutural a representação social pode ser compreendida como um arranjo que engloba diferentes níveis, ou seja, não se trata de uma junção de eventos e processos meramente cognitivos. A cognição é um elemento ativo no processo de entendimento do mundo, contudo, também é necessário lançar um olhar sobre o contexto (Sá, 1996). As mídias contribuem para a construção de representações sociais. E as representações apontam para a organização e orientação de conduta dos atores sociais.

São mais de 100 anos de favelas e muito se produziu a respeito desses espaços, diferentes discursos e reflexões, objeto de atenção do mundo acadêmico, da mídia, de atores políticos, do poder público e organizações internacionais. Parte do que foi construído enquanto significado de favela foi atravessado por imagens e questões tanto negativas – como criminalidade e violência –, quanto positivas, como lugar de potencialidades, luta e resistência. A marca das representações negativas desses espaços de algum modo resiste no discurso midiático e no imaginário da população em geral. Deste modo, buscamos neste trabalho dar relevo ao que pensam os moradores da Cidade de Deus acerca da UPP que de algum modo alterou sua organização de vida no território.

4. Método

Neste trabalho temos como objetivo principal conhecer as representações sociais dos moradores da Cidade de Deus sobre a Unidade de Polícia Pacificadora. Identificando o possível núcleo central e o sistema periférico dessas representações. Entendemos que o estudo da temática a partir da Teoria das Representações Sociais pode contribuir para a compreensão de parte da complexidade envolvida em torno desse objeto social. Diferentes autores apontam a análise prototípica como uma das técnicas mais utilizadas pelos pesquisadores interessados na distinção da estrutura de uma representação social (Vergès, 2005; Oliveira, Marques, Gomes, Teixeira, & Amaral, 2005; Wachelke & Wolter, 2011; Wolter & Wachelke, 2013).

O estudo no campo das representações sociais é amplo e interessa a diferentes áreas do conhecimento, deste modo, também é possível identificar uma variedade de métodos e técnicas de coleta e de análise de dados (Abric, 2001a; Oliveira et al., 2005; Vala, 2006; Alves-Mazzotti, 2009; Wachelke & Wolter, 2011).

Diferentes autores destacam a importância do rigor metodológico no desenvolvimento de uma pesquisa, não só em termos de definição e execução das diferentes etapas, mas, sobretudo, a conformação destas ao arcabouço teórico e ao objeto de estudo (Oliveira et al., 2005; Wachelke & Wolter, 2011).

Abric (2001b) admite que o estudo das representações sociais torna complexa a metodologia de pesquisa desde a coleta à análise dos dados. Informa sobre a importância do trabalho de coleta dos dados como fundamental para o reconhecimento do valor de pesquisas no campo, uma vez que a eficácia do método de análise está ligada ao tipo e qualidade de informação recolhida, que determinam tanto a validade das análises quanto dos resultados obtidos.

Abric (2001a) aponta para o que denominou tripé objetivo, cuja finalidade é estabelecer de forma criteriosa uma metodologia condizente com parte da complexidade do estudo das representações. Distingue três etapas consecutivas:

- 1) a definição do conteúdo da representação;
- 2) o estudo das relações entre os elementos, sua importância em relação à hierarquia;
- 3) a determinação de seu núcleo central.

No estudo das representações sociais dentro da abordagem estrutural, levamos em conta não só o conteúdo, mas também a forma como este se organiza, ou seja, sua estruturação. Enquanto pesquisadores não devemos nos ater apenas aos conteúdos, mas,

sobretudo, nos debruçar sobre a forma pela qual esses conteúdos são organizados, bem como as hierarquizações possíveis entre os elementos, e o estabelecimento do seu núcleo central (Abric, 2001a).

Oliveira et al. (2005) destacam que dentro da abordagem postulada por Abric foram explorados diferentes métodos que pudessem auxiliar na delimitação da estrutura da representação, ou seja, sua organização em termos do núcleo central e sistema periférico. Dessa forma, a técnica da evocação livre mostrou-se adequada para o alcance de tal objetivo.

Neste estudo buscamos delinear a representação social em termos estruturais, ou seja, identificar os elementos que compõem o seu núcleo central e sistema periférico. Para a análise prototípica levantamos os dados através da técnica de evocação livre, através da qual para os elementos evocados calculam-se suas frequências e ordem média.

Alves-Mazzotti (2009) aponta que os trabalhos no campo das representações sociais admitem diferentes métodos de pesquisa, e salienta a ausência de uma metodologia “canônica”. A autora traz as contribuições de Jodelet para argumentar acerca da importância do delineamento do que será investigado no estudo dentro dessa linha de pensamento.

Alves-Mazzotti (2009) admite que existem limitações nos estudos acerca das representações, devido à complexidade do campo, e adverte que cabe ao pesquisador saber o que pretende com sua pesquisa. Critica que muitos estudos apresentam certa limitação tomando como ponto apenas a descrição da representação sem mencionar a organização e a hierarquização dos elementos que a estruturam. Admite que muitas críticas são construídas a partir da falta de rigor metodológico, embora reconheça que parte dessas análises se deve a um pensamento baseado numa visão positivista da ciência, que em algum nível desqualifica as pesquisas de caráter mais qualitativo.

A proposta do presente estudo é de realizar uma análise prototípica, adotando como técnica principal a evocação livre para a coleta dos dados. Tal associação é corroborada na literatura, conforme Wachelke & Wolter (2011) sinalizam como uma escolha adequada nos estudos das representações sociais.

A análise Prototípica consiste em uma técnica que auxilia na caracterização estrutural de uma representação social por meio de evocações, que foi desenvolvida por Vergès (2005).

Para identificar a estrutura da representação por meio da análise prototípica, é realizado o cálculo de frequências e ordens de evocação das palavras. E também, somado a isso, formam-se categorias com os termos evocados, para que seja avaliado suas frequências, composições e coocorrências (Vergès, 2005; Wachelke & Wolter, 2011).

Wachelke & Wolter (2011) destacam que essa técnica tornou-se muito difundida e utilizada por diferentes áreas de conhecimento por conta da facilidade para tratar os dados e conseguir atingir os resultados. Salientam a validade da técnica desenvolvida por Vergès como apropriada para o delineamento da estrutura da representação. Além disso, acrescentam que o surgimento do programa EVOC trouxe ainda mais visibilidade para a técnica, uma vez que possibilita executar os diferentes procedimentos de classificação e cálculo que demandam a análise prototípica.

Os autores informam que os estudos nos quais a análise prototípica é empregada é muito comum ser associada à técnica de evocação de palavras, que em geral consiste em solicitar ao respondente que expresse espontaneamente um número de expressões (número que pode variar) acerca do termo indutor, ou seja, do objeto social estudado.

Desta forma objetivamos identificar as representações sociais dos moradores da Cidade de Deus sobre a UPP, delineando sua provável estrutura.

4.1 Locus da pesquisa

O presente estudo foi realizado na Cidade de Deus, um bairro localizado na zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, que sofreu um processo de favelização ao longo dos anos e foi dominada pela facção criminosa Comando Vermelho.

Em fevereiro de 2009 ocorreu a “retomada” do território pelo poder público, com a instalação da segunda Unidade de Polícia Pacificadora no Município do Rio de Janeiro.

Há 7 anos, a Cidade de Deus passou pelo processo de pacificação, consideramos que esse período poderia ser indicativo de diferentes experiências entre os moradores e a UPP, possibilitando aos sujeitos a produção de ideias e conceitos a respeito do objeto. Ao longo do tempo os moradores desta localidade já estabeleceram uma convivência com os policiais da UPP, já passaram pela adaptação inicial, e, em certa medida, a presença policial permanente já pôde ser incorporada à rotina. Temos como objetivo geral delinear as representações sociais que os moradores da Cidade de Deus construíram sobre a Unidade de Polícia Pacificadora. Assim como, temos também a intenção de levantar informações acerca da experiência dos moradores com o processo de pacificação; apontar possíveis mudanças no território pós-pacificação; identificar se dimensionam ganhos pessoais; delinear o tipo de relação estabelecida com os agentes e a avaliação que fazem da política pública de segurança.

4.2 Instrumento

Neste estudo, o instrumento utilizado para coleta dos dados foi um questionário (apêndice A). Sua construção foi baseada na literatura revisada para a fundamentação teórica desta pesquisa.

Na parte inicial do questionário consta uma ficha de caracterização sociodemográfica. Para a caracterização dos participantes elencamos questões como: tempo de moradia, local de moradia, idade, religião, profissão, sexo, cor/raça e escolaridade. Em seguida apresentam-se as três tarefas de evocação livre sobre os termos indutores – **UPP, pacificação e UPP na mídia**. Solicitamos aos sujeitos que escrevessem de 3 a 5 palavras que lhes viessem à lembrança ao pensar nesses itens respectivamente.

No questionário, as três tarefas de evocação estão associadas a 29 questões fechadas dispostas em uma escala tipo Likert. Na escala, para cada afirmativa, o sujeito poderia sinalizar sua opinião com as seguintes opções: concordo fortemente; concordo; sem opinião; discordo e discordo fortemente.

4.3 Procedimentos

Para a realização do estudo como procedimento inicial foi realizado um mapeamento de locais nos quais pudessem ter participantes para responder ao questionário. Por se tratar de um objeto de estudo altamente normativo e por ser uma região em que a presença do tráfico de drogas é muito forte, avaliamos que a abordagem de pessoas na rua poderia não ser uma postura segura a ser adotada.

Desse modo, para a coleta de dados, primeiramente foram contatadas ONGs, projetos sociais, uma associação de moradores e uma escola de ensino fundamental da Cidade de Deus, a fim de que fosse viabilizado o recrutamento de participantes, por constituírem espaços de grande fluxo de pessoas. Também foram utilizados os contatos pessoais da pesquisadora para atingir o número necessário de respondentes para o estudo.

A coleta de dados realizada na Cidade de Deus foi realizada pela pesquisadora, auxiliada por duas moradoras da localidade. As pessoas escolhidas para auxiliar na aplicação dos questionários fazem parte do círculo pessoal da pesquisadora. Para que as colaboradoras tivessem condições de auxiliar no trabalho, foram realizadas reuniões entre elas e a

pesquisadora para que os objetivos da pesquisa fossem explicados e o questionário apresentado. A cada rodada de aplicação dos questionários foram marcadas conversas para dirimir eventuais dúvidas ou registrar as dificuldades e impressões durante o processo de trabalho.

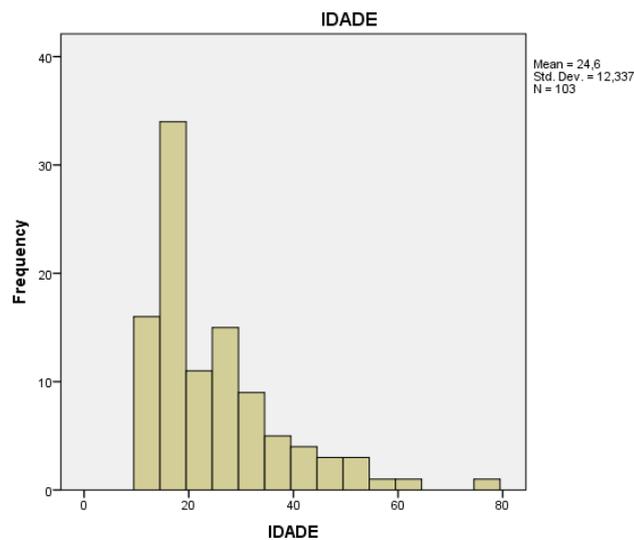
Após identificar os possíveis sujeitos para participarem do estudo o convite era feito pela pesquisadora ou pelas colaboradoras, que se encarregavam de apresentar a pesquisa e seus objetivos. Em seguida era apresentado o termo de consentimento, ao receber a resposta positiva do participante, era entregue o questionário.

4.4 Participantes e critérios de elegibilidade

A amostra foi composta por 106 sujeitos moradores da Cidade de Deus. Compomos uma amostra de conveniência, na qual abordamos jovens, adultos e idosos, sem privilegiar qualquer faixa etária ou público específico. Também não delimitamos o tempo de moradia na localidade, como era o objetivo inicial, no qual buscaríamos moradores que residiam na região antes mesmo do processo de pacificação. Ao longo do estudo percebemos que isso representava uma dificuldade adicional ao trabalho, e optamos por abrir mão desse requisito.

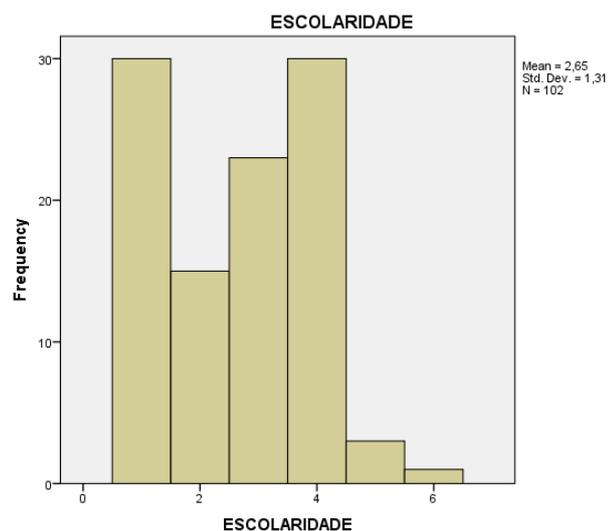
4.5 Caracterização da amostra

A amostra total foi composta por 35 homens e 67 mulheres com faixa etária entre 13 e 75 anos. Em relação à idade, o gráfico 1, localizado a seguir, sinaliza para uma concentração amostral na faixa etária de 15 a 20 anos e posteriormente entre 20 e 40 anos:



Em termos de cor/raça, os sujeitos identificados como pretos foram a maioria, em torno de 47% da amostra, seguida pela cor parda, que representou cerca de 37% dos participantes. Sobre o tempo de moradia 35% dos sujeitos residem na Cidade de Deus entre 15 e 20 anos.

Quanto à escolaridade, podemos considerar que o conjunto de nossa amostra caracteriza-se por sujeitos com baixa escolaridade. O gráfico 2²⁸, localizado a seguir mostra que a maior parte dos indivíduos possui o ensino fundamental completo, seguido pelo ensino médio incompleto:



²⁸Para melhor compreensão do gráfico, vale destacar que atribuímos um número para cada faixa de escolaridade. Ficando organizado da seguinte forma:
 1- ensino fundamental completo; 2- ensino fundamental incompleto; 3- ensino médio completo; 4- ensino médio incompleto; 5- ensino superior completo e 6- ensino superior incompleto.

Apenas quatro participantes não fizeram sinalização no questionário quanto ao sexo. Sobre o item profissão, as informações trazidas pelos respondentes formaram um conjunto bastante heterogêneo, assim como o quesito religião, deste modo optamos por não trabalhá-los estatisticamente.

4.6 Coleta dos dados

Durante o processo de coleta de dados tivemos bastante resistência das pessoas para participar do estudo. Quando era apresentado o termo de consentimento, as pessoas temiam serem identificadas, mesmo com a especificação do sigilo e anonimato assegurado. Tivemos inúmeras recusas ao longo do trabalho, o que nos levou a reavaliar o uso do termo.

Para a viabilização da pesquisa optamos por continuar apresentando o termo, mas indicá-lo como opcional nos casos em que o participante concordasse em responder o questionário, mas oferecesse resistência para assinatura do consentimento. Também adotamos como alternativa solicitar a cada participante que pudesse indicar uma ou mais pessoas de seu círculo de confiança que acreditaria aceitar participar do estudo. Tais estratégias contribuíram para uma maior adesão de pessoas para responder o questionário. Por conta das dificuldades iniciais levamos cerca de dois meses e meio para finalizar a coleta. Fechamos esta etapa do estudo com 106 questionários aplicados.

Todos os sujeitos foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a maior parte consentiu sua participação verbalmente, enquanto 34% da amostra através da assinatura do termo de consentimento.

Embora não tenha sido um número expressivo, alguns participantes omitiram uma ou mais das informações sociodemográficas solicitadas na parte inicial do questionário. Também ocorreu de alguns respondentes concordarem em responder, iniciar a marcação das respostas e desistir no meio, ou ainda, nas questões fechadas sinalizarem somente a opção “sem opinião”. Apesar disso, optamos por manter tais questionários, tendo em vista que tais posturas podem constituir dados interessantes para a pesquisa.

4.6.1 A técnica: evocação livre

Para o desenvolvimento do trabalho adotamos como técnica a evocação livre, que, em termos práticos, consiste na enunciação (verbal ou não) de uma palavra ou expressão indutora, sobre a qual os sujeitos respondentes da pesquisa farão associações. A técnica possibilita o acesso a um conjunto semântico relacionado ao objeto pesquisado. Tal técnica mostra-se adequada para nos auxiliar no delineamento dos elementos estruturais da representação (Oliveira et al., 2005; Vergès, 2005; Wachelke & Wolter, 2013).

Oliveira et al. (2005) enfatizam que a técnica de evocação livre é largamente utilizada por estudiosos, devido, basicamente, a dois motivos. O primeiro refere-se à facilidade de captação de conteúdos mentais de modo mais espontâneo, mesmo os de caráter implícito. O segundo motivo se deve ao fato de auxiliar na obtenção rápida e objetiva do conteúdo semântico.

A técnica consiste em solicitar ao sujeito que relate as expressões ou palavras que venham à cabeça a partir da menção de um termo indutor. Também é possível delimitar um ou mais termos indutores, assim como definir o número de expressões ou palavras que os respondentes podem registrar (Oliveira et al., 2005; Vergès, 2005; Bardin, 2006).

Oliveira et al. (2005) admitem que a evocação livre consiste em uma ferramenta adequada para conhecer o desenho dos elementos que compõem uma representação social, contudo, ressaltam que a “*produção obtida pela associação livre é de difícil interpretação, se tomada isoladamente*” (Oliveira et al., 2005, p.576).

Wolter & Wachelke (2013) salientam que o vantajoso na adoção de tal técnica, além de alcançar muito facilmente o que o respondente conhece acerca do termo indutor sugerido, é um método fácil de ser aplicado, e permiti acessar simultaneamente o conteúdo e a estrutura da representação.

No desenvolvimento da pesquisa a técnica pode ser usada como único recurso ou combinada a outros, como a entrevista e o questionário. Além disso, o registro das evocações pode variar, é possível que o registro seja feito em papel pelo próprio respondente, também pode ser autoaplicado ou conduzido por um entrevistador, bem como ser gravado em áudio para posterior transcrição (Oliveira et al., 2005).

Oliveira et al. (2005) apontam que o pesquisador deve estar atento ao o número de palavras ou expressões que será solicitado ao sujeito. Recomendam que esse quantitativo não ultrapasse o máximo de seis termos, tendo em vista que, a partir desse número, o trabalho

cognitivo exigido do respondente aumenta, exigindo um trabalho mental tal, que pode acabar por prejudicar o caráter espontâneo das respostas.

Os autores chamam atenção para a necessidade de hierarquização das evocações por ordem de importância, na qual os sujeitos devem enumerar cada elemento variando do mais importante ao menos importante, da forma que considerar adequada. Esse cuidado com a hierarquização é imprescindível para auxiliar na identificação dos elementos centrais e periféricos.

Outros procedimentos podem ser associados à técnica, contribuindo para uma variação metodológica que pode ser interessante de acordo com a finalidade da pesquisa. Vale destacar que a soma de outras ferramentas à técnica de associação livre está diametralmente relacionada com o tratamento e análise dos dados (Oliveira et al., 2005; Wolter & Wachelke, 2013).

Oliveira et al. (2005) advertem sobre a necessidade de adequação das escolhas metodológicas aos objetivos da pesquisa. Ao ser definida a técnica, deve-se ter cuidado para a definição do método de análise. Ressaltam que a associação livre tem sido amplamente utilizada por se mostrar adequada para os estudos de representação social, sobretudo na abordagem estrutural.

4.7 Análise dos dados

O material levantado através das tarefas de evocação foi analisado com o auxílio do software EVOC (2003) com a finalidade de identificar o provável núcleo central e sistema periférico. A adoção do software EVOC neste trabalho se deve a possibilidade de um tratamento estatístico dos dados que auxilia na construção do quadro de quatro casas. Deste modo, foi possível a organização do material levantado, delineando a estrutura da representação.

Para a análise das evocações utilizamos o conjunto de dados coletados através dos 106 questionários aplicados. Para a análise prototípica levantamos os dados através da técnica de evocação livre, na qual para os elementos evocados calculam-se as frequências e ordem média. A utilização da técnica de evocação livre auxiliou na coleta de dados, muito conveniente para a obtenção de informações de um modo rápido e sem muitas dificuldades para o respondente e o pesquisador (Wolter & Wachelke, 2013).

Adotamos a técnica de construção do quadro de quatro casas para apresentar a estrutura da representação, conformando assim uma análise prototípica, combinação muito utilizada nos estudos no campo das representações sociais. Wachelke & Wolter (2011) pontuam que a análise prototípica não corresponde ao campo estatístico, mas sim uma forma combinada de apresentação de informações e dados.

Para responder ao objetivo principal postulado nesse estudo entendemos que as tarefas de evocação livre têm ligação direta com as questões fechadas. Deste modo, delimitamos as questões relacionadas a cada termo indutor utilizado. Conforme quadro abaixo:

Termo Indutor	Afirmativas
UPP	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tenho confiança no trabalho da UPP. ➤ Vejo o trabalho da UPP com desconfiança. ➤ Confio no trabalho da Polícia de uma maneira geral. ➤ A polícia age de modo diferente de acordo com as características físicas das pessoas, como a cor da pele. ➤ A abordagem policial é diferente para homens. ➤ Os policiais da UPP agem de forma violenta com os moradores. ➤ Os policiais da UPP agem de forma amigável com os moradores. ➤ Os policiais da UPP estão preparados para atuar no meu local de moradia. ➤ Os policiais de uma forma geral recebem formação adequada para atuar junto à população. ➤ Me sinto satisfeito (a) com a implantação da UPP em meu local de moradia. ➤ Os policiais da UPP trabalham em condições ideais. ➤ A abordagem dos policiais da UPP no meu local de moradia é diferente dependendo da idade do morador.
Pacificação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Houve mudanças no meu local de moradia depois da chegada da UPP. ➤ A entrada da UPP trouxe benefícios para o meu local de moradia. ➤ A entrada da UPP resultou em benefícios pessoais. ➤ A implantação das UPPs facilitou o acesso a programas sociais que não existiam anteriormente em meu local de moradia. ➤ A implantação da UPP resultou em ganho econômico para o meu local de moradia. ➤ A implantação da UPP resultou em acesso a serviços públicos que não existiam anteriormente em meu local de moradia. ➤ A chegada da UPP facilitou atividades de geração de renda em meu local de moradia. ➤ Me sinto seguro (a) com a presença policial permanente em meu local de moradia. ➤ Participo de atividades propostas pela UPP no meu local de moradia. ➤ A entrada da UPP interferiu no consumo de drogas em meu local moradia. ➤ A implantação da UPP interferiu na organização do tráfico de drogas no meu local de moradia. ➤ A entrada da UPP modificou a movimentação de armas no meu local de moradia.
UPP na Mídia	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Segurança Pública e polícia significam a mesma coisa. ➤ A atuação policial na favela é diferente da ação em outras localidades. ➤ Acredito que deveria ser implantada UPP em localidades com a presença da milícia. ➤ A UPP é um modelo adequado de política pública de segurança. ➤ A implantação de UPPs foi positiva para a cidade do Rio de Janeiro.

A análise das questões fechadas contou com o auxílio do SPSS (Statistical Package for the Social Science) v. 20.0, tendo sido realizada análise descritiva (Média, mediana, moda e desvio padrão) e testes de comparação de médias (Teste t de Student e ANOVA).

5 Apresentação dos Resultados

A seguir apresentamos os dados relativos às representações sociais dos moradores da Cidade de Deus sobre a Unidade de Polícia Pacificadora. O material coletado foi analisado com o auxílio do programa de computador denominado EVOC 2003® (*Ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations*) que combina a frequência da evocação de cada palavra com sua ordem de evocação. Também utilizamos a técnica de construção do quadro de quatro casas para apresentar a estrutura da representação, conformando assim uma análise prototípica. Wachelke & Wolter (2011) pontuam que a análise prototípica não corresponde ao campo estatístico, mas sim uma forma combinada de apresentação de informações e dados.

Para a organização do trabalho optamos por apresentar esquematicamente o quadro de quatro casas, apontando os elementos, a estrutura das representações sociais construídas pelos moradores acerca de cada termo indutor utilizado na pesquisa.

5.1 Análise prototípica

5.1.1 Estrutura representacional da UPP para moradores da Cidade de Deus

No questionário, a primeira tarefa de evocação livre referia-se ao termo indutor “UPP”, sobre o qual o sujeito deveria expressar de três a cinco palavras que vinham imediatamente à lembrança.

1) Tarefa de Evocação Livre: UPP

<2,9 ordem média de evocação ≥ 2,9					
Corrupta	28	1,893			
Polícia	23	2,217			
Segurança	21	1,81			
Tiro	17	1,706			
Violência	23				
Frequência <15					Frequência <15
Respeito	6	1,833		Armas	8 2,875
Polícia	6	1,167		Insegurança	7 2,571
				Morte	10 2,500

Figura 1 Representação da UPP para moradores da Cidade de Deus (n=106).

No núcleo central de uma representação social estão os elementos que apresentaram uma alta frequência e uma baixa ordem de evocação (Wachelke & Wolter, 2011). De acordo com os dados informados pela figura 1, o provável núcleo central da representação social acerca da UPP pelos moradores da Cidade de Deus gravita em torno dos elementos: corrupta, polícia, segurança, tiro, violência.

No segundo quadrante, que corresponde a primeira periferia e contém os termos com alta frequência e alta ordem de aparição, não surgiram elementos. A zona de contraste corresponde aos elementos de frequência baixa, que pode apontar para dois cenários distintos, sinalizar elementos que são somente complementos da primeira periferia ou indicar a presença de um subgrupo que conserva determinados elementos diferentes da maioria de modo consistente (Wachelke & Wolter, 2011). Em nosso estudo na zona de contraste surgiram os termos respeito e ruim. Já na última periferia aparecem os elementos armas, insegurança, morte.

5.1.2 Estrutura representacional da pacificação para moradores da Cidade de Deus

2) Tarefa de Evocação Livre: Pacificação

<2,9 ordem média de evocação ≥ 2,9			
Morte	11	2,273	Tiro 19 2,316
Paz	15	2,133	
Segurança	16	2,063	
Tranquilidade	13	1,692	
Frequência <10			Frequência <10
Corrupção	5	2,2	Respeito 5 2,800
Farsa	7	1,714	
Maquiagem	5	2,2	
Mentira	7	1,714	
Polícia	8	2,25	

Figura 2 - Representação da UPP para moradores da Cidade de Deus (n=106).

Conforme a figura 2 mostra, o provável núcleo central da representação social acerca da Pacificação pelos moradores da Cidade de Deus gravita em torno dos elementos: morte, paz, segurança, tranquilidade.

Na primeira periferia localizamos o elemento tiro. Na zona de contraste temos os elementos corrupção, farsa, maquiagem, mentira e polícia. A zona de contraste agrupa um

conjunto de elementos de cunho avaliativo acerca da pacificação – corrupção, farsa, maquiagem, mentira. Na última periferia aparece somente o elemento respeito.

5.1.3 Estrutura representacional da UPP na mídia para moradores da Cidade de Deus

2) Tarefa de Evocação Livre: UPP na mídia

<2,9 ordem média de evocação ≥ 2,9					
Corrupção	26	1,923	Morte	12	2,333
Mentira	13	2,077	Frequência ≥ 12		
Violência	15	2,133	Frequência <12		
Frequência <12			Enganosa	5	2,600
Segurança			Farsa	5	2,364
			Guerra	7	2,714

Figura 3 - Representação da UPP na mídia para moradores da Cidade de Deus (n=106).

A figura 3 aponta que o provável núcleo central da representação social da UPP na mídia para os moradores da Cidade de Deus agrega elementos como corrupção, mentira, violência. Na primeira periferia destaca-se o indicador morte. Na zona de contraste temos o elemento segurança. Na última periferia os elementos salientes são: enganosa, farsa e guerra.

5.2 Discussão dos resultados

5.2.1 Representação Social sobre a UPP

Rodrigues (2014) enfatiza que a justificativa oficial para as UPPs sinaliza para um olhar específico acerca da favela, um tipo de representação que considera como imperativo sua reintegração a cidade formal, como forma de provocar uma trégua no ciclo de violência que aparentemente tem origem a partir das dinâmicas destes territórios.

A expectativa em relação à ampliação das UPPs seria o favorecimento de ações da polícia orientadas para prevenção, afastando-se do viés repressor. A possibilidade de fundar uma relação diferenciada com a comunidade, um vínculo de confiança, favorecendo a

formação de redes comunitárias apropriadas e potentes para favorecer a segurança no território (Rodrigues, 2014).

A realidade como a conhecemos é representada, o que equivale dizer que é reapropriada pelas pessoas ou grupos, e por isso, revista no seu sistema cognitivo, agregada a seu sistema de valores, atravessada por sua história, contexto social e ideológico no qual estão inseridos (Abric; 1998, Moscovici; 2011).

Em nosso estudo alguns dos elementos que compõe o provável núcleo central da representação social acerca da UPP pelos moradores da Cidade de Deus aponta para uma construção negativada – corrupta, tiro, violência. O núcleo central ao mesmo tempo em que assegura a estabilidade da representação é o que lhe confere significado. Como característica apresenta uma vinculação às perspectivas a nível histórico, sociológico e ideológico, ao mesmo tempo ligação com as normas e os valores sociais (Abric, 1998; Campos, 2003).

Tendo em vista os apontamentos acima, nos parece que o olhar dos moradores da CDD acerca da unidade de polícia pacificadora não descolou de uma visão histórica da instituição policial como violenta e corrupta. Tal fato pode indicar que o projeto de pacificação possivelmente não atingiu positivamente este grupo, tendo em vista que preconizava uma nova relação entre os atores sociais dos territórios pacificados, que passava por uma mudança de postura, abordagem e atuação por parte dos agentes do poder público.

Coimbra (2003) salienta que no Brasil em geral as políticas de segurança pública adotam como linha norteadora a manutenção da ordem, que por vezes, se traduz em ações de repressão. Aponta que já no período colonial, a preservação da ordem pública era operacionalizada através do emprego das forças policiais no controle e vigilância de todos os indivíduos avaliados como perigosos.

Da Silva (2008) reconhece uma tradição de ações repressivas por parte do Estado. Além disso, sinaliza que há uma forte perspectiva penal orientada pela concepção do endurecimento das penas para solucionar a problemática do acometimento de crimes. Entende que tal perspectiva deixa de lado as questões como a violência urbana e problemas de ordem pública em geral. O autor aponta que outra lógica operante é a de combate. Nesse aspecto as ações seriam voltadas às ameaças, aos inimigos e à desordem. Reconhece que uma ou outra perspectiva, que nomeou como penalista-militarista são insuficientes para dar conta da problemática, mas constitui uma visão já consolidada no país.

Da Silva (2008) aponta que boa parte dos policiais brasileiros pauta suas ações nessa lógica penalista-militarista, deixando pouco espaço para atuações pautadas pelos direitos humanos, cidadania e mediação de conflitos.

Rodrigues (2014) enfatiza que o projeto de pacificação deveria servir como um piloto para as reformas necessárias nas instituições policiais, contudo levanta uma crítica, afirmando que tal perspectiva não foi levada a frente pela SESEG. O autor questiona a opção da SESEG de compor as forças da UPP com policiais recém-formados em detrimento de agentes com inclinação e treinamento para este tipo de proposta. Salienta que a SESEG solicitou a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) um projeto de capacitação voltado para os agentes atuantes nas UPPs, contudo ainda não foi efetivado.

Segurança é uma prerrogativa postulada pela Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental, de caráter universal. Contudo a literatura aponta dificuldades para que essa dimensão seja plena para toda a população, não sendo incomum que somente parte dela, em geral, as classes privilegiadas, tenha seu direito “assegurado” (Paschoal, 2002; Souza Neto, 2007; Ballesteros, 2014).

A consolidação democrática no Brasil representou um progresso em direção a ações e políticas no campo de direitos humanos e de cidadania. Entretanto, as ações no campo da segurança pública, carecem de revisão, as instituições responsáveis necessitam de reformas estruturais, uma vez que acabam por dificultar a concretização dos princípios humanos e cidadãos (Soares, 2007; Da Silva, 2008; Lima e PrögLhöf; 2013).

Soares (2007) aponta que a Constituição Federal de 1988, representou um marco importante na legislação acerca da segurança pública. Admite que o papel da polícia ao longo do tempo sofreu mudanças, contudo permaneceu com a mesma estruturação, mesmo no contexto democrático. Também considera que as instituições de segurança pública, tanto a nível estadual quanto municipal, ao longo do tempo, passaram a integrar o problema de segurança, e não a solução.

Soares (2007) destaca que o marco democrático traz um universo discursivo que aponta para uma prática policial que desloca-se da exclusividade da segurança do Estado, em direção a defesa dos cidadãos e a proteção de seus direitos. Contudo, o autor salienta que tal reorientação parece não se traduzir na relação estabelecida com a população favelada, periférica, sobretudo com os negros.

Rodrigues (2014) destaca que no contexto da pacificação, os policiais precisam superar o olhar enviesado sobre o morador, olhar equivocadamente a respeito de uma suposta associação/apoio a presença do tráfico. Aponta que somente superando tal ponto de vista é possível caminhar rumo à proximidade tão alardeada pelo projeto. Contudo, o que pode ser observado são ações policiais focadas no narcotráfico, campo mais familiar. O autor demarca que a aproximação com as entidades locais, como ONGs, empresas, projetos sociais,

associações de moradores, etc – configura-se como um verdadeiro desafio, pois espelham uma realidade que os agentes não estão preparados para lidar.

Vale destacar ainda que no provável núcleo central da representação social dos moradores da CDD sobre a UPP o termo mais frequente foi “corrupta”, característica historicamente atribuída às forças policiais de um modo geral, que nem mesmo a proposta de policiamento de proximidade personificada pela UPP parece ter conseguido romper. Bengochea et al. (2004) apontam para a necessidade de revisão da função policial, bem como para a urgente modificação na qualificação dos agentes – trazendo para discussão problemáticas essenciais para a polícia, como “*a mediação de conflitos do cotidiano como o principal papel de sua atuação; e o instrumental técnico e valorativo do uso da força e da arma de fogo*” (Bengochea et al., 2004, p.119).

De acordo com Wacquant (2001) a violência policial é tradicionalmente instituída na sociedade brasileira e se impõe sobre os miseráveis para controlá-los. Assinala ainda que o emprego da violência pela polícia militar e a adoção recorrente à tortura pela polícia civil, contribui para uma atmosfera de terror generalizado entre as classes populares. Os elementos que constituem o núcleo central da representação social que os moradores construíram acerca da UPP apontam para uma dimensão avaliativa, que corrobora as considerações do autor. Embora haja o elemento segurança no meio, este destoa do conjunto.

Vale destacar que os elementos que compõe o núcleo central carregam em sua amplitude um cunho negativo, contudo, também abriga o termo “segurança”. Sá (1996a) aponta que a representação social pode ser caracterizada como estável e móvel, rígida e flexível ao mesmo tempo, além de ser consensual, também marcada por diferenças interindividuais.

Abric (2001) pontua que enquanto construções sociocognitiva as representações, com suas próprias regras, podem apontar para possíveis contradições, suscitando ideias aparentemente ilógicas ou inconsistentes. Contudo, sinaliza que as aparentes incongruências são fictícias, pois as representações podem ser consideradas como um conjunto coerente e organizado.

De acordo com a página oficial UPPRJ a implantação das UPPs postula um novo relacionamento entre policiais e comunidade. Os agentes trabalhariam na lógica da polícia de proximidade, ideia que inicialmente transcende o conceito de policiamento comunitário. Adota-se como postura o estabelecimento de parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. Encontramos ainda uma referência à atuação policial perpassada pelo diálogo e respeito às características de cada território ocupado.

Rodrigues (2014) aponta que o projeto das UPPs implica em uma ruptura de paradigma, visando à construção de um novo, processo que pode implicar em dificuldades. De acordo com os dados informados em nosso estudo, não houve mudança na leitura que os moradores da CDD fazem da estratégia UPP, em comparação à visão geral da polícia, que historicamente é marcada por um olhar negativo, relação marcada por violência e desconfiança.

Diferentes autores apontam para a precariedade das políticas de segurança pública brasileiras, avaliando-as como dispersas e pouco eficientes para lidar com a problemática da violência e avanço da criminalidade (Paschoal, 2002; Soares, 2007; Freire, 2009; Oliveira & Abramovay, 2012; Godinho, 2013).

Em nosso estudo na zona de contraste surgiram os termos respeito e ruim. Enquanto que na última periferia aparecem os elementos armas, insegurança, morte. Mesmo na periferia, os elementos constitutivos da representação não apontam para uma avaliação positiva. Tal quadro pode ser indicativo de dificuldades para a consolidação do projeto de pacificação neste território.

A SESEG²⁹ na publicação do Plano Estratégico para o Governo do Estado do Rio de Janeiro no período de 2012 a 2031 entende a disseminação das UPPs pela cidade como estratégia favorável para o combate ao crime. Contudo, também sinaliza que é insuficiente para transformar as regiões pacificadas em territórios de cidadania. Reconhecendo como indispensável a participação integrada de diferentes esferas do Governo como saúde, assistência social, infraestrutura, educação e trabalho para o trabalho nas áreas controladas pelas forças policiais.

O documento também informa que dentro do programa UPP inclui-se estrategicamente a qualificação das forças policiais através de cuidados com a profissionalização que vão desde o treinamento e reestruturação de quadros, até o reconhecimento do trabalho e do enfrentamento à corrupção.

Os dados de nossa pesquisa apontam que as perspectivas da SESEG com o projeto UPP provavelmente não foram suficientes para mudanças no pensamento social dos moradores da Cidade de Deus. Abric (2001) informa que as representações correspondem a uma dupla lógica, uma de ordem cognitiva, e a outra social. O autor entende que são construções sociocognitivas possuidoras de regras próprias.

²⁹Disponível em: <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/179269/DLFE-50346.pdf/PlanoEstrategico20122031.pdf>

5.2.2 Representação social de pacificação

Em nosso estudo podemos afirmar que os moradores da Cidade de Deus construíram uma representação social sobre a Pacificação, cujo provável núcleo central abarca elementos como: morte, paz, segurança e tranquilidade. O conjunto de termos indica uma possível assimilação do projeto de pacificação pela população estudada, mesmo aparecendo o termo morte entre os demais. Acreditamos que a constante divulgação das ações das UPPs no meio midiático pode ter contribuído para tal, tendo em vista que a literatura aponta para a imprecisão e falta de clareza do programa de pacificação.

Rodrigues (2014) salienta que embora haja uma regulamentação das UPPs por meio de decreto, no qual todas as etapas concernentes ao processo de pacificação são descritas, há uma lacuna quanto ao processo de proximidade, falta de orientações claras acerca das diretrizes a serem seguidas pelos policiais. Chama atenção para a ênfase à ocupação militar.

O projeto de pacificação prima pela perspectiva da proximidade, ou seja, estreitamento da relação entre polícia/população, população/Estado, população/serviços públicos e privados. Além da construção de uma cultura de paz em detrimento do tradicional confronto e combate caracterizado pela longa guerra ao tráfico. Aspectos que apontam o programa como ambicioso, diferenciando-o de outras iniciativas, mas que ainda encontra dificuldades consistentes para sua plena implementação (Rodrigues, 2014).

Estudo realizado por Musumeci et al. (2013) com policiais avaliou que não há muita clareza sobre as mudanças na atuação policial postulada pelas UPPs. Sinalizam que isso contribui para fomentar a incredulidade dos agentes nas intenções e propostas balizadoras do projeto de pacificação. Além disso, afeta a relação, a aderência e as expectativas dos policiais com a política de pacificação. Os dados dessa pesquisa revelam que 60% dos policiais entrevistados concordaram que “as UPPs foram criadas só para garantir a segurança da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016”.

Na primeira periferia surge o elemento tiro, que pode sinalizar para a permanência de antigos conflitos armados. Na literatura acerca do tema observamos que os autores chamam atenção para o uso da força policial e a estreita convivência dos agentes com os moradores, muitas vezes, traduzindo-se em relações marcadas por tensões e insegurança, mas, que ainda assim, de modo gradual, vem sofrendo mudanças (Fleury, 2012; Musumeci et al., 2013; Rodrigues, 2014; Silva & Sepúlveda, 2014).

Rodrigues (2014) comenta que mesmo no contexto das UPPs, há ainda um contingente de policiais que adotam velhas práticas criminosas. E reitera que isso pode estar relacionado a algo particularizado, mas com consequências mais amplas. O autor destaca:

Nesse caso, não é a falta de formação específica ou de uma leitura adequada das estruturas locais que prejudicam o processo de aproximação, mas, ao contrário, é o aprendizado particularizado delas para a manutenção de negócios ilícitos que crescem com a imperfeição dos mecanismos formais de controle. Em algumas UPPs onde esses desvios puderam ser detectados, era nítida a estagnação, ou mesmo o retrocesso do projeto pelo descrédito gerado na população local, ainda que houvesse a prisão dos criminosos (Rodrigues, 2014, p81).

Durante a realização da pesquisa alguns moradores comentaram o quanto a entrada policial foi dramática, resultando em intenso tiroteio em algumas áreas. Ao mesmo tempo, também indicaram que após a ocupação permanente os constantes tiroteios cessaram por um tempo significativo, contudo tal cenário vem se alterando gradualmente.

Diferentes autores indicam que a pacificação contribuiu para mudanças nas favelas ocupadas. Reconhecem avanços como diminuição de conflitos entre as diferentes facções pelo domínio dos territórios. Situação que colaborava para a marginalização da população residente nestes espaços, uma vez que tais acontecimentos constituíam em verdadeira ameaça à segurança dos moradores e entrave a promoção de políticas públicas de toda ordem nessas áreas (Sapori, 2011; Musumeci et al., 2013; Pacheco de Oliveira, 2014; Rodrigues, 2014).

Em nosso estudo a zona de contraste abriga elementos de cunho avaliativo acerca da pacificação – corrupção, farsa, maquiagem, mentira e polícia. Os dados apontam para um olhar negativado dos moradores da CDD sobre a proposta. Diferentes autores demarcam que a implementação da política de pacificação no Rio de Janeiro tem sido marcada por desafios, mas também apontam para benefícios à cidade como um todo, mas, sobretudo aos moradores de favelas pacificadas (Fleury, 2012; Musumeci et al., 2013; Rodrigues, 2014; Silva & Sepúlveda, 2014). O que não parece refletir o pensamento desse subgrupo.

Vale destacar ainda que é um conjunto de elementos que contrasta aos itens positivados que compõe o provável núcleo central. Acreditamos que esses dados podem sinalizar para a presença de um subgrupo entre os moradores, mais reticente e crítico quanto ao projeto de pacificação.

Rodrigues (2014) sublinha que uma série de problemas nos territórios pacificados indicam para uma lacuna entre o modelo de pacificação proposto e a prática das UPPs. Admite que enquanto projeto de política pública, ainda pode ser encarada como em processo de construção, na qual cada unidade com sua realidade própria se aproxima ou distancia-se do

desenho ideal veiculado pelos discursos oficiais. Reconhece que apesar disso, ainda assim pode ser encarada como uma política exitosa, pois resultou em efeitos mais produtivos que o *modus operandi* de “guerra às drogas”.

Ainda de acordo com este autor os problemas enfrentados pelas UPPs podem estar relacionados a um provável descontrole gerencial. Admite que cada região pacificada, cada favela, carrega suas especificidades, correspondem a *um mosaico de estratificações internas, fronteiras físicas e simbólicas, histórias e demandas específicas* (p.79). O que pode também influenciar no modo como o processo de pacificação se desenvolve nestes locais. Reconhece que o processo pode oscilar por motivos variados, mas que de algum modo passa pela inclinação dos atores envolvidos (policiais, lideranças locais, moradores) para a compreensão da dinâmica e a partir dela construir consensos.

Rodrigues (2014) considera que a pacificação apresenta inovações para a polícia, que historicamente dedicou-se de modo muito restrito ao combate ao narcotráfico. Conjectura que os policiais carregam um olhar contaminado por estigmas, que inviabiliza a percepção da diversidade de relações e sujeitos que formam as estruturas locais. O autor indica a necessidade de revisão de falhas e lacunas no projeto de pacificação, como forma de promover sua solidificação. Reconhece que o desafio é grande devido a complexidade da problemática que busca dar conta.

Silva & Sepúlveda (2014) destacam que o processo de pacificação resumido a presença policial é insuficiente para assegurar as devidas transformações. Sinalizam também que o que se convencionou designar de “cultura de paz”, que entendem como uma noção pouco clara e palpável deve ir além da postulação de mudanças estruturais na Polícia Militar, mas, sobretudo, conjugar as potenciais atuações policiais a questões como geração de emprego e renda, escolarização dos jovens e crianças, garantia de serviços públicos adequados, em resumo, inclinação para o desenvolvimento social integral.

Na última periferia aparece somente o elemento respeito. O sistema periférico guarda estreita relação com o núcleo central, atua como regulador, em outras palavras, abarca as diferenças do grupo, é mais flexível e suscetível a mudanças. Esta voltada para o contexto imediato, tal característica que possibilita transformações na estruturação de uma representação (Abric, 1998; Campos, 2003). Vale destacar que o elemento “respeito” estabelece relação com aspectos levantados no provável núcleo central, que mostra uma inclinação dos moradores para o reconhecimento da mensagem passada pelo projeto de pacificação.

Segundo Rodrigues (2014), a pacificação corresponderia a uma abertura a novidade, que permitiria aos policiais estabelecer uma nova perspectiva de ação. Aponta que uma visão perpassada por diferentes estigmas impede que os agentes percebam de modo claro os indivíduos e a riqueza presente nos locais pacificados. Comumente fazem algum tipo de julgamento moral dos sujeitos que viveram toda vida sob o julgo do tráfico. Para o autor, essas são questões sérias e constituem desafio a efetivação da atuação na perspectiva de polícia de proximidade, um dos pilares do projeto.

Diferentes autores indicam que os mais variados problemas nas regiões com UPP apontam para dificuldade de conjugar a proposta do projeto de pacificação com a prática diária nos territórios pacificados. Há denúncias de abuso de poder, uso arbitrário da força, distanciamento das lideranças locais (Bengochea et al., 2004; Saporì, 2011; Fleury, 2012; Oliveira & Abramovay, 2012; Musumeci et al., 2013; Godinho, 2013; Rodrigues 2014).

Rodrigues (2014) destaca que apesar da atuação da polícia de proximidade nos territórios pacificados, pode ocorrer represália por parte de traficantes (presentes ou fugidos) insatisfeitos com a presença policial permanente. Aponta que reconhecer a possibilidade desse tipo de coisa ocorrer, pode contribuir para evitar intervenções como as do modelo de segurança anterior. Já que a não observância da complexidade da situação poderia corresponder a um retrocesso dos resultados já obtidos pela pacificação.

Rodrigues (2014) assinala que se o policial compreende a importância das redes de confiança, estabelecidas com o auxílio dos demais atores sociais, isso contribui para gerar mais tranquilidade em seu local de atuação. Também ajuda a romper com a hegemonia criminosa anteriormente estabelecida, diminuindo o risco de seu regresso. Contudo, afirma que para o alcance disso “*é necessário todo um aprendizado humanizador entre morador e policial*” (Rodrigues, 2014, p.80).

Wachelke & Wolter (2011) destacam que a zona de contraste abarca os elementos de baixa frequência e também podem apontar para presença de um subgrupo que conserva determinados elementos diferentes da maioria de modo consistente. Em nossa pesquisa os dados parecem corroborar tal consideração. Nesse quadrante aparecem os termos corrupção, farsa, maquiagem, mentira, demonstrando um posicionamento diferente do grupo como um todo, destoante dos elementos que aparece na primeira periferia.

Menezes (2014) em sua pesquisa observou que os rumores funcionam como orientadores importantes para a compreensão dos moradores de favelas pacificadas acerca das mudanças trazidas pela pacificação. A autora conclui que os rumores noticiam a incerteza

presente no cotidiano dos moradores e revela parte das problemáticas que os envolvem, como a insegurança e o medo, que nem sempre são publicizados.

Dias et al. (2014), sobre a pacificação da Cidade de Deus, admitem que este projeto não tem ligação com as necessidades da população. Também salientam sua insuficiência para dar conta dos problemas de segurança pública.

Rodrigues (2014) reconhece que embora as expectativas sobre a UPP sejam muitas, tal ação sozinha não seria capaz de resolver as questões de segurança pública no Rio de Janeiro, com foco nas favelas, e avalia:

[...] Acreditar nisso é insistir numa visão simplista da segurança pública que a reduz a um problema eminentemente policial com base nas “crenças” da favela, deixando atores fundamentais fora do foco de seus problemas, inclusive os do próprio sistema de justiça criminal. Armas e drogas, por exemplo, necessitam de investigação específica que não se limita ao território estadual e que extrapola o mandato da polícia militar (Rodrigues, 2014, p79).

A UPP pode ser encarada como um projeto ainda em construção. Aponta para uma nova perspectiva em segurança pública, mudança de um padrão de polícia combativo em direção a um novo modelo, de caráter preventivo. Apesar dos conflitos serem comuns aos processos de transformação, poderia ser minorado com a adoção de norteadores claros, orientadores para a população em geral e os agentes (Rodrigues 2014).

Parece haver um consenso que aponta para um longo caminho na sedimentação do processo de pacificação, para a consolidação dos territórios de paz como uma realidade palpável. A complexidade envolvida no arrojado projeto não pode ser esquecida (Souza, 2012; Menezes, 2014; Pacheco de Oliveira, 2014; Rodrigues, 2014).

De acordo com o decreto nº. 42.787 de 06 de Janeiro de 2011, que regulamenta e informa sobre cada etapa do Programa de Pacificação, a quarta etapa corresponderia à avaliação e monitoramento para o aperfeiçoamento da UPP. Demarca a importância da avaliação de todos os serviços ofertados, tanto de ordem pública, quanto privada no território pacificado, incluindo as ações da polícia pacificadora.

Contudo, surge como consenso na literatura a necessidade de investimentos que subsidiem o projeto de pacificação. O desenvolvimento de tecnologias, qualificação de recursos humanos, reforma da polícia, planejamento, acompanhamento e avaliação das ações (Da Silva, 2008; Souza, 2012; Menezes, 2014; Pacheco de Oliveira, 2014; Rodrigues, 2014).

5.2.3 Representação social da UPP na mídia

Pacheco de Oliveira (2014) sinaliza que, na década de 1990, a mídia iniciou um processo de leitura e divulgação das favelas como localidades dominadas por traficantes. Além disso, apontava esses territórios como a razão da violência e insegurança crescentes na cidade. Resultado, cidade partida, cisão entre asfalto e favela, um conjunto simbólico significativo e, de acordo com o autor, capaz de subsidiar as mais variadas intervenções policiais.

Coimbra (2003) assinala que o Brasil e a América Latina estiveram sob o signo do que denominou um “estado de guerra civil”, mito que segundo a autora tem sido amplamente difundido, como orientador para análise da política de segurança pública. Sinaliza que tal orientação associada a diferentes dispositivos adotados desde a ditadura militar no país serve como justificativa para o emprego de medidas violentas por parte do Estado. Aponta que o discurso forjado nesse contexto é estabelecer que o conjunto de indivíduos reconhecidos como miseráveis podem representar uma ameaça potencial para a democracia.

O estudo realizado por Musumeci et al. (2013) chama atenção para dois olhares distintos no debate sobre as UPPs. Por um lado uma corrente que vê o programa de pacificação como uma estratégia militar para as favelas, um aparato coercitivo para as classes populares, com vistas ao favorecimento das áreas nobres da cidade, que concorre também para o favorecimento e a ampliação de mercado para o capital. E, por outro lado, um grupo cuja aceitação do projeto foi irrestrita e pouco crítica, representado por alguns segmentos sociais e a grande mídia. Estes consideram a pacificação como uma realidade posta, um sucesso incontestável.

Rodrigues (2014) chama atenção para o foco midiático que desperta as UPPs, e problematiza, *se a “guerra” foi socialmente construída antes mesmo de ela ter existido de fato, hoje, por meio de uma sofisticada estratégia de comunicação social, se constrói a “paz”* (Rodrigues, 2014, p.85). O autor questiona a massificação de notícias em torno da construção de uma cultura de paz, entende sua importância, contudo, reconhece que tal ideal de paz precisa desvincular-se do plano das ideias, mas sim, ter lugar na realidade de vida da população. Adverte que se isso não se efetiva, o programa de pacificação será mais um entre as muitas tentativas no campo da segurança, com reconhecido potencial e destaque midiático.

Em nossa pesquisa a representação social da UPP na mídia dos moradores da Cidade de Deus agrega em seu provável núcleo central um conjunto de elementos que sinalizam para

uma visão negativa – corrupção, mentira, violência. Tais elementos podem sinalizar para impasses a serem enfrentados pelo projeto de pacificação. A literatura aponta que no surgimento do programa de pacificação inicialmente houve uma verdadeira campanha a favor deste nos meios de comunicação em geral (Castro, 2015). Contudo, podemos também destacar que nos últimos anos a forte campanha de apoio irrestrito vem sendo diminuída, pois diferentes fragilidades do projeto aparecem constantemente nos noticiários, informações sobre ações policiais violentas passam a ganhar destaque.

Parece ter havido um processo de desilusão ao longo do processo de instalação das UPPs pela cidade. Iniciou-se com uma campanha prol pacificação, verdadeira aposta de que a UPP representaria mudanças no cenário de segurança pública do Estado. Passando pelo reconhecimento dos entraves e dificuldades, mas ainda vendo-a como potente para contornar as diferentes problemáticas. Atualmente, a mídia sinaliza o desgaste, a ineficácia e os conflitos constantes nos territórios pacificados (Castro, 2015).

A representação social pode ser compreendida como um fenômeno complexo. Atravessado pelas peculiaridades socioculturais (Moscovici, 2004; Jodelet, 2001). Encarado como distinto do conhecimento científico, uma vez que se estabelece por meio das diferentes interpretações que atravessam a vida cotidiana dos diferentes grupos sociais, atua na organização de condutas e modos de comunicações a nível social (Jodelet, 2001).

As Unidades de Polícia Pacificadora surgem em um contexto de descrédito em relação à instituição policial, não reconhecida como capaz de executar ações fora da perspectiva do combate, uso da força, despreparada para empreender atitudes desvinculadas a uma ação de “guerra” (Rodrigues, 2014).

O portal de notícias Rioonwatch³⁰ sinaliza as UPPs como um projeto inicialmente exitoso, composto por agentes orientados por uma visão humanitária, apartados da corrupção, tendo produzido efeitos positivos aos locais pacificados. A página do Governo do Estado UPPRJ³¹ em sua sessão “na mídia”, compila uma gama de notícias veiculadas na mídia em geral sobre o trabalho das UPPs – em sua maioria destacam manchetes de atuações bem sucedidas das unidades em campos como cultura, esporte. Informa sobre os trabalhos desenvolvidos pelos agentes voltados, sobretudo, ao público infantil ou jovem das áreas pacificadas.

³⁰<http://rioonwatch.org.br/?p=13373>

³¹<http://www.upprj.com/index.php/midia>

Menezes (2014) realizou estudo no qual avaliou os cinco primeiros anos de instalação das UPPs na Cidade de Deus e no Morro Santa Marta. A autora apontou que os moradores dessas áreas são críticos em relação ao que é veiculado na mídia sobre as favelas com UPPs.

Em nosso estudo encontramos similaridades, os dados sugerem que os moradores são críticos em relação ao que costuma ser noticiado, apontando para uma possível diferença entre a realidade vivida da pacificação e o que é veiculado pela mídia.

Menezes (2014) também levantou que os moradores veem com desconfiança as informações divulgadas pelos órgãos oficiais. Seu estudo apontou que parte deles avaliavam como suspeito o que o Governo decide comunicar na mídia a respeito das UPPs, além de desconfiarem dos interesses ocultos em torno do que é noticiado. A autora admite que há um jogo, que denominou “jogo de eco”, que envolve o que é noticiado formalmente e o que circula de informação não oficial. Ressalta que tal jogo atravessa a percepção dos sujeitos, os envolve e contribui para forjar novos ajustamentos.

Menezes (2014) pontua que os rumores, que em linhas gerais consistiam em boatos, que circulavam pelas favelas, carregavam uma grande força. Havia a suspeita de que as informações veiculadas publicamente pelo Governo seriam para a divulgação de uma imagem positiva das UPPs. Haveria um envolvimento da “grande mídia” nessa estratégia, que de algum modo noticiava os feitos e avanços do processo de pacificação, mas não veiculava as diferentes demandas e reclamações da população destas localidades.

A literatura aponta que os elementos que compõe o núcleo central estão necessariamente vinculados à memória coletiva de um determinado grupo social, por vezes, circulam entre diferentes gerações. São vistos como consensuais já que atingem um número maior de pessoas (Abric, 1998; Sá, 1996). Estudos apontam que a relação entre moradores de favela e a polícia nem sempre foi amistosa, historicamente marcada por conflitos e tensões (Bengochea et al., 2004; Saporì, 2011; Oliveira & Abramovay, 2012; Musumeci et al., 2013; Godinho, 2013).

Uma representação social é construída pelos indivíduos, em interação social, que estabelecem teorias a respeito de diferentes temas/objetos, que os auxiliam em sua atividade comunicacional e na coordenação dos comportamentos (Vala, 2006).

A literatura acerca das representações sociais indica que estas são uma modalidade do pensamento social cuja função, entre outras, é a de orientação de comportamentos e condutas (Moscovici, 2001; Jodelet, 2001; Jovchelovitch, 2012).

Na primeira periferia destaca-se o indicador morte. Os noticiários constantemente têm mostrado situações de violência e as inúmeras mortes nos territórios pacificados. O caso

Amarildo, talvez o mais emblemático deles, causou verdadeira comoção, chamando atenção de organizações nacionais e internacionais defensoras dos direitos humanos.

Jodelet (2001) assinala a respeito do papel fundamental da representação na organização de nossa vida cotidiana, entende que funciona como guia, orientadora da maneira como nomeamos e definimos conjuntamente os distintos aspectos de nosso cotidiano, nossa interpretação e tomada de decisões.

Os dados de nossa pesquisa apontam que mesmo a cobertura midiática, com seu esforço para vender a imagem da pacificação como potencial de resolução dos problemas de violência enfrentados no Rio de Janeiro, os moradores da Cidade de Deus resistem a assimilar tal leitura. Vale destacar, que o momento de coleta dos dados, corresponde a um período em que as rupturas acerca da visão idealizada das UPPs são mais claras e amplamente difundidas, o que nos coloca como questão: se a mesma pesquisa tivesse sido realizada nos anos iniciais da política, entre 2008 e 2009, teríamos o mesmo resultado?

Estudo realizado por Castro (2015) destaca que nos editoriais, sobretudo do jornal O Globo, as manchetes e matérias publicadas após um ano da instalação da primeira UPP no Morro Santa Marta, avaliavam positivamente o projeto de pacificação, reconheciam e exaltavam a iniciativa governamental nos territórios de favelas.

Na zona de contraste temos o elemento segurança. Enquanto que na última periferia destacam-se os elementos – enganosa, farsa e guerra. A literatura aponta que o sistema periférico abriga elementos mais negociáveis, estes podem vir a compor o núcleo central (Abric, 1998; Sá, 1996). Observamos que mesmo na periferia da representação que os moradores construíram os itens apontam para uma avaliação negativada. Possivelmente, reconhecem que a transmissão midiática acerca das ações da UPP traz informações sobre casos de corrupção e violência policial, elementos que surgem no provável núcleo central.

Abric (1998) destaca que a representação não deve ser compreendida como um mero espelho da realidade, mas sim como uma organização significativa. Corresponderia a um sistema de interpretação da realidade, deste modo marca as relações dos sujeitos com o social, determinando comportamentos e ações.

Souza (2012) observa que a pacificação da favela Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, que foi transmitida ao vivo por muitos canais televisivos, ganhou destaque até mesmo internacionalmente. Rodrigues (2014) chama atenção para o envolvimento de diferentes atores na produção discursiva acerca do projeto de pacificação que apontam mudanças no cenário de segurança do Estado:

É a partir de discursos oficiais enunciados pelas autoridades e gestores do programa de pacificação, notadamente Governo, SESEG e agências policiais, na forma de normatizações acerca da pacificação, ou na mídia por meio do trabalho de comunicação social, que se pode perceber uma mudança radical na retórica da segurança pública do estado a se considerar as atuações de combate ao crime organizado em favelas até há pouco tempo atrás (Rodrigues, 2014, p.78).

O autor citado acima encara a implementação das UPPs pela cidade como potencial facilitador para a desconstrução de estereótipos acerca das favelas e seus moradores, promovendo maior aproximação entre estes sujeitos e a polícia. Assinala a pacificação como uma reviravolta significativa no campo da segurança pública, contudo levanta questionamento sobre sua manutenção ao longo do tempo.

Castro (2015) salienta o interesse imediato da mídia assim que surgem as primeiras UPPs, demarca que esta incorpora mudanças no discurso, veiculando as mais variadas informações sobre o processo de pacificação e os êxitos obtidos. Porém, ele chama atenção para o fato de não ter havido lugar para problematizações como a escolha das localidades a serem pacificadas ou atenção às necessidades da população atingida diretamente pela política.

Castro (2015) critica os meios de comunicação, acredita que contribuem para engendrar determinados modos de gestão estatal das áreas populares, justificando-os, legitimando-os. Além de divulgar uma representação da favela como um território a parte, com vivências descoladas da cidade formal. Acredita que tal posicionamento acaba por naturalizar essa leitura tanto para quem vive nesses espaços, quanto quem não está diretamente ligado a eles.

5.3 Apresentação dos dados e análises da escala Likert

Neste tópico apresentamos os dados obtidos a partir da análise das questões fechadas do questionário – para a qual nos apoiamos no programa SPSS. Além disso, buscamos discutir os dados a partir da revisão teórica balizadora do estudo.

5.3.1 Sobre a Unidade de Polícia Pacificadora

5.3.1.1 Confiança na UPP X Polícia

Em nosso estudo apenas 9,5% dos sujeitos concordaram ter confiança no trabalho da UPP, enquanto 2,9% concordaram fortemente. Vale destacar que 39% dos sujeitos responderam discordar fortemente da afirmativa “**tenho confiança no trabalho da UPP**”, e 27,6% deles também discordaram.

Oliveira & Abramovay (2012) salientam que a compreensão das UPPs passa pela contextualização histórica das diferentes estratégias adotadas pelo Estado no contexto da segurança pública, entendendo que de outra forma, qualquer leitura pode ser limitadora. A partir do estudo realizado nas favelas do Vidigal e Cantagalo os autores informam que os moradores dessas localidades, no que tange a segurança pública, têm uma avaliação que caminha da esperança à desconfiança.

Os autores reconhecem que são muitas as críticas às UPPs, e que sua consolidação precisará lidar com a maior parte delas, e acreditam que, se a sociedade brasileira alcançou resultados positivos em campos como a educação, saúde e assistência social, também poderá alcançar voos maiores na área da segurança.

Sapori (2011) vislumbra as UPPs como uma possibilidade de ampliação da cidadania, a unidade traduziria o direito à segurança às regiões pobres, secularmente desprovidas da participação do Estado Social, bem como do Estado de Direito.

Em relação à afirmativa “**vejo o trabalho da UPP com desconfiança**” 39,6% dos moradores concordaram com a mesma, enquanto 24,5% demarcou concordar fortemente. Enquanto 12,3% discordaram da afirmação, 7,5% da amostra discordou fortemente dessa proposição.

Os dados de nossa pesquisa apontam que uma parcela significativa dos moradores não confia na UPP. O que parece refletir também na avaliação que fazem da polícia em geral. Em relação à afirmativa “**confio no trabalho da Polícia de uma maneira geral**”, 14,3% dos sujeitos concordaram e apenas 7,6% concordaram fortemente. Em contrapartida, 42,9% discordaram e 16,2% dos moradores discordou fortemente da afirmação.

O desafio posto pelo projeto de pacificação dentro do contexto da política pública de segurança na busca de sedimentar o paradigma do policiamento de proximidade nas favelas, urge pela participação da sociedade como um todo, mas, sobretudo, dos locais que recebem o

programa, propondo agendas, reivindicando direitos, compartilhando os espaços coletivos de decisões sobre o território, entre outros pontos. A percepção por parte dos policiais de que a UPPs podem representar importante abertura para a valorização profissional e uma avaliação social positiva de seu trabalho no lugar de ações combativas, geradora de conflitos (Musumeci et al., 2013).

5.3.1.2 A abordagem policial

Os dados apontam para uma atuação policial movida a estereótipo e seletiva, pouco favorecedora ao estabelecimento de uma relação de proximidade com a população.

Nossos resultados apontam que 34,9% dos moradores concordaram que **“a polícia age de modo diferente de acordo com as características físicas das pessoas, como a cor da pele”** – 35,8% concordam fortemente com isso. Apenas 13,2% dos moradores discordam e 5,7% discordam fortemente.

Estudo realizado por Naiff & Naiff (2005) destaca que a percepção de violência varia de acordo com a conjuntura socioeconômica dos sujeitos, bem como a leitura da realidade da favela e seus habitantes. Chamam atenção para o que encontraram como elementos na estrutura da representação social do morador de favela – traficantes, pobres, discriminado e trabalhador. Os autores salientam que a associação entre pobreza e criminalidade torna-se perigosa, uma vez que as representações sociais contribuem para orientar condutas e comportamentos. Estaria o olhar dos policiais da UPP atuantes na CDD atravessado por leituras desse tipo? Os dados de nossa pesquisa sinalizam para uma posição crítica dos moradores que observam uma diferenciação na postura policial de acordo com características físicas, idade e gênero.

Moscovici (2011) salienta que não podemos escapar às diferentes convenções ou extinguir por completo todos os preconceitos. Sugere que no lugar de tentar fugir as convenções, seria mais adequado encontrar e especificar uma única representação. Acredita que desta forma as representações possam ser reconhecidas como um tipo de realidade.

Fleury (2012) em estudo realizado no Morro Santa Marta, aponta que a presença estatal no território com a pacificação tem se traduzido em aparato coercitivo, adverte que não tem sido agenciada estratégias para a construção institucional de direitos e plena cidadania dos sujeitos.

Verificamos em nossa amostra que 36,4% dos sujeitos concordaram que **“a abordagem dos policiais da UPP no meu local de moradia é diferente dependendo da idade do morador”** – 19,2% concordaram fortemente com isso. Enquanto 22,1% informou não ter opinião, 11,5% discordou e 10,6% discordou fortemente.

Sobre a proposição **“a abordagem policial é diferente para homens”** 34,9% concordou e 23,6% concordou fortemente. Ao passo que apenas uma parcela de 10,4% discordou e 5,7% discordou fortemente.

Segundo Sapori (2011), a UPP enquanto política de segurança pública representa um rompimento com a lógica perversa sempre comum às intervenções para o controle da criminalidade. Ações estas que historicamente oscilaram entre o retraimento das localidades populares em relação à intervenção policial, e o conflito entre policiais e traficantes. De acordo com o autor a Unidade de Polícia Pacificadora *“implica a afirmação do monopólio do uso da força física pelo Estado em territórios tutelados por poderes paralelos”* (Sapori, 2011, p.15).

A instalação de UPPs pela cidade é reconhecida como potencial mobilizadora na transformação do problema de violência e criminalidade no Rio de Janeiro e, por isso mesmo, todos os percalços devem ser identificados e trabalhos no sentido do aperfeiçoamento do processo. Há sempre o risco de limitação do projeto a apenas ocupação policial como forma de garantir a segurança necessária para os grandes eventos (Musumeci et al., 2013). Podemos considerar que a abordagem policial e o trato com os moradores constituem desafio ao agente atuante em UPP.

5.3.1.3 Relacionamento dos agentes com os moradores

Na pesquisa levantamos que 33% dos moradores concordaram com a afirmação **“os policiais da UPP agem de forma violenta com os moradores”** – 18,4% concordou fortemente. Enquanto 20,4% discordaram, 3,9% discordaram fortemente. Também tivemos 24,3% de moradores que marcaram não ter opinião.

Musumeci et al. (2013) mesmo reconhecendo ganhos com a pacificação, admitem que a mudança de um modelo tradicional de polícia por um novo padrão de policiamento ainda é incerta. Assim como a superação de um complexo e difícil relacionamento entre a polícia e moradores de favela atravessado por anos de hostilidade e violência.

Menezes (2014) destaca que após as primeiras incursões da UPP havia rumores que giravam em torno da tensão estabelecida entre moradores e policiais. A pacificação trouxe mudanças marcantes para os territórios, influenciando na circulação das pessoas, nos eventos realizados, a proibição de bailes funks, gerando conflitos e desconforto.

Também levantamos que 19% dos moradores concordam com a proposição **“os policiais da UPP agem de forma amigável com os moradores”** – somente 3,8% deles concordaram fortemente. Contudo, 27,6% marcou não ter opinião, enquanto 30,5% discordou e 19% discordou fortemente.

Para Menezes (2014), a não familiaridade entre os policiais e os moradores constituiu-se inicialmente em fonte de tensão, tanto para um grupo, quanto para o outro. Situação que colaborou para mal-entendidos, desconfianças e conflitos. Enquanto os policiais afirmavam que as revistas aos moradores de modo mais constante eram necessárias, por não os conhecerem, fator que contribuía para encará-los como potenciais suspeitos. Os moradores lamentavam a situação e reclamavam da truculência policial.

Vale salientar que 12,6% dos sujeitos concordaram com a afirmativa **“me sinto satisfeito (a) com a implantação da UPP em meu local de moradia”** – 6,8% deles concordaram fortemente. Tivemos 27,2% de moradores que marcaram sem opinião sobre isso, enquanto 30,1% discordou da afirmação e 23,3% discordou fortemente.

Os dados de nossa pesquisa parecem apontar para a manutenção de velhas práticas policiais em territórios de favela, marcada por um relacionamento difícil com a população destas áreas, por vezes marcada pela violência.

5.3.1.4 Formação e preparo policial

Os moradores em sua maioria sinalizaram para um despreparo dos policiais atuantes na UPP. Dados de nosso estudo apontam que somente 4,8% dos sujeitos concordaram que **“os policiais da UPP estão preparados para atuar no meu local de moradia”** – apenas 1,9% concordaram fortemente com isso. Também tivemos 17,1% de sujeitos que não opinaram, enquanto 41% discordaram e 35,2% discordaram fortemente.

Segundo Rodrigues (2014), a formação policial para atuação na UPP é falha, contudo entende que o estímulo à cooperação e ao intercâmbio entre os policiais e os moradores pode contribuir para a dissolução gradual das conexões criminais atuantes no território.

Pesquisa realizada por Musumeci et al. (2013) na qual buscou levantar como os policiais de UPPs avaliavam seu próprio trabalho, estes destacaram as condições de trabalho como a melhor e a pior coisa da atuação em uma UPP. Salientaram a escala de serviço e a gratificação como pontos favoráveis e a precariedade da base, ronda a pé em ruas/vielas pouco favoráveis a caminhada, patrulhamento em pontos determinados, como fatores negativos.

De acordo com Rodrigues (2014), não existe um programa pedagógico institucional que oriente adequadamente os profissionais da segurança quanto ao seu papel junto à população que atualmente passou a atender de maneira tão próxima.

Musumeci et al. (2013) destacam a ausência de um esclarecimento acerca da efetiva política de segurança na transformação da atuação policial para além dos limites das UPPs, como potencial fomentador da incredulidade nas intenções e propostas balizadoras do projeto. Acreditam que a falta de clareza pode afetar a relação que os agentes estabelecem com a política de pacificação, bem como sua aderência, assim como as expectativas de mudança no trabalho policial.

A UPP tem como proposta um novo modelo de policiamento, contudo, parece encontrar muitos entraves à efetivação desta “novidade” ao longo do tempo, o que parece refletir os dados de nosso estudo e de outros realizados sobre o objeto. Pesquisa realizada por Musumeci et al. (2013) levantou que policiais atuantes em UPP avaliaram que não receberam uma formação adequada para o trabalho nas unidades. Os autores reconhecem como um grande desafio formar agentes com o perfil adequado para atuação nas UPPs, com comprometimento devido à conformação de um novo paradigma de policiamento diferente do que vem vigorando há tantos anos.

Vale destacar ainda que somente 11,5% de nossa amostra concordou que **“os policiais de uma forma geral recebem formação adequada para atuar junto à população”** – e somente 2,9% concordou fortemente com isso. Tivemos 27,9% que não opinaram, ao passo que 34,6% dos sujeitos discordaram da afirmativa e 23,1% discordaram fortemente.

Diferentes autores apontam para a necessidade de uma reforma da polícia (Bengochea et al., 2004; Soares, 2007; Rodrigues, 2014). Segundo Bengochea et al. (2004) tradicionalmente o modelo de intervenção policial traduz-se em uso de força, que em geral, beira o limite da legalidade. Os autores afirmam que há possibilidade de mudança no modelo de polícia a partir da revisão de sua função, para que esta possa focalizar a garantia e efetivação dos direitos fundamentais de cidadania dos indivíduos. Entendem que o diálogo com a comunidade, a assunção de um papel de mediador e negociador são instrumentos

fundamentais. Ressaltam que os policiais precisam ser preparados para avaliar a necessidade de utilização de força, cabendo a alternativa de utilizar outros recursos conforme cada caso. E destacam ainda a importância da existência de políticas públicas e “*investimentos na qualificação, na modernização e nas mudanças estruturais e culturais adequadas*” à instituição policial (Bengochea et al., 2004, p.120).

Os moradores da Cidade de Deus parecem reconhecer a necessidade de revisão da atuação policial, mas também compreender que os agentes não recebem apoio adequado ao seu trabalho. Vale salientar que somente cerca de 12,5% dos moradores concordaram que “**os policias da UPP trabalham em condições ideais**” e apenas 4,8% concordam fortemente com isso. Tivemos o percentual de 27,9% dos moradores que assinalaram sem opinião sobre a temática, enquanto 36,5% discordaram dela, e 18,3% discordaram fortemente.

Nossos dados corroboram com avaliações de outros estudos que apontam para a necessidade de uma reestruturação da instituição policial (Bengochea et al.,2004; Soares, 2007; Musumeci et al., 2013; Rodrigues, 2014). Vale destacar, especialmente no caso da UPP, que o desafio parece maior, pois ainda orientada pela lógica da repressão, pretende-se que esta construa uma relação diferente nos territórios ocupados. Parece-nos que mesmo recebendo uma formação específica, ainda não tem sido suficiente para garantir mudanças. Os dados apontam que a UPP provavelmente não conseguiu concretizar o projeto de “proximidade” junto à população da Cidade de Deus.

De acordo com Musumeci et al. (2013), a necessidade de reestruturação da polícia sinaliza para a dificuldade de formar policiais dentro do perfil adequado ao policiamento de proximidade. Para dar conta do contingente necessário às favelas já pacificadas o treinamento tem sido condensado e os agentes alocados nas unidades, independentemente de seu interesse voluntariamente nesse tipo de trabalho.

5.3.2 Sobre a pacificação

5.3.2.1 Transformações na Cidade de Deus pós-pacificação

Podemos afirmar que uma parcela dos moradores reconhece mudanças e benefícios no bairro após a pacificação, contudo parecem não reconhecer ganhos pessoais. Sobre a afirmativa “**houve mudanças no meu local de moradia depois da chegada da UPP**” –

35,2% dos sujeitos concordaram e 7,6% concordaram fortemente. Enquanto 14,3% discordaram fortemente e 23,8% discordaram.

Vale destacar que 38,5% dos respondentes concordaram que **“a entrada da UPP trouxe benefícios para o local de moradia”** – mesmo que somente 1,9% deles concordem fortemente com a proposição. Tivemos 24% de moradores que discordaram disso e 18,3% que discordaram fortemente.

Fleury (2012) acredita que as mudanças ocorridas na política de segurança, o estabelecimento claro da parceria público-privado, não foi suficiente para fortalecer as políticas sociais. A autora reconhece que a retomada do território pelo Estado possibilitou o avanço do mercado, traduzida como favorecedora da ampliação da cidadania e integração à cidade formal. Contudo, entende que a incorporação do social, como elemento da política de segurança, efetiva um processo de militarização do social. Situação que favorece a superioridade do aparato coercitivo, atravessando o modo de vida das pessoas, sua sociabilidade e direitos sociais. Acredita que assim, seja fortalecido um desenho de cidade que potencializa o mercado e ambiciona a integração pelo consumo, com poucas chances de garantir a ampliação da cidadania e garantia de acesso a direitos, sobretudo direito à cidade.

Sobre a afirmativa **“a entrada da UPP resultou em benefícios pessoais”** somente 15,2% da amostra concordou e 5,7% concordou fortemente. Já 36,2% dos moradores discordaram da proposição, enquanto 22,9% deles discordaram fortemente.

Levantamos que 40,6% dos moradores concordam que **“a implantação das UPPs facilitou o acesso a programas sociais que não existiam anteriormente em meu local de moradia”** – 7,5% concordam fortemente. Houve 11,3% discordantes e cerca de 10,4% dos sujeitos discordaram fortemente.

Dados de nossa pesquisa apontam que cerca de 20,8% dos moradores concordam que **“a implantação da UPP resultou em ganho econômico para o local de moradia”** – enquanto 3,8% concordaram fortemente. Contudo, 32,1% dos moradores discordaram disso e 17% discordaram fortemente.

Pacheco de Oliveira (2014) admite ter havido ganhos para os territórios pacificados. A partir da pacificação novidades se instauraram nestas áreas, antes não imaginadas, como o acesso a serviços, como regularização da energia elétrica. Contudo, outros problemas vieram atrelados, como o encarecimento do custo de vida, gerou outras despesas, que representaram para as famílias um novo custo. Além disso, a especulação imobiliária também atingiu estes territórios, houve uma forte valorização dos imóveis e aluguéis. O autor compreende que o

processo de urbanização das favelas não deve estar completamente refém do mercado, mas sim, integrada a uma política que assegure moradia para as famílias de classe popular.

Vale destacar que 34,3% dos moradores concordaram que **“a implantação da UPP resultou em acesso a serviços públicos que não existiam anteriormente em seu local de moradia”** – enquanto 1,9% concordaram fortemente. Já 20% dos moradores discordaram da afirmativa e 11,4% discordaram fortemente.

Temos como resultado que 24,8% dos sujeitos sinalizaram concordar com a afirmativa **“a chegada da UPP facilitou atividades de geração de renda em meu local de moradia”** – uma parcela de 5,7% concordou fortemente. Enquanto 35,2% discordaram dela, e outros 15,2% discordaram fortemente.

Diferentes autores apontam que a Cidade de Deus pacificada atraiu empresas, valorizou o bairro e o entorno, mas também encareceu o custo de vida dos moradores. A pacificação contribuiu para abrir novos nichos de mercado, legalização de serviços, como energia elétrica e serviço de TV a cabo, entre outras coisas. Outro ponto de destaque foi uma mudança no mercado imobiliário do bairro. Houve um aumento de mais de 100% nos aluguéis em comparação com os valores praticados antes da chegada da UPP. Situação que encareceu o custo de vida de muitas famílias, que como alternativa acabaram se mudando para favelas não pacificadas para conseguir se manter (Dias et al., 2014; Postigo, 2014).

5.3.2.2 Percepção de segurança e proximidade

Em relação à afirmativa **“me sinto seguro (a) com a presença policial permanente em meu local de moradia”** 12,6% dos sujeitos concordaram com a proposição, enquanto 6,8% concordaram fortemente. Já 11,7% dos respondentes disseram não ter opinião, ao passo que 37,9% deles discordaram da afirmativa e 32,1% discordaram fortemente.

Musumeci et al. (2013) demarcam que as UPPs obtiveram êxito na retomada de territórios e redução do sentimento de insegurança, o que não parece ter eco para os moradores da CDD, que responderam sugerindo não sentirem-se seguros com a presença permanente da polícia.

Levantamos que 13,7% dos moradores concordaram com a afirmativa **“participo de atividades propostas pela UPP no meu local de moradia”** – apenas 4,9% concordaram fortemente. Enquanto uma parcela correspondente a 21,6% marcou sem opinião, 37,3% dos

moradores discordaram e 22,5% deles discordaram fortemente. Os dados indicam um distanciamento da população residente no bairro das ações propostas pela polícia pacificadora.

Os moradores da Cidade de Deus indicam não confiar no trabalho da UPP, talvez motivo pelo qual, de acordo com o que os dados demonstram, não participem de atividades promovidas pela unidade no território. Situação que pode estar ligada ao fracasso do estabelecimento do policiamento de proximidade.

Musumeci et al. (2013), no estudo que realizaram, já apontavam para os desafios impostos às UPPs, considerando que o estabelecimento do policiamento de proximidade não seria uma tarefa fácil, já que consistia em uma mudança de prática, para além de uma nova nomeação de uma intervenção policial em espaços populares. Os autores chamam atenção para o rápido avanço das UPPs para inúmeros territórios, somado a uma agenda política particular, que vem desconsiderando a necessidade de um tempo para avaliação e experimentação da estratégia, com a finalidade de maturação do novo modelo.

Segundo Zacchi (2002), o cenário da segurança pública inspira o desânimo em certo ponto, contudo, salienta que um novo paradigma vem sendo amadurecido envolvendo diferentes esferas da sociedade civil e das universidades para o enfrentamento da violência no qual o foco recai sobre a prevenção, e não o combate a situações de violência. Tendo isso posto, nos perguntamos: estariam as UPPs relacionadas a tal mudança paradigmática? Nosso estudo aponta que os moradores da Cidade de Deus compreendem que segurança não está resumida a presença policial e não se confunde com ela.

5.3.2.3 Pacificação e crime organizado

Podemos afirmar que os moradores da Cidade de Deus reconhecem mudanças no território, contudo com opiniões mais divididas sobre a dinâmica do tráfico pós-pacificação. Cerca de 22,8% deles concordaram que **“a entrada da UPP interferiu no consumo de drogas no local moradia”** – além de 7,9% concordarem fortemente. Tivemos 16,8% de sujeitos que responderam não ter opinião, enquanto 21,8% discordaram e 30,7% discordaram fortemente da afirmação.

Vale destacar também que 22,5% dos moradores concordaram que **“a implantação da UPP interferiu na organização do tráfico de drogas no meu local de moradia”** – apenas 7,8% concordaram fortemente com a proposição. Tivemos 13,7% de sujeitos que assinalaram

não ter opinião sobre o tema proposto, ao passo que 20,6% discordaram dele e 35,3% discordaram fortemente.

Postigo (2014) destaca que o tráfico de drogas representa uma espécie de interdito para a ocorrência de crimes dentro das favelas. Por ter uma postura de regulação do território, também oferece proteção contra a ocorrência de assaltos, estupros, entre outros problemas. A autora destaca que a presença da UPP não é suficiente para quebrar essa influência, pois os traficantes de algum modo continuam coibindo tais ações.

Sapori (2011) admite que a UPP não irá extinguir com o tráfico de drogas no Estado, contudo, pode contribuir para impedir que tal atividade ilícita continue sendo executada por meio da coerção física e psicológica dos moradores das áreas socialmente desfavorecidas.

Levantamos que 27,5% dos moradores concordaram que **“a entrada da UPP modificou a movimentação de armas no meu local de moradia”** – apenas 9,8% concordaram fortemente. Uma parcela de 16,7% deles marcou sem opinião, ao passo que 14,7% discordaram e 31,4% discordaram fortemente. De acordo com Postigo (2014) após a pacificação na Cidade de Deus houve alterações na dinâmica do tráfico de drogas e circulação de armamentos. O que em certa medida os dados de nossa pesquisa corroboram.

Pacheco de Oliveira (2014) reconhece que pacificação colaborou para progressos importantes sobre aspectos que contribuía para a marginalização das favelas, como os conflitos armados entre grupos rivais de traficantes, que cooperavam para a instalação de um clima de insegurança e impunha entraves à livre circulação dos moradores dessas regiões. Também prejudicando o estabelecimento de políticas governamentais e a consolidação de projetos no âmbito da assistência e da cultura.

Menezes (2014) destaca que nos territórios pacificados um problema que inspira cuidado e preocupação é a reorganização do tráfico novamente. Admite que inicialmente houve mudanças na dinâmica dos traficantes, alguns mudaram para outros territórios, diminuíram os pontos de vendas de drogas, contudo, ao longo do tempo vem ocorrendo uma retomada da atividade ilícita mais organizada.

5.3.3 UPP na mídia

5.3.3.1 Considerações sobre segurança pública

De acordo com os dados de nossa pesquisa os moradores da Cidade de Deus parecem estabelecer diferenciação entre segurança pública e o papel da polícia, assim como reconhecem que a atuação policial na favela difere das intervenções em outras localidades. Acreditamos que tais considerações devam-se não só a experiência individual desses sujeitos, mas também a uma resistência à assimilação de um discurso midiático pouco crítico, e muitas vezes parcial no que tange à segurança pública, sobretudo no contexto do Rio de Janeiro.

Cerca de 20% dos sujeitos concordaram que **“Segurança Pública e polícia significam a mesma coisa”** – apenas 3,8% deles concordaram fortemente com a afirmação. Outra parcela correspondente a 22,9% assinalou não ter opinião, enquanto 37,1% de moradores discordaram da proposição e 16,2% discordaram fortemente.

Ballesteros (2014) sinaliza que, no Brasil, nos últimos anos, o debate em torno do tema segurança foi ampliado, bem como, surgiram propostas, porém, a autora entende que ainda necessitamos avaliar se as proposições se sedimentam como políticas públicas de segurança mais concretas. A autora também acredita que nossa organização social caminha no sentido da fragmentação, bem como, as instituições que compõe o sistema de segurança padecem da descrença em suas ações, ela salienta que isso se traduz em consequências para as políticas de segurança pública.

Outro dado levantado em nosso estudo foi que 30,1% dos moradores da Cidade de Deus concordaram que **“a atuação policial na favela é diferente da ação em outras localidades”** – já 35,9% concordaram fortemente com isso. Enquanto 18,4% assinalaram não ter opinião. Tivemos a mesma proporção de 7,8% da amostra que discordaram da afirmativa e que discordaram fortemente da mesma.

Pacheco de Oliveira (2014) chama atenção para uma representação negativada e preconceituosa das favelas gerada pela mídia. Noticiadas como locais de ameaça, violência, sem espaço para reconhecer potencialidades, atravessado pelo que o autor chamou de um **“amedrontado racismo”**.

Musumeci et al. (2013) dão relevo há dois modos distintos de intervenção policial nas favelas cariocas. A instalação das UPPs nas áreas de alto interesse econômico, marcando a inauguração de um paradigma novo de atuação policial em regiões populares. Coexistindo

com a sustentação do antigo paradigma de repressão e eventuais incursões, marcadas pela violência de como estas são executadas nas localidades sem a UPP, indicando certa seletividade do programa de pacificação.

Pacheco de Oliveira (2014) também salienta que as favelas ganham destaque midiático ao passo que as situações de violência que afetam tais territórios são lidas como ameaças aos grandes eventos, aos interesses de grupos empresariais e a movimentação pelos espaços urbanos. Como forma de resolução, o Estado lança mão de ações que agenciam um progressivo extermínio de pessoas consideradas ameaçadoras, principalmente se estas são oriundas de grupos minoritários e de classe social desfavorecida.

Vale ressaltar que 24% dos sujeitos concordaram com a afirmação **“acredito que deveria ser implantada UPP em localidades com a presença da milícia”** – enquanto 26% concordaram fortemente com a afirmação. Tivemos um percentual de 21,2% que assinalaram sem opinião, enquanto que 12,5% discordaram da proposição e 16,3% discordaram fortemente. De acordo com informações da SESEG apenas uma localidade dominada por milícia no Rio de Janeiro foi pacificada.

Outro dado interessante de nossa pesquisa aponta que somente 9,9% dos moradores concordaram que **“a UPP é um modelo adequado de política pública de segurança”** – e apenas 3% assinalaram concordar fortemente com a proposição. Ao passo que 17,8% deles demarcou não ter opinião, 47,5% discordaram e 21,8% discordaram fortemente da afirmação. Tais informações parecem nos apontar para uma avaliação negativa do projeto UPP, apesar de 7 anos de convivência com a estratégia de segurança, os moradores não respondem positivamente a proposta.

Rodrigues (2014) afirma que há avanços a partir da adoção da UPP como política de segurança, contudo também demarca que há algumas fragilidades. Destaca a ausência de clareza acerca do programa de pacificação, com definição de seus objetivos, conceitos e estratégias. Além de carecer de aparato tecnológico adequado ao monitoramento e avaliação da estratégia. Pontua que as informações em geral são provenientes dos órgãos oficiais, que por vezes são carregadas de imprecisão, um conjunto limitado de normas reguladoras (decretos) e estudos acadêmicos sobre a temática.

Diversos autores indicam que reiterados problemas nas regiões com UPP apontam para dificuldade de conjugar a proposta com a prática diária no território. Há denúncias de abuso de poder, uso arbitrário da força, distanciamento das lideranças locais (Bengochea et al., 2004; Saporì, 2011; Fleury, 2012; Oliveira & Abramovay, 2012; Musumeci et al., 2013; Rodrigues 2014).

Dados de nossa pesquisa apontam que 17,6% dos moradores concordaram que **“a implantação de UPPs foi positiva para a cidade do Rio de Janeiro”** – apenas 13,7% concordam fortemente com isso. Tivemos 24,5% dos sujeitos que assinalaram sem opinião nesse item, enquanto 23,5% discordaram e 20,6% discordaram fortemente.

Rodrigues (2014) sinaliza que há um discurso que busca dimensionar as prováveis transformações no cenário da segurança pública no Estado por meio da difusão de informações realizados pelos diferentes órgãos do Governo, sobretudo através da divulgação dos decretos normatizadores e através do trabalho da mídia na divulgação de informações referentes à pacificação. Tem sido apontada uma sensível mudança na atuação policial comparada ao histórico de conflitos com o tráfico, sendo substituído por uma política de caráter preventivo, no estabelecimento do diálogo com as organizações comunitárias e no fortalecimento/construção de uma relação de confiança mútua para o estabelecimento da paz nas localidades.

Ballesteros (2014) demarca que diferentes questões contribuem para ampliar os entraves no campo da segurança pública, mas, sobretudo, os lobbies corporativistas e lideranças locais, que influenciam as negociações político-partidárias e os arranjos federativos na área da segurança. A autora compreende que isso representa obstrução para a segurança caminhar no sentido da democratização.

Sapori (2011) enfatiza que as UPPs não podem ser encaradas como único recurso para dar conta das questões de violência urbana, bem como não deveria sofrer desqualificação pelos ocasionais equívocos que comete em certas conjunturas. O autor admite que enquanto política pública esta implica em imperfeições. Aponta que as ações do poder público na realidade social muitas vezes são marcadas por uma diferença entre o que é planejado e o que é passível de ser executado, e as ocorrências não pensadas previamente. O autor acredita que tais pontos precisam ser encarados como possibilidade para revisões e adaptações indispensáveis a proposta, mesmo durante sua execução. Para tal, faz-se necessário uma gestão adequada, subsidiada por ferramentas gerenciais de monitoramento e avaliação, para contribuir para o aprimoramento da UPP.

5.3.3.2 Comparações possíveis: diferenças de acordo com o gênero e recorte racial

O questionário utilizado nesse trabalho nos possibilitou elencar diferentes aspectos que consideramos importantes para o estudo da Unidade de Polícia Pacificadora. Com o auxílio do programa SPSS, realizamos algumas comparações entre os sujeitos que formaram nossa amostra.

Em relação à comparação entre homens e mulheres na percepção das questões apresentadas no presente estudo, o Teste t de Student demonstrou diferença significativa entre homens e mulheres apenas em duas questões. A questão 18: “os policiais da UPP estão preparados para atuar no meu local de moradia”. No qual os homens obtiveram média de 2,97 e as mulheres de 2,37. O teste t foi 2,518 e o índice de significância foi de 0,01.

Também obtivemos uma diferença em relação à questão 26: “acredito que deveria ser implantada UPP em localidades com a presença da milícia”. Sobre a qual a média dos homens foi de 3,85 e das mulheres 3,06. O teste t encontrado foi de 2,796 e o índice de significância foi de 0,007.

Além disso, também foi realizada uma comparação entre os grupos de raça através da ANOVA e foi encontrada diferença significativa nas médias entre pretos e brancos em relação à questão 30: “a entrada da UPP modificou a movimentação de armas no meu local de moradia” – e à afirmativa 31: “a implantação de UPPs foi positiva para a cidade do Rio de Janeiro”. Na questão 30, a média obtida pelas pessoas que se identificaram como pertencente à raça preta foi significativamente superior a dos brancos ($F = 5,386$ e índice de significância = 0,02). Enquanto que na questão 31, novamente a média dos sujeitos identificados como pretos foi superior ($F = 7,320$ e índice de significância = 0,00). Tais resultados apontam que os sujeitos identificados com a categoria cor/raça preta tendem a concordar mais com a proposição.

5.3.3.3 Relações possíveis: análise prototípica e questões da escala Likert

Neste tópico buscamos relacionar os resultados de nossa análise prototípica com os dados levantados por meio das análises das questões fechadas (obtidas por meio do SPSS). Entendemos que todas as informações que levantamos junto aos moradores ao longo da pesquisa, tanto nas evocações livres, quanto nas respostas da escala Likert, sinaliza para as representações que construíram em torno da UPP e tudo que a atravessa, como o projeto de

pacificação e a relação da UPP na mídia. Também sinalizam para o modo como estes sujeitos avaliam e vivenciam a pacificação.

Deste modo, a seguir apresentamos a correlação que estabelecemos entre os dados obtidos por meio das evocações e as afirmativas da escala Likert utilizada, discutindo os pontos pertinentes com a literatura revisada ao longo do estudo.

De maneira geral, podemos destacar que os moradores da Cidade de Deus apontam para uma experiência ambivalente com a experiência da pacificação. Parecem ter assimilado o discurso oficial de cultura de paz divulgado pelos órgãos oficiais de segurança. Contudo, demonstram crítica em relação ao discurso midiático que vende a UPP como solução para a problemática da violência da cidade, avaliam os agentes da unidade negativamente. Mas, também reconhecem mudanças no território pós-pacificação. Trata-se não de demonizar o projeto de pacificação, mas denotam uma postura reticente ao que vivenciam em seu local de moradia.

Como horizonte desse estudo objetivamos entender a relação que os moradores estabeleciam com a UPP, sua avaliação sobre a política de segurança. O conjunto dos dados apontam para uma avaliação negativada, o postulado de proximidade provavelmente não obteve êxito nesta localidade. Além de perceberem diferenciação no trato policial, os moradores reconhecem que os agentes fazem distinções que orientam suas abordagens, em relação ao gênero, idade, características físicas, assim como em relação ao local de residência. Estão atentos para o tratamento diferenciado ofertado para o morador de favela, apontando para uma relação ainda repressora e pouco amigável.

Moscovici (2011) sinaliza para a dimensão convencional da realidade, acredita que seja o que nos auxilia a nos esquivar de determinadas exigências impostas sobre nossa percepção e pensamento. Reconhece que as interações humanas, tanto a nível grupal ou individual, implicam em representações.

Também a partir dos dados podemos inferir que os moradores assumem uma postura distanciada dos policiais da UPP, um número alto de respondentes informou não participar das atividades propostas pela unidade no território.

Moscovici (2011) compreende a representação para além de um reflexo de comportamentos ou da estrutura social, mas como modeladora de condutas, compartilhada coletivamente. Historicamente a relação estabelecida entre policiais e moradores de favela é marcada pelo distanciamento.

Estudo realizado por Menezes (2014) traz destaque para a tensão existente na relação entre traficantes e policiais no contexto inicial da pacificação, na qual apoiar a UPP pode

representar risco aos moradores. O risco contribui para que estes assumam uma postura preventiva, evitando contato com os policiais. Soares (2007) sinaliza que a segurança pública ainda se organiza obedecendo a certa lógica que imperou nos tempos da ditadura, não propiciando um exercício pleno da cidadania.

Os moradores sinalizaram não sentirem-se seguros com a presença policial permanente. Assim como indicaram elementos como – corrupta, tiro e violência – como parte da leitura que fazem da UPP. Talvez essa correlação contribua para obstruir o estabelecimento de uma proximidade maior entre o morador os agentes, não fazem uma leitura atrativa dos policiais, o que influencia sua postura. Conforme já discutido neste trabalho, a postura policial em relação aos moradores de favela também é problemática e atravessada por estereótipos. Acreditamos que a situação é complexa e que os dados somente indicam algumas possibilidades de discussão do tema.

Embora o provável núcleo central da representação social acerca da Pacificação gravite em torno de elementos mais positivados – paz, segurança, tranquilidade – contudo os termos predominantes na zona de contraste – corrupção, farsa, maquiagem e mentira, apontam para outra direção. Os dados também demonstram que parte dos moradores não consideram a UPP como um modelo adequado de política pública de segurança.

Diferentes autores destacam o potencial do projeto UPP, o reconhecem como desafiador e admitem que os obstáculos são inúmeros (Sapori, 2011; Fleury, 2012; Musumeci et al., 2013).

6 Considerações Finais

Nosso trabalho objetivou principalmente conhecer as representações sociais dos moradores da Cidade de Deus sobre a Unidade de Polícia Pacificadora. O estudo possibilitou delinear os diferentes olhares dos moradores para o projeto de pacificação. As dificuldades encontradas no campo nos fez questionar se a paz e segurança alardeadas pelo projeto de pacificação se destinam de fato a estes sujeitos. Temos a tendência a pensar, a partir dos dados de nossa pesquisa, que o projeto de segurança passa ao largo dos moradores da Cidade de Deus.

Ao longo da construção desse trabalho, levantamos diferentes informações acerca da relação que os moradores da Cidade de Deus estabeleceram com a UPP. Vimos que mesmo constituindo-se oficialmente como bairro, que passou por um processo de favelização, é inegável que sua representação social é de uma favela, sendo assim, vinculada a imagem de um local que inspira cuidados, potencialmente perigoso. Objeto de intervenção da política pública de segurança mais atual, postulada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Vimos ao longo da revisão teórica que historicamente a segregação espacial em nossa cidade favoreceu o estabelecimento de uma separação asfalto X favela, situação que possibilitou a estruturação da desigualdade social, o crescimento do tráfico nas regiões periféricas, que contribuiu para reforçar inúmeros olhares estigmatizantes sobre os espaços de favela. Conseqüentemente, diferentes intervenções foram agenciadas com vistas a dar conta do problema favela, não orientadas por um olhar macro, abarcando fatores econômicos, políticos, sociais e simbólicos. Muitas intervenções orientadas para a repressão e contenção da violência que se acredita ser produzida nesses espaços.

Acreditamos que as políticas voltadas à população de favela ou bairros favelizados devam ser orientadas pelas necessidades destas populações, reconhecendo-as como sujeitos de direito e integradas a cidade formal. Ao longo do trabalho podemos constatar que resumir a questão da segurança em ocupação policial não é suficiente para resolver os problemas, mas colaboram para a perpetuação de relações abusivas com a parcela desfavorecida da população.

Ao dar ênfase ao discurso dos moradores da Cidade de Deus, esta pesquisa procurou colaborar para ampliação do campo de reflexões sobre a Unidade de Polícia Pacificadora. Dando destaque a perspectiva dos moradores que tem seu cotidiano atravessado pela política de pacificação. Buscamos identificar as representações sociais que construíram coletivamente, bem como delinear a vivência destes sujeitos com o processo de pacificação, as

transformações de seu dia a dia e sua avaliação sobre o trabalho da UPP. Entendemos que a escuta dos sujeitos atingidos pela estratégia, pode colaborar para dar luz às dificuldades e desafios postos a consolidação ou revisão da atuação da Unidade de Polícia Pacificadora.

Sabemos que historicamente a relação polícia/morador de favela é atravessada por inúmeros problemas, por conta disso, a relação de proximidade se constitui verdadeiro desafio, é preciso desconstruir os significados simbólicos atribuídos ao morador de favela e ao agente policial, com vistas a dirimir atritos e conflitos entre tais grupos.

Os estudos sobre as UPPs apontam tanto para avanços quanto para dificuldades, e nossa pesquisa levantou dados que os corroboram em muitos aspectos. O programa de pacificação parece despertar certa ambivalência em alguns setores da sociedade civil, que ora tende a apoiar, ora tende a criticar dura e severamente. Situação refletida pelos moradores da Cidade de Deus. Os resultados sinalizam para a necessidade de revisão do projeto de pacificação e uma avaliação criteriosa do modo como tem sido conduzido.

Neste estudo foi possível identificar, por meio das respostas dos participantes, que as representações construídas pelos moradores de uma maneira geral têm uma dimensão avaliativa, de caráter negativo. Vale destacar que eles demarcam uma vivência ambivalente em relação ao processo de pacificação e demonstram crítica em relação à atuação policial em seu local de moradia. Foi possível identificar que os sujeitos compreenderam a dinâmica da UPP no território, assim como as modificações ocorridas a partir do estabelecimento do policiamento permanente. Uma pequena parcela dos moradores reconhece ter tido ganhos pessoais pós-pacificação. E sobre a relação estabelecida com os policiais da UPP, esta parece ser marcada pelo distanciamento e desconfiança. Um número significativo dos sujeitos indicou não confiar nos agentes, assim como nos policiais de um modo geral. Podemos afirmar que os moradores da Cidade de Deus não avaliam a UPP como uma política pública de segurança adequada aos seus anseios.

Além disso, cabe apontar que os moradores demonstram críticas em relação aos conteúdos informados sobre a UPP na mídia de um modo geral. Indicam compreender a possível parcialidade das notícias veiculadas sobre o trabalho das unidades.

Ao final deste estudo, ficam alguns questionamentos sobre o campo das políticas públicas de segurança. Como pensar um projeto de segurança que abarque toda a cidade, reconhecendo-a sem distinção, divisão, encarando a todos como sujeitos de direitos?

Parece-nos que mais pesquisas precisam ser realizadas sobre o tema, com diferentes grupos sociais, também abarcando metodologias variadas, para que possamos produzir conhecimento necessário e relevante, que contribua para subsidiar intervenções no campo das

políticas de segurança mais adequadas a realidade da população, sem perder a perspectiva do compromisso social.

7 Referências

- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In: Moreira, A. S. P. & Oliveira, D. C. (Orgs.) *Estudos interdisciplinares em representações sociais*, p.27-38. Goiânia: AB Editora.
- Abric, J. C. (2001a). Las representaciones sociales: aspectos teóricos. In: Abric, J. C (Org.). *Prácticas sociales y representaciones*. Tradução de José Dacosta Chevrel y Fátima Flores Palacios, México: Ediciones Coyoacán; Ambassade de France – ccc IFAL.
- Abric, J. C. (2001b). Metodología de recolección de las representaciones sociales. In: ABRIC, Jean- Claude (Org.). *Prácticas sociales y representaciones*. Tradução de José Dacosta Chevrel y Fátima Flores Palacios, México: Ediciones Coyoacán; Ambassade de France – IFAL.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2009). Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação-DOI: [http://dx. doi. org/10.15603/1982-8993/ml. v.1n.1p.18-43](http://dx.doi.org/10.15603/1982-8993/ml.v.1n.1p.18-43). *Múltiplas Leituras*, 1(1), 18-43.
- Ballesteros, P. K. R. (2014). Governança democrática e políticas de segurança pública: diálogos interdisciplinares sobre a garantia de direitos.
- Bardin, L. (2006). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- Bengochea, J. L. P., Guimarães, L. B., Gomes, M. L., & Abreu, S. R. (2004). A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, 18(1), 119-131.
- Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 1999, v. 4, n. 2, pp. 315-329. ISSN 1413-294X. doi: 10.1590/S1413-294X1999000200008.
- Burgos, M. B. (2009). Favela e luta pela cidade: esboço de um argumento, *Observatório de favelas*.
- Campos, P. H. F. (2003). A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. In: Campos, P. H. F (Org.). *Representações sociais e práticas educativas* (p. 22-36). Goiânia: UCG.
- Castro, V. M. (2015). O papel da mídia na construção do discurso de ‘pacificação’ no Rio de Janeiro. *Comunicação & Informação*, 18(2), 198-216.
- Coimbra, C. M. B. (2003). Justiça e Segurança Pública no Brasil Hoje: Algumas Notas Introdutórias. Trabalho apresentado no Ciclo de Debates “Psicologia e Preconceito Racial” organizado pelo CRP-SP, em 10 de julho de 2003. Disponível em: http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto60.pdf
- Costa, M. H. D., & Castilho, S. R. R. (2011). Desenvolvimento econômico solidário e segurança pública na cidade do Rio de Janeiro: estratégias para a ação.

- Da Silva, J. (2008). Concepções sobre a segurança pública no Brasil. Paradigmas em competição. Disponível em: <http://www.jorgedasilva.com.br/artigo/53/concepcoes-sobre-a-seguranca-publica-no-brasil.-paradigmas-em-competicao/>
- Dias, C., Serafim, A. L. P., Nascimento, B. N. P, Costa, M. C. N., Rosa, S. M., Silva, L. M., Ferreira, L. A. & Jesus, L. A. (2014). Cidade de Deus: In: Favela é Cidade – Plano de Desenvolvimento de Favelas para sua inclusão socioeconômica: Cidade de Deus, Salgueiro, Turano, Formiga. Velloso, J.P. R., Pastuk, M., A. P. Degani (orgs). Rio de Janeiro, INAE.
- EVOC (2003). Ensemble de Programmes Permettant L’analyse des Evocations. Conjunto de programas que permitem a análise de evocações [Apostila] versão 5. Manual Provence.
- Farr, R. (2012). Representações Sociais: a teoria e sua história. In: *Textos em Representações sociais*. Guareshi, P. A. & Jovchelovitch, S. (orgs). 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Flament, C. (2001). Estructura, dinamica y transformación de las representaciones sociales. In: ABRIC, Jean- Claude (Org.). *Prácticas sociales y representaciones*. Tradução de José Dacosta Chevrel y Fátima Flores Palacios, México: Ediciones Coyoacán; Ambassade de France – ccc IFAL.
- Fleury, S. (2012). Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, 14(30), 194-222. Recuperado em 12 de julho de 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222012000200007&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S1517-45222012000200007.
- Freire, M. D. (2009). Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Ano 3, edição 5, p. 100-114, ago./set.
- Freire, L. L. (2008). Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. Dilemas, *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, n.2, vol.1, out-nov-dez, pp.95-114.
- Ferreira, A. (2009). Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão a través de muros. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, 14(828).
- Godinho, L. (2013). Avanços e retrocessos na agenda da reforma comunitária do policiamento: balanço das experiências recentes. In: Mingardi, Guaracy (org.). *Política de segurança: os desafios de uma reforma*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In: *As representações sociais*. Denise Jodelet (org). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Jovchelovitch, S. (2012). Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações Sociais. In: *Textos em Representações sociais*. Guareshi, P. A. & Jovchelovitch, S. (orgs). 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lima, R. S. & PrögLhöf, P. N. (2013). (Re)estruturação da Segurança Pública no Brasil. In: Mingardi, Guaracy (org.). *Violência e segurança pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

- Lins, P. (2002). *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Melicio, T. B. L.; Bicalho, P. P. G.; Geraldini, J. R. (2012). Biopoder e UPPs: alteridade na experiência do policiamento permanente em comunidades cariocas. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 24, p. 599-622, 2012.
- Menezes, P. V. (2014). Os rumores da ‘pacificação’: A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 7(4), 665-684.
- Misse, M. (2011). Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 19, n. 40, out. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 24 mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000300003>.
- Moscovici, S. (2001) Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: *As representações Sociais*. (org) Denise Jodelet. Rio de Janeiro: Ed Uerj.
- Moscovici, S. (2011) *Representações Sociais: investigações em psicologia social/ trad. Gareschi, A. P.* 8 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Musumeci, L; Mourão, B. M.; Lemgruber, J & Ramos, S. (2013). Ser policial de UPP: Aproximações e resistências. *Boletim Segurança e Cidadania*, v. 14, p. 1-28.
- Naiff, L. A. M. & Naiff, D. G. M. (2005). A favela e seus moradores: culpados ou vítimas? Representações sociais em tempos de violência. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, ano 5, n. 2, 107-119.
- Oliveira, A. S. S. de. (2002). Políticas Públicas de Segurança e Políticas de Segurança Pública: da teoria a prática. In: ILANUD (org.). *Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança*, São Paulo.
- Oliveira, D. D., Marques, S. C., Gomes, A. M. T., Teixeira, M. C. T. V., & Amaral, M. A. D. (2005). Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: Moreira, A. S. P. (org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária, 573-603.
- Oliveira, F. L. de & Abramovay, P. V.(2012). As UPPs e o longo caminho para a cidadania nas favelas do Rio de Janeiro. In: Oliveira, F. L. de et al. (orgs). *UPPs, direitos e justiça: Um estudo de caso das favelas do Vidigal e do Cantagalo*. Rio de Janeiro, FGV, 2012, p. 123-47. ISBN: 978-85-225-1267-602922012000300011&lng=pt&tlng=pt.10.1590/S1984-02922012000300011.
- Pacheco de Oliveira, J. (2014). Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, 20(1), 125-161. Recuperado em 12 de julho de 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132014000100005&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0104-93132014000100005.
- Paschoal, Janaina. (2002). Segurança pública- poder e dever de todos. In: ILANUD (org.). *Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança*, São Paulo.

- Rodrigues, R. (2014). Os dilemas da pacificação: Notícias de Guerra e Paz em uma “Cidade Maravilhosa”. Disponível em: <http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p5.pdf>.
- Rebeque, C.C.; Jagel, D.C. & Bicalho, P.P.G. (2008). Psicologia e Políticas de Segurança Pública: o analisador “Caveirão”. *Psico*, v.39, n.4, p.418-424.
- Sá, C. P. de. (1996a). Sobre o núcleo central das representações sociais. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sá, C. P. D. (1996b). Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. *Temas em Psicologia*, 4(3), 19-33.
- Sá, C. P. de. (1998). A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Sapori, L. F. (2011). Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. Em *Debate*, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 11-15, jan. 2011.
- Sawaia, B. (2004). Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? In: Sawaia, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- Silva, A. F. da. & Sepúlveda, A. (2014). Formação compartilhada em Direitos Humanos: diálogo entre policiais e comunidade no contexto de pacificação no Rio de Janeiro. In *Rev. bras. segur. pública | São Paulo* v. 8, n. 1, 170-182 Fev/Mar 2014.
- Soares, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estud. av.*, São Paulo, v. 21, n. 61, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 01 jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000300006>.
- Souza, M. L. de. (2012). “Militarização da questão urbana”. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.117-129, jul./dez.
- Souza Neto, C. P. D. (2007). A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. *Atualidades Jurídicas*.
- Vala, J. (2006). Representações sociais e a psicologia social do conhecimento cotidiano. In: J. Vala & Monteiro, M. B. (Orgs.), *Psicologia social*. 7ª ed. (pp. 457-502). Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Valladares, L. D. P. (2005). A invenção da favela: do mito de origem a favela. com. FGV.
- Vergès, P. (2005). A evocação do dinheiro: um método para a definição do núcleo central de uma representação. In: In: Moreira, A. S. P. (org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária.

- Wachelke, J. & Wolter, R. (2011). Critérios de Construção e Relato da Análise Prototípica para Representações Sociais. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Out-Dez 2011, Vol. 27 n. 4, pp. 521-526.
- Wolter, R. P., & Wachelke, J. (2013). Índices complementares para o estudo de uma representação social a partir de evocações livres: raridade, diversidade e comunidade. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15 (2), 119 - 129.
- Wacquant, L. (2001). *As prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Wagner, W. (2012). Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. In: *Textos em Representações sociais*. Guareshi, P. A. & Jovchelovitch, S. (orgs). 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Zacchi, José Marcelo. (2002). Prevenção da Violência: Avanços e Desafios na Ordem do Dia. In: ILANUD (org.). *Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança*, São Paulo.
- Zaluar, A. & Alvito, M. (1998). *Um século de favela*. FGV Editora.

Apêndice A



QUESTIONÁRIO

Tempo que reside na Cidade de Deus:

Local de Moradia:

Idade:

Religião:

Profissão:

Sexo: () masculino () feminino

Cor/raça: () preta () amarela () branca () parda

Escolaridade: () ensino fundamental completo () ensino fundamental incompleto

() ensino médio completo () ensino médio incompleto

() ensino superior completo () ensino superior incompleto

1. Escreva de três a cinco palavras que vêm imediatamente a sua lembrança quando

você pensa na UPP:

2. Escreva de três a cinco palavras que vêm imediatamente a sua lembrança quando você pensa em pacificação:

3. Escreva de três a cinco palavras que vêm imediatamente a sua lembrança quando você pensa em UPP na Mídia

4. Houve mudanças no meu local de moradia depois da chegada da UPP.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

5. A entrada da UPP trouxe benefícios para o meu local de moradia.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

6. A entrada da UPP resultou em benefícios pessoais.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

7. Tenho confiança no trabalho da UPP.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

8. Vejo o trabalho da UPP com desconfiança.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

9. Confio no trabalho da Polícia de uma maneira geral.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

10. A polícia age de modo diferente de acordo com as características físicas das pessoas, como a cor da pele.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

11. A implantação das UPPs facilitou o acesso a programas sociais que não existiam anteriormente em meu local de moradia.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

12. A abordagem policial é diferente para homens.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

13. A implantação da UPP resultou em ganho econômico para o meu local de moradia.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

14. A implantação da UPP resultou em acesso a serviços públicos que não existiam anteriormente em meu local de moradia.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

15. A chegada da UPP facilitou atividades de geração de renda em meu local de moradia.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

16. Os policiais da UPP agem de forma violenta com os moradores.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

17. Os policiais da UPP agem de forma amigável com os moradores.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

18. Segurança Pública e polícia significam a mesma coisa.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

19. Os policiais da UPP estão preparados para atuar no meu local de moradia.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

20. Os policiais de uma forma geral recebem formação adequada para atuar junto à população.

concordo fortemente concordo sem opinião discordo discordo fortemente

21. A atuação policial na favela é diferente da ação em outras localidades.
() concordo fortemente () concordo () sem opinião () discordo () discordo fortemente
22. Me sinto seguro (a) com a presença policial permanente em meu local de moradia.
() concordo fortemente () concordo () sem opinião () discordo () discordo fortemente
23. Me sinto satisfeito (a) com a implantação da UPP em meu local de moradia.
() concordo fortemente () concordo () sem opinião () discordo () discordo fortemente
24. Os policiais da UPP trabalham em condições ideais.
() concordo fortemente () concordo () sem opinião () discordo () discordo fortemente
25. Participo de atividades propostas pela UPP no meu local de moradia.
() concordo fortemente () concordo () sem opinião () discordo () discordo fortemente
26. Acredito que deveria ser implantada UPP em localidades com a presença da milícia.
() concordo fortemente () concordo () sem opinião () discordo () discordo fortemente
27. A abordagem dos policiais da UPP no meu local de moradia é diferente dependendo da idade do morador.
() concordo fortemente () concordo () sem opinião () discordo () discordo fortemente
28. A UPP é um modelo adequado de política pública de segurança.
() concordo fortemente () concordo () sem opinião () discordo () discordo fortemente
29. A entrada da UPP interferiu no consumo de drogas em meu local moradia.
() concordo fortemente () concordo () sem opinião () discordo () discordo fortemente
30. A implantação da UPP interferiu na organização do tráfico de drogas no meu local de moradia.
() concordo fortemente () concordo () sem opinião () discordo () discordo fortemente
31. A entrada da UPP modificou a movimentação de armas no meu local de moradia.
() concordo fortemente () concordo () sem opinião () discordo () discordo fortemente
32. A implantação de UPPs foi positiva para a cidade do Rio de Janeiro.
() concordo fortemente () concordo () sem opinião () discordo () discordo fortemente

Apêndice B



Termo de Consentimento Livre-Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Representação social sobre a Unidade de Polícia Pacificadora: a visão dos moradores da Cidade de Deus” adotamos como objeto de pesquisa a Unidade de Polícia Pacificadora. Trabalho desenvolvido por Aline Vieira de Souza, aluna de mestrado em psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e orientada pelo Dr. Denis Naiff, professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A pesquisa respeita a Resolução 466/2012 e tem como objetivo principal identificar as representações sociais dos moradores da Cidade de Deus sobre a Unidade de Polícia Pacificadora. O objetivo específico é compreender como os moradores experienciam o processo de pacificação.

Você está sendo convidado a participar porque é um morador (a) de uma favela pacificada. Sua participação é voluntária. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo a você.

A participação que lhe é solicitada consiste em responder um questionário, em local que sentir-se mais confortável. Terá duração de, mais ou menos, 15 minutos. Esses questionários ficarão sob os cuidados da pesquisadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/2012.

A qualquer momento, você poderá solicitar informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa. Para isso, poderá utilizar os contatos da pesquisadora, explicitados ao final deste Termo, ou pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ, telefone: (21) 26821201.

Os resultados da pesquisa serão divulgados através de relatórios e artigos científicos, de maneira que não seja possível identificar nem você, nem as outras pessoas que participarão. Essa pesquisa envolve poucos riscos para você, mas é possível

que você sinta algum tipo de incômodo durante sua participação. Se isso ocorrer, serão tomados todos os cuidados necessários: a pesquisadora estará disponível para conversar sobre tudo o que você julgar necessário. Sua participação gerará benefícios para a pesquisa, auxiliando-nos a compreender a visão de moradores de áreas pacificadas sobre a Unidade de Polícia Pacificadora. Este termo é redigido em duas vias, sendo uma para a pesquisadora e outra para o(a) participante.

Aline Vieira de Souza
Mestranda do Curso de Psicologia da UFRRJ
Telefone de contato: (21) 97665-5007
E-mail: alinevieirasou@gmail.com

Apêndice C



Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito

Eu, abaixo assinado, aceito participar do estudo “Representação social sobre a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP): a visão de moradores da Cidade de Deus”, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou prejuízo a minha pessoa.

Local e data: Rio de Janeiro, _____ de _____ de 20__

Nome (se desejar):

Assinatura: _____

Se desejar receber os resultados desta pesquisa, forneça seu e-mail ou telefone.

E-mail: _____

Telefone _____